

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO AGROPECUÁRIO  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA  
FAMILIAR  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –  
AMAZÔNIA ORIENTAL**

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Patrícia de Lucena Mourão

**UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
AGRICULTURA EM ABAETETUBA, PARÁ**

Belém  
Abril de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO AGROPECUÁRIO  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA  
FAMILIAR  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –  
AMAZÔNIA ORIENTAL**

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Patrícia de Lucena Mourão

**UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
AGRICULTURA EM ABAETETUBA, PARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof.Dr.(a): Gutemberg  
Diniz Guerra

Belém  
Abril de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO AGROPECUÁRIO  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –  
AMAZÔNIA ORIENTAL**

**CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Patrícia de Lucena Mourão

**UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
AGRICULTURA EM ABAETETUBA, PARÁ.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra

Data da defesa: 30 de abril de 2004

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gutemberg Diniz Guerra (orientador)

Profa. Dra. Cristina Maneschy (examinador externo)

Profa. Dra. M<sup>a</sup> Socorro A. Kato (examinador da casa)

Profa. Dra. Jane Beltrão (examinador suplente)

Belém  
Abril de 2004

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, *Marilete e Cleldo*, pelos ensinamentos que me permitiram escolher os meus caminhos.

À Maria do Socorro e Naywara, por me mostrarem a necessidade de transformações.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação só pode ser realizada graças ao apoio e colaboração de muitos, a quem não poderia deixar de dizer OBRIGADA!

A meus pais, irmãos e demais familiares pelas palavras de incentivo e apoio.

As minhas companheiras de casa Maria do Socorro, Naywara e Rosineide pela compreensão, apoio e cuidados fundamentais para a conclusão deste trabalho.

A coordenação da FASE Amazônia Programa – Pará e Nacional, por todo apoio para a realização deste trabalho, sem o qual não teria sido possível realizá-lo.

Ao Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Gutemberg Diniz Guerra pela extrema competência, paciência, dedicação, incentivo e amizade neste difícil caminhar.

Aos Professores Sergio Pinheiro e Jane Beltrão pela leitura e comentários do trabalho no processo de qualificação do projeto.

Aos funcionários/as e professores/as do Centro Agropecuário/NEAF que acompanharam esta jornada.

Ao Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Abaetetuba pelo apoio para a realização da pesquisa de campo.

Aos agricultores e agricultoras que participaram da pesquisa por me mostraram a possibilidade de um mundo melhor.

Aos colegas da FASE que acompanharam esta caminhada.

Aos colegas de turma, em especial Márcia, Marcelo e Marlene Nao, pela colaboração e torcida para o êxito desta etapa.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

## **EPÍGRAFE**

“O cuidado só convence verdadeiramente quando se transforma em saga na biografia de pessoas e modela situações existenciais” (Leonardo Boff).

## **LISTA DE SIGLAS**

**ADEMPA** – Associação de Desenvolvimento dos Produtores de Abaetetuba.

**AEASP** – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

**AEPAR** – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

**AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

**APA** – Associação de Produtores Alternativos de Rondônia.

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

**CEPLAC** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

**CMDR** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

**COOFRUTAS** – Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba.

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra.

**DED** – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social.

**DRP** – Diagnóstico Rápido e Participativo.

**EBAA** – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

**ENA** – Encontro Nacional de Agroecologia.

**ERA** – Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia.

**FEAB** – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

**FASE** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

**FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

**FAO** – Organização das Nações Unidas Para agricultura e Alimentação.

**FETAGRI** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.

**GED** – Gênero e Desenvolvimento.

**GTNA** – Grupo de Trabalho Agroecológico da Amazônia.

**IAPAR** – Instituto Agrônômico do Paraná.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**ICMS** – Imposto Comercial sobre Mercadorias e Serviços.

**ICRAF** – Centro Internacional de Agrofloresta.

**IDESP** – Instituto de Desenvolvimento do Pará.

**IEPAN** – Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte.

**IMAZON** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

**INCRA** – Instituto Nacional de Reforma Agrária.

**MAMA** – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia.

**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**MED** – Mulher e Desenvolvimento.

**MPEG** – Museu Paraense Emílio Goeldi.

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**NAEA** – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

**ONGs** – Organizações Não Governamentais.

**ONU** – Organização das Nações Unidas.

**PDA** – Projeto Demonstrativo Tipo A.

**PTA** – Projeto de Tecnologias Alternativas.

**PEA** – População Economicamente Ativa.

**PPG7** – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

**PESACRE** – Grupo de Pesquisa em Extensão Agroflorestal do Acre.

**PROGER** – Programa de Geração de Emprego e Renda.

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**PRORENDA** – Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e Alemanha.

**PTA** – Projeto Tecnologias Alternativas.

**SAF** – Sistema Agroflorestal.

**SOF** – Sempre viva Organização Feminista.

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

**USDA** – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

**UFPA** – Universidade Federal do Pará.

**UFRG** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina.

**UNICED** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Mapa de localização do município de Abaetetuba - Pa.....	28
<b>Figura 2</b> – Módulo de capoeira enriquecida.....	36
<b>Figura 3</b> – Módulo de cobertura viva.....	36
<b>Figura 4</b> – Módulo Agrofloresta de terra firme.....	36
<b>Figura 5</b> – Melhoramento de quintais.....	36
<b>Figura 6</b> – Foto de Domingos e seus filhos Francisco e Maria da Conceição elaborando o croqui da unidade de produção.....	40
<b>Figura 7</b> – Foto de João Antônio, Raimunda e seus filhos/as elaborando croqui da unidade de produção.....	40
<b>Figura 8</b> – Foto de Marcilene com pais e irmãos elaborando croqui da unidade de produção.....	41
<b>Figura 9</b> – Mapa de localização das comunidades abrangidas pela pesquisa.....	42
<b>Figura 10</b> – Foto de crianças da comunidade de Cataiandeuá.....	104
<b>Figura 11</b> – Croqui desenhado por uma família da localidade do Bacuri.....	115
<b>Figura 12</b> – Fluxo dos produtos agroextrativistas consumidos e comercializados por homens e mulheres, adultos e menores de 15 anos, em uma das famílias entrevistadas.....	126
<b>Figura 13</b> – Foto de uma agricultora no quintal com as mudas de plantas medicinais.....	131
<b>Figura 14</b> – Foto de um agricultor arrancando mandioca em área de roça tradicional.....	139
<b>Figura 15</b> – Foto de uma família na produção de farinha de mandioca.....	139
<b>Figura 16</b> – Foto de um plantio de coco em área financiada pelo FNO.....	141
<b>Figura 17</b> – Foto de uma área de pimenta-do-reino consorciada com cupuaçu e abacaxi....	142
<b>Figura 18</b> – Foto de um plantio de pimenta-do-reino consorciado com abacaxi e feijão de porco.....	145

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População residente em Abaetetuba em 2000.....	31
<b>Tabela 2</b> – Proporção de homens e mulheres no Encontro Nacional de Agroecologia.....	67
<b>Tabela 3</b> – Proporção de homens e mulheres que participaram dos Encontros Regionais de Agroecologia da Amazônia.....	70
<b>Tabela 4</b> – Composição das famílias em Abaetetuba por sexo.....	106
<b>Tabela 5</b> – População feminina e masculina por faixa etária.....	106
<b>Tabela 6</b> – Tempo de estudo da população feminina e masculina adulta, e menores de 15 anos.....	107
<b>Tabela 7</b> – Proporção de mulheres e homens que afirmaram ter algum problema de saúde.....	108
<b>Tabela 8</b> – Principais atividades de esporte e lazer realizadas com mais frequência pelos membros das famílias nas horas livres.....	109
<b>Tabela 9</b> – Proporção entre homens e mulheres que afirmaram realizar algum trabalho fora do lote.....	110
<b>Tabela 10</b> – Proporção entre mulheres e homens que recebem benefícios sociais.....	110
<b>Tabela 11</b> – Mulheres e homens que participam de organizações sociais.....	111
<b>Tabela 12</b> – Sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores.....	112
<b>Tabela 13</b> – Participação de mulheres e homens, adultos e menores de 15 anos, nas atividades desenvolvidas nos espaços agrícolas e domésticos.....	122
<b>Tabela 14</b> – Produtos utilizados por homens e mulheres para o consumo alimentar.....	125
<b>Tabela 15</b> – Produtos utilizados por homens e mulheres para a comercialização.....	127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Tipologia do conhecimento desenvolvido por agricultores e agricultoras sobre os recursos naturais.....	25
<b>Quadro 2</b> – Conseqüências da adoção do modelo convencional da agricultura.....	48
<b>Quadro 3</b> – Práticas agrícolas incentivadas pelas correntes de agricultura alternativa.....	56
<b>Quadro 4</b> – Eixos temáticos de discussão do ENA.....	69
<b>Quadro 4</b> – Avanços, limites e desafios para a integração do gênero ao desenvolvimento agroecológico.....	96

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Experiências agroecológicas apresentadas no Encontro Nacional de Agroecologia.....	69
<b>Gráfico 2</b> – Distribuição do trabalho de uma família de terra firme em Abaetetuba.....	121
<b>Gráfico 3</b> – Participação dos subsistemas no fornecimento de produtos agroflorestais.....	124
<b>Gráfico 4</b> – Participação dos produtos na formação da renda agrícola das famílias.....	128
<b>Gráfico 5</b> – Proporção das espécies vegetais cultivadas por subsistemas.....	129
<b>Gráfico 6</b> – Classificação das espécies vegetais cultivadas de acordo com sua função.....	130
<b>Gráfico 7</b> – Culturas plantadas com mais frequência nas áreas de consórcios.....	134
<b>Gráfico 8</b> – Culturas plantadas com mais frequência nas áreas de SAFs.....	136

# SUMÁRIO

**Lista de Siglas**

**Lista de Figuras**

**Lista de Tabelas**

**Lista de Quadros**

**Lista de Gráficos**

**Resumo**

**Abstract**

<b>Introdução .....</b>	<b>18</b>
- Delineamento do problema .....	21
- Área de estudo: Abaetetuba terra dos ilustres.....	27
- O Centro de Treinamento em Tecnologias Alternativas – Tipiti. ....	34
- Algumas notas sobre a metodologia .....	36
<b>Primeira Parte – Reconstruindo a agricultura. ....</b>	<b>43</b>
Capítulo 1. Criando e recriando formas de uso da terra. ....	44
Capítulo 2. A agroecologia na construção de outras formas de produção. ....	60
<b>Segunda Parte – Mulheres: desvendando e transformando relações. ....</b>	<b>72</b>
Capítulo 3. Colocando a boca no mundo: as mulheres estão aqui. ....	73
Capítulo 4. As mulheres na reconstrução da agricultura .....	89
<b>Terceira Parte – Agricultura familiar: as relações de gênero no desenvolvimento das práticas agroecológicas .....</b>	<b>97</b>
Capítulo 5. Mulheres e homens construindo formas de produção. ....	98
Capítulo 6. Reconstruindo a agricultura em Abaetetuba. ....	128

<b>Até que as sementes dêem frutos e as relações entre mulheres e homens se transformem.....</b>	<b>146</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>150</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>163</b>

## RESUMO

A revelação dos aspectos negativos da modernização da agricultura sobre mulheres, homens e meio ambiente, levou a necessidade de desenvolver formas alternativas de produção de alimentos estabelecendo novas relações com os ecossistemas locais. Nesta perspectiva, a agroecologia tem uma importante contribuição, por relacionar o modelo tecnológico aos aspectos produtivos, ambientais, econômicos e sociais, incluindo as relações de gênero. Este estudo trata de analisar as estratégias de produção e reprodução da agricultura familiar, identificando limites e potencialidades para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis e para o alcance de relações humanas mais equitativas. O levantamento dessas estratégias foi realizado junto aos agricultores e agricultoras da região de terra firme em Abaetetuba – Pará, participantes do Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti. Como resultado desta pesquisa tem-se que as estratégias da agricultura familiar avançam mais para a construção da sustentabilidade agroecológica do que para o alcance da equidade de gênero, pela pouca compreensão de que a transformação do padrão tecnológico deve estar associada à percepção dos papéis e posições ocupadas por homens e mulheres, e que estes, também são passíveis de alterações. Espera-se com este estudo contribuir para este processo.

**Palavras-chave:** Agroecologia, gênero e agricultura familiar.

## **ABSTRACT**

The revelation of the negative aspects of modernization in agriculture upon women, men and the environment, brought up the need to develop alternative ways of food production establishing new relations with local eco-systems. In this view, the Agroecology has an important contribution because it relates the technological model to the productive aspects, environmental, social and economic, including gender relationships. This study analyses production and reproduction strategies of familial agriculture, identifying potentialities and limits for the development of sustainable agro systems and to the fair gender relationship. This strategies research was made among land workers (men and women), from the region of Abaetetuba – Pará, participants of the Center – “Tecnologias Alternativas Tipiti”. With the result of this research, we found out that the familial agricultural strategies turn to the construction of the agroecologic sustainability instead of the gender equality. This is because of the poor understanding that the transformation of the technological standard has to be related to men and women performance and social position, and that themselves are able to change. We hope to help this process with this study.

**Key-words:** Agroecology, gender and familial agriculture.

---

---

## INTRODUÇÃO

---

---

As estratégias de desenvolvimento da agricultura, sobretudo na segunda metade do século XX, estavam baseadas na incorporação de um conjunto de tecnologias modernas, que compreendiam a utilização intensiva da moto-mecanização, de fertilizantes inorgânicos, de agrotóxicos, de equipamentos de irrigação e de variedades de alto rendimento (ALMEIDA *et al*, 2001) que, sem dúvida, aumentaram a produção e a produtividade das atividades agropecuárias. Estas estratégias não estiveram baseadas no uso racional dos recursos naturais e tampouco estavam direcionadas para beneficiar a agricultura familiar<sup>1</sup> e contemplar, igualmente, os homens e as mulheres. As questões relacionadas ao desenvolvimento da agricultura e às implicações ambientais, sociais e econômicas e de gênero passaram a ser objeto de inquietações no meio científico e nos movimentos sociais<sup>2</sup>.

O processo de modernização, que tinha como objetivo transformar a agricultura de insumos tradicionais em agricultura de insumos modernos, oferecidos a baixo custo através de crédito e assistência técnica (SHULTZ, 1965, p.12 *apud* PAULUS, 1999, p.24), promoveu no Brasil uma reorientação dos instrumentos básicos de desenvolvimento do país, sem considerar a capacidade e limites dos ecossistemas locais, a organização e os conhecimentos tradicionais da agricultura familiar (COSTA, 2000). Baseada na estratégia de expansão dessas tecnologias incentivou-se no país o desenvolvimento de indústrias de equipamentos e insumos agrícolas, promoveu-se uma política de pesquisa agropecuária encarregada de adaptar o modelo químico-mecanizado às condições edafo-climáticas tropicais, formou-se uma extensão rural encarregada de transferir as novas tecnologias e desenvolveu-se uma política de crédito subsidiado à agricultura, que permitisse a introdução dos insumos modernos nas propriedades.

---

<sup>1</sup> A agricultura familiar é compreendida como um modelo de organização da produção, cuja família, é a proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e é ao mesmo tempo unidade de consumo e que, conforme Albaladejo (2001), ficou fora das inovações promovidas pelas grandes instituições de pesquisa e extensão.

<sup>2</sup> Os movimentos sociais são compreendidos como “processos de intervenção e de ação de um conjunto de pessoas mais ou menos organizadas e agrupadas com vistas a garantir o êxito de um programa de reforma social ou de transformação da sociedade e que tem uma certa continuidade no tempo” (BIROU, 1978, p. 267).

No Brasil, o modelo de desenvolvimento da agricultura implementado com intensidade a partir da década de 70, foi denominado de modernização parcial ou dolorosa (SILVA, 1982) ou conservadora (GRAZIANO NETO, 1986) por alterar a base tecnológica produtiva, sem modificar a estrutura agrária vigente. Na Amazônia, a modernização da agricultura teve duas características fundamentais: dar à grande empresa o papel dominante no processo de desenvolvimento; e não estabelecer uma política específica para a agricultura familiar, à qual não era atribuído qualquer papel no desenvolvimento da região (COSTA, 2000). As empresas latifundiárias e fazendeiros foram beneficiados com generosas linhas de financiamento, serviços de assistência técnica e apoio da pesquisa.

Por outro lado, a agricultura familiar, que sofria as conseqüências da exaustão dos recursos naturais, da falta de acesso a terra, da ausência de apoio técnico e financeiro, organizava suas estratégias em torno da complexificação dos sistemas produtivos, pelo uso intensivo e diversificado dos recursos naturais, com a inclusão de culturas permanentes consorciadas, criação de animais e uso múltiplo da floresta (COSTA, 2000) e na busca de política e ações que estivessem voltadas para atender seus interesses e necessidades. Contudo, suas práticas de preparo de área baseavam-se na agricultura tradicional de corte e queima, onde o uso constante do fogo vem causando impactos negativos aos recursos naturais, especialmente o solo, e a preservação da biodiversidade.

O reconhecimento dos resultados negativos do modelo químico-mecanizado e da agricultura de corte e queima, gerou uma série de discussões em diferentes setores sociais. De acordo com Almeida *et al* (2001), o reconhecimento desses resultados evoluiu da fase de estudos acadêmicos e de denúncia, para a incorporação do tema em fóruns nacionais e internacionais, onde o desenvolvimento agrícola estivesse em discussão. Na Amazônia, verifica-se o acirramento do debate sobre a agricultura e as questões ambientais, especialmente nas últimas décadas, o que tem motivado diversas categorias sociais

(agricultores, extrativistas, indígenas, quilombos e grupos de mulheres) a desenvolver ações que visem promover a recuperação da qualidade dos solos, aumentar a biodiversidade, conservar o patrimônio genético, preservar os recursos hídricos, potencializar o uso dos recursos naturais locais, valorizando e fortalecendo a produção com base familiar.

Apesar do amplo processo de discussão e de transformação da agricultura, as questões da mulher e a abordagem de gênero estiveram ausentes quase que em sua totalidade. Embora as mulheres agricultoras estivessem sempre presentes nas disputas sociais e políticas, inclusive com organizações próprias, não houve uma incorporação plena de suas reivindicações e de seus projetos de mudança para a sociedade (SILIPRANDI, 1998), predominando, dessa forma, a neutralidade de gênero nas análises sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Os trabalhos de Siliprandi (1998), Pacheco (1997), Woortman e Woortman (1997), Simonian (2002), Guerra (2001), evidenciam e visibilizam o trabalho feminino nos sistemas produtivos e demonstram que, as políticas públicas, ao ignorarem o papel produtivo da mulher e a sua importância para o desenvolvimento da agricultura, acabam reforçando as situações de não equidade entre os gêneros.

Este estudo tem por objetivo central analisar as estratégias de produção e reprodução social da agricultura familiar em Abaetetuba, Estado do Pará, a partir dos marcos teóricos da agroecologia e do gênero, identificando limites e potencialidades para o desenvolvimento de agroecossistemas<sup>3</sup> sustentáveis e das transformações das relações sociais entre homens e mulheres. O mesmo limita-se à categoria da agricultura familiar historicamente estabelecida na região de terra firme na parte continental do Município de Abaetetuba, beneficiada pelas ações de capacitação do Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Um agroecossistema é definido como o local de produção, isto é, a unidade de produção familiar, que é compreendida como um ecossistema (GLIESSMAN, 2000).

<sup>4</sup> O Centro Tipiti é uma associação de produtores fundada em 1992 com objetivo de desenvolver tecnologias alternativas baseadas na agroecologia.

Na perspectiva da agroecologia, a construção das estratégias de sustentabilidade requer a compreensão de que o modelo tecnológico é apenas um dos elementos dessa construção e deve estar relacionado com os aspectos produtivos, ambientais, econômico e social, incluindo as relações de gênero. Nesse sentido, três conjuntos interligados de questões orientaram este trabalho: o primeiro diz respeito aos resultados obtidos com a inserção de práticas agroecológicas nos agroecossistemas de terra firme; o segundo refere-se às relações entre homem e mulher e suas implicações para o desenvolvimento dessas práticas; o terceiro e último busca a correspondência entre as relações sociais de gênero e o uso e controle dos recursos naturais, meios de produção, capital e conhecimento.

As questões centrais são discutidas neste trabalho em três partes. A primeira parte, *Reconstruindo a agricultura*, descreve os diferentes movimentos alternativos para desenvolver a agricultura sustentável, a partir das críticas ao padrão de desenvolvimento implementado pela Revolução Verde. A segunda parte, *Desvendando e transformando as relações*, aborda a importância do movimento feminista para o reconhecimento da não equidade de oportunidades entre os gêneros, e para a visibilidade do papel produtivo das mulheres no uso e conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, no desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis. A terceira parte, *Agricultura familiar: vivenciando as relações de gênero e desenvolvendo práticas agroecológicas*, busca demonstrar a importância de homens e mulheres na aplicação dos princípios agroecológicos para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

### *1. Delineamento do problema*

A degradação ambiental, associada às desigualdades sociais, sempre esteve presente como elemento constitutivo no processo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Em grande medida, esse fato deve-se à permanente subordinação da agricultura nacional às lógicas

econômicas externas, caracterizando-a como setor de transferência de riquezas, a expensas da exploração predatória dos recursos naturais e da exclusão social (ALMEIDA *et al*, 2001).

Os processos de transformação da agricultura, especialmente a promovida pela Revolução Verde<sup>5</sup>, acentuaram ainda mais esses problemas. A passagem da agricultura tradicional para o padrão moderno, como cita Paulus (1999), aumentou o consumo de energia, intensificou o uso dos recursos naturais, substituiu áreas de floresta por monocultivos, causando degradação dos solos e contaminação de recursos hídricos pelo uso de produtos químicos. A intensificação do uso de agrotóxicos, adubos químicos e da mecanização contribuiu para a expansão das lavouras com monocultura, reduzindo o nível de emprego rural, aumentando a concentração de posse da terra e acelerando o êxodo de agricultores familiares, provocando o aumento populacional nas periferias das cidades. Assim, a expansão desse modelo de agricultura serviu para aumentar, ainda mais, as desigualdades.

Os efeitos da modernização do campo afetaram, de forma diferenciada, homens e mulheres. De acordo com Kurian (1998) o aumento da produtividade agrícola mediante o estímulo da produção para o mercado prejudicou as mulheres nos aspectos sociais, econômicos e produtivos. Jacobson (1992) demonstrou que, em alguns casos os terrenos comunitários utilizados pelas mulheres para a produção de subsistência foram arrematados e passados para o controle dos homens, que estavam encarregados da produção para o mercado. Da mesma forma que a consolidação do modelo capitalista no campo acentuou as diferenças sociais entre as diferentes categorias de agricultores, certamente foi um elemento que contribuiu para aumentar as diferenças nas relações de gênero, uma vez que não reconheceu o trabalho produtivo das mulheres na agricultura.

---

<sup>5</sup> Processo pelo qual o padrão agrícola químico, motomecânico e genético, gerado nos Estados Unidos, foi disseminado para várias partes do mundo (EHLERS, 1999, p. 16). Esse processo ocorreu principalmente nas décadas de 60 e 70.

Na Amazônia, a adoção do modelo químico-mecanizado chegou a ser desastrosa. Um exemplo que pode ser citado é o caso da pimenta-do-reino, plantada pelos japoneses em Tomé-Açu. Segundo Pinheiro (1993), os primeiros plantios de pimenta, na década de 20, eram feitos em pequenas clareiras na floresta. Essa cultura quando cultivada num ambiente pouco modificado e com sombreamento, pode alcançar uma alta produtividade. A ampliação dos plantios, a redução do sombreamento pelo afastamento da mata, o uso intensivo de adubo químico solúvel, provocaram alterações mais drásticas do ambiente e, deixaram a pimenta mais susceptível ao ataque da fusariose<sup>6</sup>.

Por outro lado, o modelo de agricultura tradicional, baseado na prática de corte e queima, intensamente utilizado na região, também se tornou alvo de manifestações ambientalistas. O crescimento populacional, a crescente minifundização dos sistemas agrários, reduzindo os períodos de pousio, as altas taxas de desmatamento e de emissão de gases, em função das queimadas, são fatores que colocam em xeque a continuidade desse modelo. A associação das práticas tradicionais de corte e queima com as modernas, ampliou os efeitos negativos da agricultura no meio ambiente e na sociedade.

A superação dos problemas do desenvolvimento da agricultura moderna e tradicional de corte e queima tem colocado a sociedade diante do desafio de mudança, não apenas do padrão produtivo, mas, também, das relações de gênero, entendendo este como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos (SCOTT, 1995 *apud* CAMURÇA, 2001). A construção de estratégias de desenvolvimento deve passar pela sustentabilidade agrônômica, ecológica, econômica e social, com base no reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria social, produtiva e política e no equilíbrio das relações sociais de gênero. Na década de 90, o acirramento do debate ambiental e das relações de gênero tem dado à agricultura familiar um papel estratégico para o

---

<sup>6</sup> Doença causada pelo fungo do gênero *Fusarium* que faz amarelecer e murchar as folhas e caules da planta.

desenvolvimento da sustentabilidade no campo e evidenciado o papel da mulher nesse processo.

A agricultura familiar começou a ser vista como uma garantia de preservação do meio ambiente por utilizar práticas agroecológicas em seus sistemas de produção, pelos conhecimentos acumulados sobre o uso dos recursos naturais, pelo desenvolvimento de sistemas complexos, baseado no consórcio de plantas e integração da produção animal e vegetal. Nesse contexto, o trabalho da mulher é um elemento chave no desenvolvimento de práticas sustentáveis de produção de alimento e manejo dos recursos naturais. De acordo com Kurian (1993), desde a domesticação de plantas, colecionando material genético, testando variedades e criando pequenos animais nos quintais, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas agroecológicos.

Nesse sentido, concordando com Chamo-chumbi (2002), a proposta da agroecologia e a perspectiva de gênero são fundamentais para alcançar a sustentabilidade agrônômica, ecológica, econômica e social. Ao se constituir num componente estratégico de desenvolvimento rural, a agroecologia tem as propostas tecnológicas e organizativas baseadas no conhecimento e uso racional dos recursos naturais. O enfoque de gênero, diferente do problema da mulher, permite analisar a realidade social entendendo que tanto mulheres e homens desenvolvem papéis e funções específicos na divisão do trabalho, no acesso e controle de seus recursos.

De acordo com Altieri e Yutervic (1993), a agroecologia tenta aproximar a perspectiva antropológica da pesquisa agrônômica, procurando formular um novo paradigma científico que focalize a agricultura de forma integral, enfatizando as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e o sócio-econômico, e sendo particularmente sensível às complexidades das agriculturas locais. Demonstra-se assim que, através da agroecologia é possível desenvolver agroecossistemas sustentáveis e valorizar a produção familiar rural.

O caráter antropológico e social da agroecologia permite que o desenvolvimento e adaptação de novas técnicas agrícolas tenham como base os conhecimentos tradicionais locais. Os seres humanos em várias partes do mundo acumularam, no decorrer de séculos, conhecimentos e experiências de convivência e integração com o meio ambiente (quadro 1). Segundo Harwood (1979), utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, eles freqüentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis. Da mesma forma, Navarro (1994) considera que muitos agroecossistemas tradicionais demonstraram-se sustentáveis graças a uma série de características estruturais e funcionais que foram desenvolvidas por estas pessoas.

Quadro 1 Tipologia do conhecimento desenvolvido por agricultores e agricultoras sobre os recursos naturais.

	GEOGRÁFICO	FISIOGRÁFICO	VEGETAL	BIOLÓGICO
<b>Estrutural</b>	Clima; Formas do Terreno; Montanhas; Ventos; Nuvens.	Topografia; Minerais; Solos; Água.	Unidades de vegetação	Plantas; Animais; Fungos.
<b>Dinâmico</b>	Ciclos lunares; Movimentos de materiais; Trocas em camadas freáticas.	Erosão do solo; Fenômenos microclimáticos.	Sucessão ecológica	Ciclos vitais; Períodos de floração; Estações de acasalamento.

Fonte: Toledo (1994). Adaptado pela autora.

Nestes aspectos, estão os fatores que afastam a agroecologia da ciência agrícola convencional, criticada por ser influenciada pela corrente positivista, dominante na ciência ocidental (GUIVANT, 1997). Apesar das críticas, os agroecologistas reconhecem que as explicações convencionais da agricultura ocidental possibilitam entender alguns aspectos importantes dos sistemas tradicionais e que o desenvolvimento de novas técnicas deve ser seguido por muitos dos princípios que orientam a agricultura tradicional, através da integração entre o conhecimento tradicional-local e o científico-técnico.

No modelo de ciência e tecnologia desenvolvido pelos órgãos de pesquisa, esta perspectiva não é observada no processo de geração de tecnologias voltadas para a produção familiar. De acordo com Costa (1998), as tecnologias desenvolvidas por instituições

científicas na Amazônia não têm sido eficazes, apresentando um grave distanciamento da realidade local, o que leva à necessidade de refletir sobre as formas de participação nos processos de desenvolvimento de pesquisas, o atendimento às demandas dos sistemas agrícolas familiares e o diálogo da pesquisa convencional com o conhecimento local dos agricultores e agricultoras.

Em função dos resultados desastrosos da agricultura moderna, algumas experiências agroecológicas vêm sendo desenvolvidas. Na Amazônia grupos de agricultores familiares, como o Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti, localizado no Município de Abaetetuba, Estado do Pará, estão implantando, através do processo de capacitação – experimentação, os princípios agroecológicos. Adotando e adaptando práticas como os sistemas agroflorestais, manejo de quintais agroflorestais, manejo de açaiçais, enriquecimento de capoeira e adubação verde, buscam responder aos problemas produtivos da agricultura familiar local. Contudo, poucas destas experiências estão sendo plenamente reconhecidas e aplicadas de forma mais ampla. Provavelmente, isso se deve a dois fatores: a limitação dos resultados alcançados, especialmente os econômicos e o acesso limitado às informações sobre estas práticas, principalmente por parte de agricultores e agricultoras familiares.

Por outro lado, na maior parte dessas iniciativas o enfoque de gênero não está inserido e, quando está, é confundido com as questões específicas das mulheres, resumindo-se na ampliação da participação das mulheres nos processos de capacitação e organização. Diante dessas evidências, acredita-se que incorporar o enfoque de gênero na proposta agroecológica ainda é um caminho a ser percorrido, um processo que deve ser construído, com uma preparação prévia para que se possa fazê-lo com a seriedade e profundidade necessária.

Ao se propor a analisar a questão da sustentabilidade a partir da concepção de que ela está baseada nas relações sociais de gênero, trabalhos como este, apresentam uma relevância acadêmica, por levantar elementos que possam contribuir para o debate teórico sobre

agroecologia e gênero; tem uma importância social, por se propor a identificar elementos que possam contribuir para a construção de projetos e programas agroecológicos que levem em conta as relações sociais de gênero, e incorpora uma significação política, por estar voltada para o fortalecimento das mulheres e homens que constituem a agricultura familiar na região amazônica.

## *2. Área de estudo: Abaetetuba terra dos ilustres*

A cidade de Abaetetuba localiza-se a 60 km (em linha reta) da capital paraense e está situada à margem direita do Rio Marataúira (ou Meruú), um dos afluentes do Rio Tocantins. O município possui uma área territorial<sup>7</sup> de 1.606,77 km<sup>2</sup>, um dos menores municípios do Estado. A figura 1 apresenta os limites físicos do município, que é parte integrante da Microregião de Cametá (Mesorregião do Nordeste Paraense) e faz limites ao norte com o Rio Pará e com o município de Barcarena, ao sul com os Municípios de Igarapé-Miri e Moju, a leste com o Município de Moju e a oeste com o Rio Pará e com o Município de Igarapé-Miri.

Considerando os aspectos climáticos, Abaetetuba apresenta um clima equatorial<sup>8</sup>, inserindo-se na categoria super úmido, que corresponde ao tipo Am na classificação de Köppen. A temperatura média local fica em torno dos 27°C, variando entre 35°C e 20°C. As chuvas são mais frequentes nos meses de janeiro a junho e o período de estiagem vai de julho a dezembro. A precipitação anual oscila em torno dos 2.000 mm. A umidade relativa do ar é elevada, com média de 85%.

---

<sup>7</sup> As informações sobre a área do município de Abaetetuba, relatadas em diferentes fontes, são diferenciadas. Segundo o IDESP, o município teria uma área de 1.521,45 km<sup>2</sup>. Na Revista Ver o Pará de 2002, a área seria de 1.090 km<sup>2</sup>. Nesse estudo, está sendo adotado o tamanho apresentado no Censo de 2000 disponibilizados pelo IBGE.

<sup>8</sup> No município de Abaetetuba não existe estação meteorológica. Assim, os dados microclimáticos registrados em Belém são parcialmente válidos para Abaetetuba, que está num raio de 100 km a partir da capital.

A topografia é plana, com acidentes topográficos inexpressivos. Os solos se dividem em três categorias: os solos de várzea ou planície de inundação, que predominam na chamada zona das ilhas e nas baixadas que permanecem continuamente alagadas; os tesos ou solos intermediários, situados nas faixas de transição entre os solos de várzea e a zona de terra firme e, que durante as grandes marés, ficam alagados; e os solos de terra firme, mais elevados que os tesos, em sua maioria formada por areias consolidadas e pedregulhos. Predominam o latossolo amarelo distrófico textura média associado ao podzol hidromórfico e solos concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, textura indiscriminada e relevo plano. Em manchas, nas ilhas, estão os solos gleys eutróficos e distróficos e aluviais eutróficos e distróficos de textura indiscriminada (IDESP, 1977).

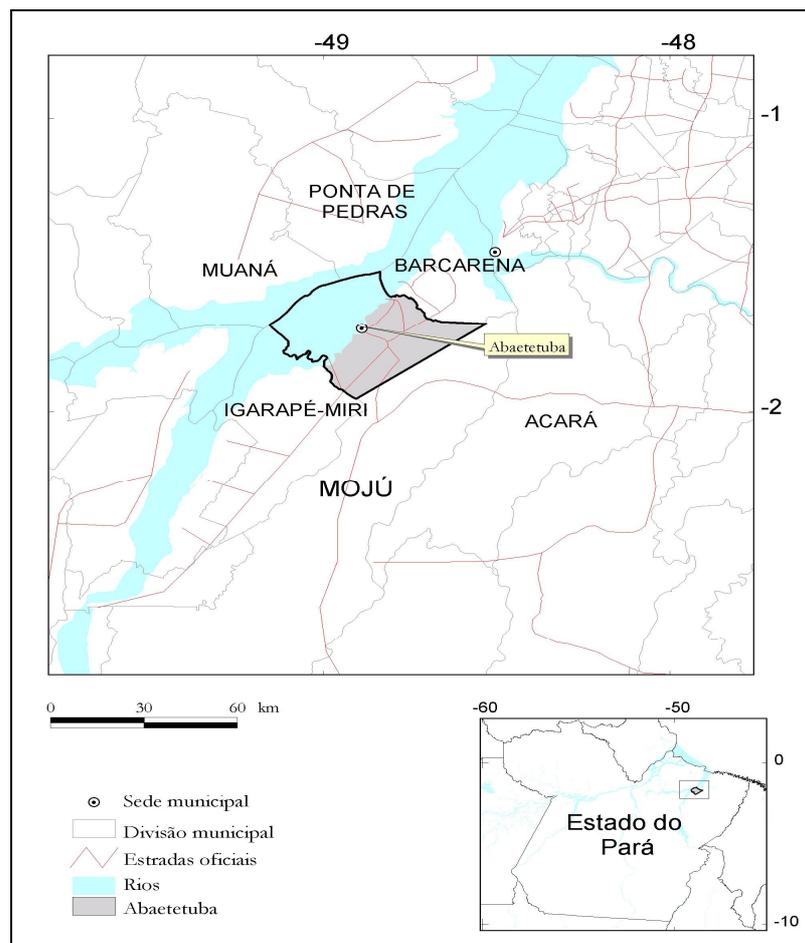


Figura 1. Mapa de localização do Município de Abaetetuba - Pa.  
Fonte: Cedido por IMAZON.

A cobertura vegetal primitiva formada pela floresta densa de terra firme é quase inexistente. A maior parte do município é coberta por vegetação secundária intercalada com cultivos agrícolas. As áreas de várzea apresentam a sua vegetação característica, com espécies ombrófilas latifoliadas, intercaladas com palmeiras, dentre as quais predominam o açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) e o miritizeiro (*Mauritia flexuosa* L. f.). As imagens de satélite do ano de 1986 apresentam uma alteração da cobertura vegetal da ordem de 88,40% demonstrando uma intensa ação antrópica na região.

Abaetetuba possui uma extensa rede hidrográfica, formadas de rios navegáveis em quase toda sua extensão, e incontáveis furos e igarapés. O Rio Tocantins é o principal entre eles que no município, recebe o nome de Maratauíra ou Meruí. Este rio separa a zona de terra firme, situada a leste do município, da zona das ilhas, a oeste, conforme pode ser visto na figura 1. Nesta zona, destacam-se os rios Piquiarana, Arapapu, Acaraqui, Genipaúba, Ipixuna, Jaurá, Jarumã, Traíra-Miri, Guajará, Arapiranga e Uruaenga (pela margem direita) e os rios Tucumanduba, Quinduba, Maracapucu, Arumanduba, Paramajó e Caripetuba (pela margem esquerda). O município possui cerca de 72 ilhas, das quais as mais importantes são Capim, Sirituba, Campompema, Paçoca, Cururu, São Bento, São Francisco, Santo Antônio e Coelho.

A história de Abaetetuba, segundo Machado (2003), tem sua origem no ano de 1724, quando Francisco de Azevedo Monteiro<sup>9</sup>, em busca de terras e riquezas, aportou nas terras às margens do rio Maratauíra, onde construiu uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Ao lado da capela foi se formando um aglomerado de casas que deu início à construção do Povoado Nossa Senhora da Conceição de Abaeté. Ao constatar que as riquezas que procurava não estavam naquela área, Francisco Monteiro doou as terras ao Governo do

---

<sup>9</sup> Segundo a lenda, o português Francisco Monteiro que era proprietário de uma sesmaria no Rio Jarumã, partiu com a família em busca de novas terras, quando foi acometido por uma tempestade que o desviou de sua rota original, no dia 8 de dezembro de 1724, dia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição. Temendo por sua vida, prometeu a santa que ergueria uma capela em sua homenagem, se conseguisse aportar num lugar seguro. Aportaram no local onde hoje fica o Cruzeiro (MACHADO, 2003).

Pará. Em 1773, a posse das terras foi transferida para Manoel da Silva Raposo e depois para a Igreja, que estimulou os moradores a organizarem-se e elevar o povoado a categoria de Freguesia de Abaeté.

Não se acreditava que Abaeté pudesse crescer administrando seu próprio território. Em 1844, Abaeté que pertencia ao território de Belém, foi anexado ao território de Igarapé-Miri. Em 1877 voltou a ser anexado às terras de Belém. Em 1880 o governador José Araújo Danim, transformou o território em município autônomo, sendo a Vila de Abaeté a sede do município. Em 6 de julho de 1895, a Vila foi elevada à categoria de cidade de Abaeté. A mudança do nome para Abaetetuba<sup>10</sup> se deu em 1943, com a aprovação do decreto que proibia a existência de duas ou mais cidades homônimas no Brasil. Como Abaeté de Minas Gerais era mais antiga, ganhou o direito de permanecer com o mesmo nome.

O desenvolvimento do município seguiu o modelo implementado na região. Desde a década de 70, com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, o desenvolvimento da Bacia do Rio Tocantins, da qual faz parte o município de Abaetetuba, tem sido estimulado para a integração com o contexto nacional. Esse desenvolvimento, baseado nas atividades agropecuárias e de mineração tem resultado no crescimento da população urbana e no aumento do êxodo rural, cujas taxas se mostram superiores às nacionais. No início da década de 90, a implantação do Projeto Albrás/Alunorte, no município vizinho de Barcarena, provocou um intenso fluxo migratório em Abaetetuba (CONSELHO, 1996), onde uma grande parte da população se transferiu para outras regiões, após o término das etapas das obras de construção civil, ou fixou-se nos perímetros urbanos do município.

As taxas de crescimento nas duas últimas décadas, de 2,63 e 2,71 %, respectivamente, ligeiramente superiores às do Estado, demonstram essa tendência. Esse fluxo migratório,

---

<sup>10</sup> O termo Abaeté origina-se do Tupi e significa *homem forte, valente e prudente*. O sufixo Tuba, também do Tupi, significa *lugar de abundância*. Abaetetuba significa *lugar de homens ilustres* (MACHADO, 2003).

também se verificou no setor rural nos mesmos períodos. Em 1970 a população rural representava 66% do total e em 1991, reduziu para 43,6%. A influência dos projetos acima e a falta de condições de saúde, educação e renda, são alguns dos fatores que influenciaram essa migração (CONSELHO, 1996). A tendência de crescimento da população, também foi verificada nos últimos resultados do Censo 2000, onde a população aumentou de 99.996 habitantes em 1991, para 119.152 habitantes em 2000. A densidade populacional subiu de 71,80 habitantes por quilômetro quadrado para 74,11 (IBGE, 2000).

Na última década verificou-se a continuidade do fluxo migratório rural-urbano, com uma redução da população rural que passou de 43,6% em 1991, para 41% em 2000 e um aumento da população urbana de 56,4% para 59%, no mesmo período. Nos setores urbanos a população masculina correspondia a 49,68%, ligeiramente menor que a feminina que era de 50,32%. Na tabela 1 pode-se verificar que, no setor rural a população masculina representava 52,50% e a feminina, menor, com 47,50%. A população total do município apresentava-se relativamente jovem, uma vez que 28,9% estavam na faixa etária de 20 a 39 anos. O índice de pessoas acima de 10 anos alfabetizadas no município era de 60%.

Tabela 1 População residente em Abaetetuba em 2000.

	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº de hab	%	Nº de hab	%	Nº de hab	%
População Residente	60.520	100	58.552	100	119.072	100
População Urbana	35.152	49,68	35.600	50,32	70.752	59
População Rural	25.368	52,50	22.952	47,50	48.320	41

Fonte: Censo Populacional do IBGE (2000).

A situação fundiária do município é caracterizada pelo predomínio de pequenos estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares. Em 1985, estes estabelecimentos representavam 73,1% do total e ocupavam uma área aproximada de 60.000 hectares, que representavam 21,2% da área ocupada no município. Os estabelecimentos, situados na faixa de 10 a 200 hectares, representavam juntos 26,61% e ocupavam uma área correspondente a

66,6% do total (CONSELHO, 1996). De acordo com o Censo de 1996, a maior parte dessas áreas era ocupada com florestas naturais (45%). Os cultivos permanentes representavam 13,9% das áreas utilizadas, seguido por 9,79% pelas pastagens e 5,82% pelas temporárias.

Atualmente, a economia agropecuária do município está baseada no extrativismo e na agricultura. De acordo com o Censo de 2000, o extrativismo representou 66% do valor da produção, sendo que a produção de açaí significou cerca de 50% desse valor. A produção agrícola representou 34% do valor total da produção, onde as culturas temporárias representaram 55% e as permanentes 45%. Contudo, vem-se verificando nos últimos anos uma redução da área cultivada das principais culturas agrícolas. Essa tendência de declínio também foi apontada pelo CMDR (1996) durante a década de 1980. No geral, o declínio desses produtos tem sido atribuído à exaustão dos solos, à baixa competitividade dos produtos e à incidência de pragas.

Em 1995, durante o processo de municipalização da agricultura, foi realizado no município o Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) da Produção Familiar. Nesse diagnóstico foram identificadas seis principais categorias sociais de produtores familiares (agricultor, pescador, oleiro, artesão de tala, extrativista e carpinteiro). A combinação dessas categorias com os aspectos geográficos do município (região das ilhas e continente ou centro; áreas de várzea e terra firme) resultou na caracterização de uma tipologia dos produtores familiares. Destaca-se como tipo predominante no continente (centro) o agricultor de terra firme e, nas ilhas, existem três tipos comuns: o agricultor que trabalha somente na várzea, o agricultor que trabalha na várzea e na terra firme e o pescador de várzea. Todos os tipos de agricultores familiares exercem diferentes atividades durante o ano (CONSELHO, 1996).

O Diagnóstico também identificou que, nas últimas décadas, a agricultura familiar em Abaetetuba tem sido afetada por fatores desestruturantes que vem colocando em risco as estratégias de produção e reprodução das famílias e apontou os fatores que tem contribuído

para isso: a) o declínio das formas de aviação e crédito informal para produção; b) a queda relativa dos preços dos produtos; c) processo de subdivisão das terras (minifundização), comprometendo a capacidade de regeneração da vegetação e do solo; d) o colapso da atividade canavieira; e) a redução dos recursos ictiológicos; f) a exploração indiscriminada dos açazeiros para produção de palmito. A consequência final disso é a diminuição da produção, acentuando o baixo nível de renda das famílias.

Diante desse contexto, os agricultores e agricultoras familiares em Abaetetuba tem desenvolvido inúmeras experiências de caráter sócio-político – fortalecendo as organizações sindicais e qualificando as pautas de reivindicações e processos de negociações; econômico – estabelecendo cooperativas para o beneficiamento e comercialização de seus produtos; e produtivo – alterando os tradicionais sistemas de produção, através da experimentação de práticas alternativas que promovam uma maior sustentabilidade dos recursos. Contudo, esses esforços estão sendo conduzidos de forma desarticulada, seja entre as próprias bases sociais que as conduzem, seja com as políticas que promovam a melhoria dos serviços públicos e das infraestruturas sociais, sendo este um desafio a ser superado pelos atores envolvidos na construção da sustentabilidade do município.

Entre as organizações sociais locais destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação de Pequenos Produtores (ADEMPA), a Cooperativa dos Produtores de Frutas (COOFRUTAS) e o Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti (Centro Tipiti). Estas organizações fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Rural de Abaetetuba, visando influenciar nas políticas de desenvolvimento da agricultura, de forma a fortalecer a agricultura familiar e a transformação do modelo agrícola, pela adoção dos princípios agroecológicos. Nesse processo, o Centro Tipiti assume o papel fundamental de capacitar agricultores e agricultoras para essa transformação.

### *O Centro de Treinamento em Tecnologia Alternativa Tipiti (Centro Tipiti)*

O Centro de Tecnologia Alternativa Tipiti foi fundado em 1992 por 24 lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Abaetetuba, com a finalidade de desenvolver, através da experimentação participativa, tecnologias alternativas para os agroecossistemas familiares. A proposta de criação de uma associação que viesse desempenhar um papel na constituição e apoio ao grupo aos agricultores familiares, que desenvolvesse projetos coletivos de produção, baseada em técnicas adaptadas às condições sociais e ambientais locais, começou a tomar corpo após uma série de reuniões envolvendo grupos vizinhos de delegacias sindicais, promovidas pelo STR e a Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE/Abaetetuba).<sup>11</sup>

A concretização da proposta ocorreu com a compra do sítio Tipiti, estabelecimento rural de 300 hectares, para eventos de formação sindical. A captação de recursos para o desenvolvimento das atividades se deu através de festas, bingos e torneios nas comunidades e com o apoio financeiro da FASE. No início da década de 1990, decidiu-se por transformar o Centro Tipiti num espaço de formação em práticas agrícolas na busca de melhorar os agroecossistemas familiares locais, articulando a formação técnica com a experimentação.

No período de 1992 a 1994, o Centro Tipiti investiu em atividades no sítio que incluíam: a construção e manutenção de viveiro para produção e distribuição de mudas de espécies fruteiras e florestais nativas; a multiplicação de sementes de leguminosas para adubação verde; ensaios com módulos agroflorestais; implementação do banco de

---

<sup>11</sup> A FASE é uma Organização Não Governamental de nível nacional, fundada em 1962, que tem por objetivo apoiar e assessorar o fortalecimento das organizações sociais para a construção de propostas sustentáveis para o desenvolvimento da região. No Estado do Pará atuava nas regiões do Nordeste Paraense, com a equipe sediada em Capanema; na região do Baixo Tocantins, com equipe em Abaetetuba e no Sudeste do Pará, através da equipe de Marabá. No final dos anos 90, os escritórios locais foram fechados e parte das equipes transferidas para Belém. Contudo, a região do Baixo Tocantins ainda é uma área priorizada pelo trabalho da FASE, onde vem ampliando as ações voltadas a transformação dos padrões tecnológicos e na construção da agricultura sustentável.

germoplasma de banana; manejo de solo com tração animal; construção de apiário; implantação de horta escola; e cursos e treinamentos para agricultores e agricultoras. Nesse período, participaram diretamente dessas atividades 96 famílias de 13 comunidades que eram selecionadas pela coordenação do Centro em conjunto com os representantes do STR e os técnicos da FASE.

Um projeto específico para capacitação foi financiado pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), através do Sub-programa Projeto Demonstrativo Tipo A (PDA), em 1997. A partir daí, o Centro passou a influenciar na transformação dos agroecossistemas, através do processo de capacitação e experimentação das práticas nas áreas das famílias envolvidas. Além do apoio técnico e financeiro da FASE, o Centro passou a contar com novos parceiros, como o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, posteriormente, com o Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e Alemanha (PRORENDA/PA).

De 1998 até o ano 2000, 138 pessoas desenvolveram experiências em técnicas alternativas, dentre estas, 32 mulheres. Participando de cursos de capacitação com conteúdos ligados a agroecologia, como adubação orgânica, sistemas agroflorestais, manejo de açaiçais, criação de pequenos animais e controle de pragas e doenças com produtos alternativos, os agricultores e agricultoras adquiriram conhecimentos, receberam apoio técnico e mudas para implantar em suas unidades de produção, pequenos módulos experimentais.

Os módulos experimentais foram inseridos nos agroecossistemas, conforme as limitações agroambientais identificadas no Diagnóstico. Conforme FASE (2000) cinco modelos de experimentos foram desenhados pelos agricultores e agricultoras em parcerias com os técnicos: capoeira enriquecida (figura 2), uso de leguminosas herbáceas e arbustivas

como cobertura viva (figura 3), agrofloresta de várzea e terra firme (figura 4), manejo de açaisais nativos e manejo de quintais agroflorestais (figura 5). Entre os resultados esperados, estavam a melhoria da qualidade e fertilidade dos solos, o aumento da produtividade dos sistemas e a ampliação da renda familiar.



Figura 2 . Módulo de capoeira enriquecida.

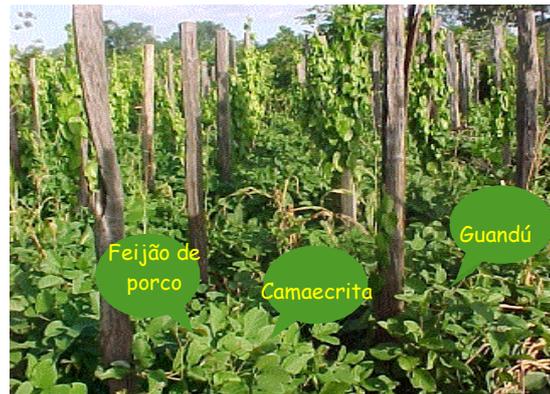


Figura 3. Módulo de cobertura viva.



**Figura 4** Módulo Agrofloresta



**Figura 5** Melhoramento de quintais.

Figuras 2 a 5. Módulos experimentais desenvolvidos por agricultores/as em Abaetetuba. (Fotos: Raul do Couto, FASE, 2001).

### 3. Algumas notas sobre a metodologia

O presente estudo tomou como principais atores sociais, os agricultores e as agricultoras de terra firme localizados na parte continental de Abaetetuba que, conforme a tipologia obtida no Diagnóstico Rural Participativo, possui maior representatividade no município. Por tratar-se de um trabalho cujo principal interesse foi analisar os resultados das

interações entre homens, mulheres e o meio ambiente na formação dos agroecossistemas, que segundo Ellen (1982), são resultados da atividade humana e estão sob influências das relações internas e externas, fez-se necessário desenvolvê-lo sob o enfoque sistêmico, tendo a unidade familiar como base central dessas relações e interações.

Nesse sentido, a Agroecologia permite essa análise por basear-se numa visão holística, integrando princípios agronômicos, ecológicos e sócio-econômicos à compreensão e validação do efeito das tecnologias sobre os agroecossistemas e a sociedade como um todo. Essa visão permite uma melhor compreensão da natureza dos agroecossistemas e dos seus princípios de funcionamento. Por outro lado, a utilização do enfoque de gênero como um instrumento de análise das relações sociais entre homens e mulheres, que se estabelecem no interior das famílias e nos agroecossistemas, possibilita uma maior compreensão da realidade local, permite a identificação dos problemas e elaboração de propostas que levem à construção de estratégias de sustentabilidade com relações justas e equilibradas entre homens e mulheres.

O levantamento dos dados sociais, culturais, econômicos e ambientais foi priorizado no decorrer da pesquisa, tanto em suas perspectivas históricas, como atuais, através de consultas aos documentos oficiais (relatórios de atividades e de execução de projetos do Centro Tipiti e da FASE Amazônia), trabalhos analíticos, material publicado em revistas especializadas, estatísticas e outros materiais que direta ou indiretamente são pertinentes às questões tratadas. Esse material contribuiu para uma melhor caracterização e análise das estratégias dos agricultores e das agricultoras familiares na região.

O trabalho de campo incluiu a observação direta, realização de conversas informais e entrevistas abertas, utilizando metodologias participativas que permitissem uma construção analítica das unidades produtivas em relação a sustentabilidade dos agroecossistemas e as relações sociais de gênero. Utilizando os fundamentos da Antropologia, construiu-se a

etnografia dos agricultores e agricultoras familiares. Essa perspectiva é mais do que consagrada, tanto por permitirem a recuperação da memória social histórica como para apreender as evidências atuais (BOAS [1896], 1948; MALINOWSKI, 1967), isto em que pesem os debates mais recentes dos pós-modernos.

Por outro lado, ao fazer uso dos fundamentos da agroecologia, baseados nos campos da Agronomia, Ecologia, da Sociologia e Antropologia, esta pesquisa afastou-se do modelo convencional, que para Altieri (1989), é determinado pelo diálogo limitado entre as linhas disciplinares, pela estrutura de investigação científica que tende a atomizar as questões da pesquisa e pela comodidade do enfoque agrícola.

O elemento aglutinador dos aspectos acima citados foi o enfoque de gênero. A integração deste enfoque no contexto dos projetos de desenvolvimento agroecológico requer, primeiramente, o entendimento de que este não pode ser visto como mais um problema e, sim, como uma outra forma de entendimento da realidade social rural, que conforme Chamocho (2002), permite abordar justamente o problema da transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável com base agroecológica. Os problemas de iniquidade social, distribuição injusta da riqueza, da pobreza rural, da marginalização da mulher e da degradação ambiental e sua relação com as políticas econômicas devem ser reconhecidos de forma crítica.

A análise de gênero é compreendida nesse trabalho como o estudo e a análise dos papéis, direitos e responsabilidades, problemas e necessidades de homens e mulheres, e as dinâmicas internas e entre as famílias nos agroecossistemas (BALAREZO, 2003). O esforço sistemático para documentar e compreender as diferenças existentes entre homens e mulheres, como geradoras de diversas possibilidades de acesso e controle dos recursos e na tomada de decisão na família e na comunidade, levou-se em conta: 1) a divisão do trabalho familiar por gênero, 2) o acesso aos recursos e aos benefícios obtidos; 3) os fatores

econômicos, sociais, ambientais, técnicos e institucionais que condicionam a divisão do trabalho e o acesso aos recursos e benefícios.

As conversas informais e entrevistas semi-estruturadas foram feitas no contexto das organizações sociais, em especial o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba e o Centro Tipiti. Estas foram fundamentalmente abertas, uma vez que, conforme Oliveira e Oliveira (1981), as perguntas fechadas e/ou objetivas tendem a bloquear o surgimento de dados novos e inesperados. Respostas a elas também tendem a limitar a confirmação ou negação das hipóteses. Entrevistas abertas podem ainda permitir uma relação dialógica entre pesquisador e pesquisado.

As entrevistas foram formuladas, ainda que de modo semi-estruturado, para a principal categoria deste estudo: os agricultores e agricultoras familiares, que participaram dos cursos e treinamentos realizados pelo Centro Tipiti. As entrevistas, na maior parte dos casos, foram realizadas com o conjunto dos membros da família, priorizando a participação de homens e mulheres adultos. Mas, algumas vezes fez-se necessário realizar conversas separadas com as mulheres, que no espaço coletivo pouco expressaram suas opiniões. Considerando que, abordar as relações de gênero implica em desvendar as relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres, foi necessário fazê-lo a partir de uma reflexão sobre a família como um espaço de conflito, conforme expressou Pacheco (informação verbal)<sup>12</sup>, estando a pesquisadora atenta para desenvolver suas reflexões, a partir dessa compreensão.

As observações foram registradas em cadernos de campo, juntamente com os *insights* produzidos. Para coleta e registro das informações (desagregadas por sexo) durante as entrevistas, foram utilizados instrumentos como: croquis (figura 11), mapa de fluxo dos produtos (figura 12) e calendários de atividades, construídos coletivamente pelas famílias, conforme se pode verificar nas figuras 6, 7 e 8. As entrevistas foram registradas em fitas k-7

---

<sup>12</sup> Palestra conferida na oficina de Gênero e Agroecologia, realizada no âmbito do II Fórum Social Pan Amazônico que aconteceu em Belém – Pará, em 2003.

e fotografias. A realização de caminhadas pelas áreas de trabalho, geralmente acompanhada pelo casal, possibilitou uma maior descontração dos entrevistados, ampliando a comunicação e garantindo o acesso a informações ainda não percebidas. Esse processo foi, ao mesmo tempo, de coleta de dados e de reflexão das famílias sobre suas atividades, as limitações e potencialidades de seus sistemas.



Figura 6. Domingos e seus filhos Francisco e Maria da Conceição elaborando o croqui da unidade de produção.



Figura 7. João Antônio, Raimunda e seus filhos/as elaborando croqui da unidade de produção.



Figura 8. Marcilene com seus pais e irmãos elaborando croqui da unidade de produção.

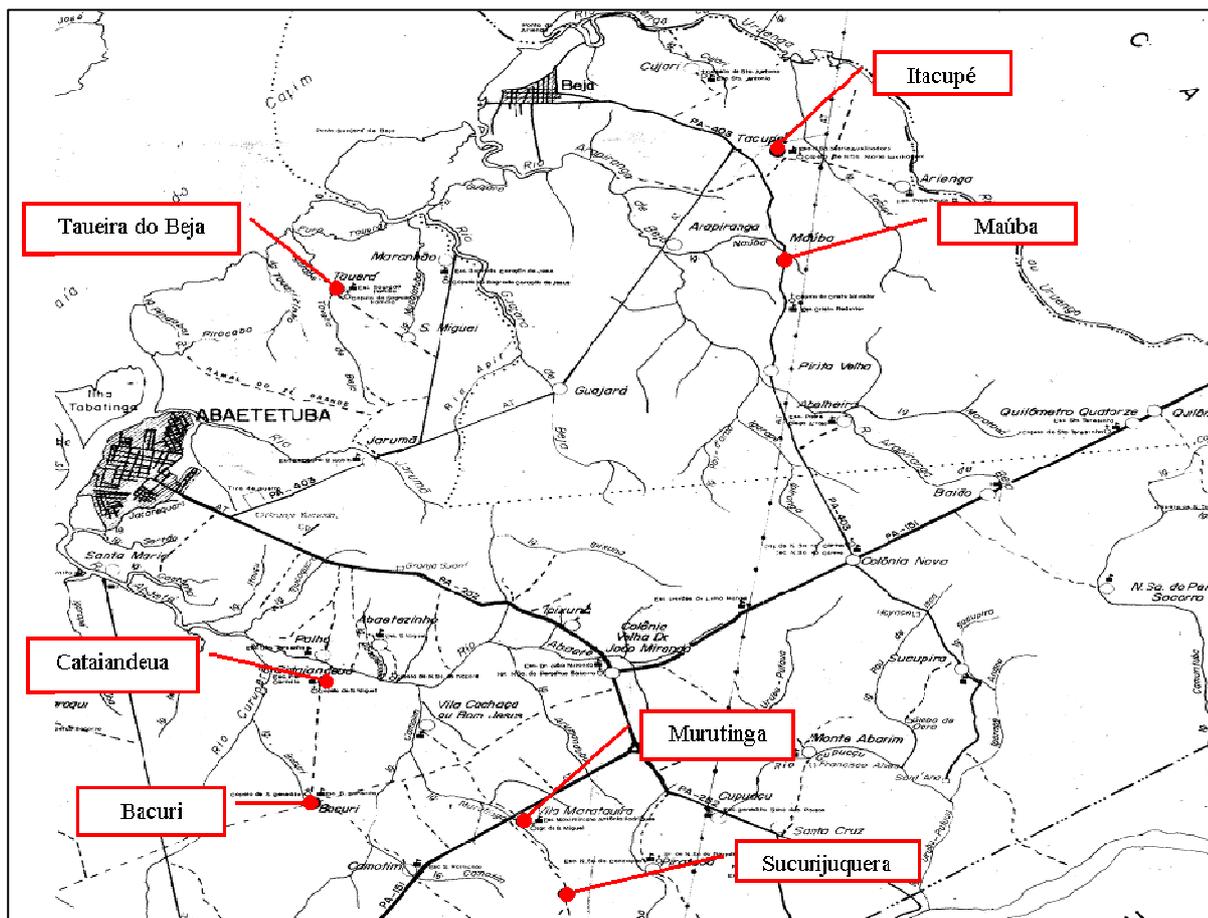
O trabalho de campo foi realizado nos meses de julho, agosto e setembro de 2003. Considerando que o controle de informações por parte dos atores é freqüente entre os grupos sociais, conforme apresenta (BERREMAN, 1975), foi necessário que a pesquisadora apresentasse seus interesses, de forma a estabelecer maior confiança e interação social. Neste sentido, a proposta da pesquisa foi exposta para membros da coordenação do Centro Tipiti, sindicato, associação e cooperativa, associados e monitores<sup>13</sup>. Nesse momento, foram selecionadas as 12 famílias que fizeram parte da pesquisa, tomando como critérios: a participação de pelo menos um dos membros nos treinamentos do Centro Tipiti; e estarem localizadas na região de terra firme, parte continental do município. A figura 9 apresenta a localização das comunidades do Bacuri, Cataiandeuá, Maúba Centro, Murutinga, Itacupé, Taveira do Beja e Sucurijuquera onde a pesquisa foi realizada.

A definição desse recorte geográfico se deu em função de dois fatores: primeiro, porque essa região apresenta um processo acelerado de degradação dos recursos naturais (solo e vegetação), o que requer amplos investimentos na construção de alternativas para os sistemas produtivos; segundo, porque a adoção dos princípios agroecológicos promovidos pelo Centro Tipiti pelos agricultores e agricultoras da terra firme, tem se dado em ritmo muito

---

<sup>13</sup> Os monitores são pessoas que passaram por treinamentos no Centro e implementaram módulos experimentais em seus agroecossistemas. Também tinham a tarefa de multiplicar esses conhecimentos na comunidade.

lento, se comparado com a região das ilhas, aonde um maior número de famílias vem desenvolvendo práticas de manejo de açaçais, agrofloresta de várzea e melhoramento de capoeira.



**Figura 9** Mapa de localização das comunidades abrangidas pela pesquisa.  
 Fonte: IBGE, 1988. Adaptado pela autora.

## **PRIMEIRA PARTE**

---

### **Reconstruindo a agricultura**

---

## Capítulo 1 Criando e recriando formas de uso da terra

Historicamente, a agricultura tem experimentado diversas revoluções em diferentes períodos. O processo de desenvolvimento tecnológico de produção tem sido acompanhado por novas formas de organização social, assim como outras formas de relacionamento da humanidade com a natureza, resultando em vários níveis de transformações dos ecossistemas naturais e da sociedade. Esse processo de desenvolvimento vem resultando no maior domínio sobre as forças naturais que afetam a produção e a produtividade agrícola, de forma a garantir a regularidade na oferta de alimentos, fibras e outros produtos necessários para a sobrevivência humana, como apresenta Deléage:

Em todas as partes do mundo os ecossistemas naturais têm sido substituídos por agroecossistemas, incorporando um número de espécies naturais, que vem se convertendo na parte essencial de todos os complexos ecológicos atuais, resultando na destruição irreversível dos equilíbrios naturais primários e substituição por equilíbrios secundários instáveis. (DELÉAGE, 1993, *apud* COSTABEBER, 2002, p.7).

A agricultura iniciou há mais ou menos dez mil anos, no norte da África e no oeste asiático, quando os povos abandonaram progressivamente a caça e a coleta de animais para produzir seus próprios grãos (EHLERS, 1999). Nesse período as práticas de manejo agrícolas eram realizadas com o uso de técnicas precárias e a produção de alimentos era um grande desafio para a humanidade. Esse mesmo autor afirma que, a aproximação da atividade agrícola com a pecuária promoveu uma grande transformação da agricultura – a Primeira Revolução Agrícola – que ocorreu na Europa Ocidental. Essa integração possibilitava a implantação de sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras leguminosas, resultando no aumento da taxa de lotação dos pastos, beneficiavam a fertilidade do solo, o aumento da diversidade e a intensificação do uso da terra. A criação de animais garantia a obtenção de produtos de origem animal, a força de tração e a produção de esterco.

O uso intensivo das terras para produção de alimentos e a redução do período de pousio, aumentou a necessidade da fertilização do solo. A forma de reposição dos nutrientes tornou-se alvo de diversas pesquisas, que associadas aos avanços tecnológicos obtidos no início do século XIX, levaram a uma nova transformação da agricultura. Esse período de transformação ficou conhecido como a Segunda Revolução Agrícola (EHLERS, 1999) e, caracterizou-se pelo confronto de duas correntes teóricas: a química, que via no uso dos fertilizantes sintéticos a solução para problemas de fertilidade do solo e a teoria humista, que defendia o uso dos adubos orgânicos naturais como forma eficiente de fertilização. O avanço nas pesquisas de melhoramento genético das plantas, o desenvolvimento de motores de combustão interna, e o uso de agrotóxicos para o controle de pragas e doenças das lavouras, também foram fatores que influenciaram essa transformação.

Durante a primeira metade do século XX, esses elementos orientaram a adoção de novas práticas agrícolas, que levaram ao progressivo distanciamento da produção animal e vegetal e substituição por sistemas simplificados e artificiais, consolidando um modelo *químico, mecanizado e genético* (EHLERS, 1999). Isto levou ao declínio muitas das estruturas de produção características da Primeira Revolução Agrícola. Os anos 60 e início dos anos 70 foi o período das maiores transformações da história mais recente da agricultura, ficando conhecido como Revolução Verde. Esse período caracterizou-se pelos avanços no setor industrial agrícola e das pesquisas química, mecânica e genética, a substituição dos sistemas de produção locais e tradicionais, a possibilidade de modificar e controlar os processos biológicos, que determinam o crescimento das plantas. Estes fatores contribuíram para aprofundar essas transformações.

A nova proposta de produção agrícola, que carregava consigo a promessa de eliminar a fome no mundo foi disseminada nos países em desenvolvimento através de pacotes

tecnológicos<sup>14</sup> com o apoio dos órgãos governamentais, da grande maioria da comunidade agrônoma, das empresas produtoras de insumos e de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas (ONU) (EHLERS, 1999). A aplicação dessas tecnologias nos sistemas de produção ocorreu, na maioria dos casos, sem que se levasse em consideração as suas características ambientais, ecológicas, econômicas, sociais e culturais, resultando em impactos de diferentes ordens e proporções (ALTIERI, 1989; EHLERS, 1999; ALMEIDA et al, 2001).

A versão moderna da agricultura, dependente da indústria agroquímica, consolidou-se e transformou-se para muitos agricultores, agrônomos e pesquisadores na forma ideal de produção de alimentos, principalmente, nos países industrializados. Para Khatounian (2001) este ficou conhecido como o modo convencional de produção. Nas cidades, os consumidores modificaram seus hábitos alimentares, introduzindo em suas dietas produtos pouco adaptados às condições locais de cultivo, legitimando, assim, esse modelo.

O avanço da Revolução Verde no Brasil apresentou como características do ponto de vista socioeconômico, o incentivo à modernização tecnológica de latifúndios e constituição de grandes e médias empresas agrícolas; a promoção da articulação entre a produção agropecuária e os complexos agroindustriais de produção de insumos nacionais e internacionais. Do ponto de vista técnico, promoveu a inserção dos pacotes tecnológicos, que visavam aumentar os rendimentos dos cultivos em ambientes diferentes; buscou o maior controle das condições naturais simplificando as formas de produção (monocultivos) e artificializando ao máximo o meio natural (mecanização, fertilizantes químicos, agrotóxicos, equipamentos de irrigação, variedades de alto rendimento). Do ponto de vista das políticas

---

<sup>14</sup> O avanço da engenharia genética para a agricultura possibilitou a produção de variedades altamente produtivas, desde que utilizadas concomitantemente com automecanização e insumos industrializados (adubos químicos, herbicidas, inseticidas) (EHLERS, 1999). A esse conjunto de práticas e insumos denominou-se de pacote tecnológico.

públicas governamentais criou linhas de crédito rural; garantiu a assistência técnica e extensão rural aos produtores; desenvolveu pesquisas para criar variedades adaptadas às condições locais; e criou escolas agrônômicas, com base nas escolas americanas.

Enquanto as monoculturas de soja e trigo eram instaladas nas regiões Sul e Sudeste, na Amazônia, a década de 70, foi o período em grandes projetos de infraestrutura como a Rodovia Transamazônica e do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais. Após se verificar a preocupação com a importação indiscriminada de tecnologia, foram implantados os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1972/1974) e (1975/1979) visando à geração autônoma de tecnologia<sup>14</sup>, o incentivo a implantação de Centros de Pesquisa e a difusão de tecnologias, visando a modernização da agricultura. Institutos de pesquisas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IEPAN) foram instalados na região, para fortalecer os grandes projetos agropecuários, com ênfase para as culturas da pimenta-do-reino, cacau e a pastagem (HOMMA, 2003), ampliando as áreas de desmatamento.

---

<sup>14</sup> Apesar do estímulo ao desenvolvimento de tecnologias locais estas estavam referenciadas pelas teorias da modernização agrícola da Revolução Verde.

**Quadro 2** Conseqüências da adoção do modelo convencional da agricultura.

	AMBIENTAIS
Biomassas e biodiversidade	<p>Redução dos biomas (regiões de Mata atlântica e Cerrado) nativos e da biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre 1970 e 1985 a produção agropecuária brasileira aumentou 119%, destes 73% são atribuídos ao crescimento da superfície cultivada.</li> <li>• Área de produção de soja aumentou 17,5% no período entre 1991 e 1994.</li> </ul>
Solo	<p>Perda de solo através da erosão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estima-se uma perda de 20 toneladas de solo por hectare/ano.</li> <li>• Em São Paulo, para 1 kg de soja, perde-se 10 kg de solo/ano.</li> </ul>
Água	<p>Desperdício de água.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 1990, a agricultura irrigada era responsável por 59% do consumo de água no Brasil.</li> </ul>
	SOCIAIS
Contaminação por agrotóxico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em 1993, foram notificados no Brasil, 6.000 casos de contaminação de trabalhadores.</li> <li>• O valor das vendas no mercado brasileiro aumentou de um bilhão, em 1990, para 2,18 bilhões em 1997.</li> <li>• De 1964 a 1991 o consumo de agrotóxico aumentou 276,2%.</li> <li>• Surgimento de doenças e pragas e, resistência de outras aos produtos aplicados.</li> </ul>
Centralização regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centralizado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.</li> <li>• Mais de 80% do valor dos financiamentos cedidos às empresas e cooperativas, na década de 70, dirigiu-se para os estados da região Sul do País.</li> </ul>
Concentração fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No Censo de 1995/6, as propriedades com mais de 1000 hectares, representavam 1% do total e, detinham 45,1% da área ocupada pela agricultura.</li> </ul>
Êxodo rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre 1985 e 1995, cerca de 5,5 milhões de ocupações em atividades agrícolas foram eliminadas.</li> </ul>
Exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muitos agricultores familiares saíram de suas terras.</li> </ul>
	ECONÔMICOS
Elevado custo de produção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento alto na manutenção e renovação de máquinas e insumos modernos.</li> </ul>
Dependência de insumos externos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre 1967 e 1975 a aplicação de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de agrotóxicos quase 4 vezes e a de tratores quase três vezes.</li> </ul>
Estagnação e queda da produtividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O índice de produção agrícola anual <i>per capita</i>, em nível mundial, nas décadas de 70 e 80 aumentou de 91 para 96 e estagnou em torno de 99, nos anos 90.</li> </ul>

Fontes: Ehlers (1999); Pádua (2002); Gliessman (2000). Adaptado pela autora.

As conseqüências decorridas do processo de modernização mostradas no quadro 2 demonstram que o modelo convencional não é sustentável. Como afirma Gliessman (2000), todas as práticas da agricultura convencional tendem a comprometer negativamente a

produtividade agrícola e ecológica futura, em favor da alta produtividade no presente. Segundo Costa (2000) a dependência tecnológica produziu a adoção de matrizes tecnológicas inadequadas às características tropicais do país, em especial da Amazônia, uma vez que, derivam da adaptação industrialista da agricultura às características temperadas dos países do Norte. Se durante o século XX obteve-se um aumento da produção de alimentos, através da incorporação de áreas para a produção e do aumento da produtividade dessas áreas, hoje, torna-se necessário repensar os meios convencionais com os quais se alcançaram esses resultados.

O processo de modernização da agricultura ocorreu sem que a ciência agronômica levasse em conta a herança agrícola acumulada pelos povos locais, em termos de experiências, conhecimentos e tecnologias desenvolvidas. De acordo com Altieri (1989) três processos históricos contribuíram para denegrir esses conhecimentos locais: i) a destruição de suas tradições culturais; ii) as transformações dramáticas das sociedades nativas e dos seus sistemas de produção e iii) a ascensão da ciência positivista. Dessa forma, as idéias percebidas e desenvolvidas na agricultura tradicional, defendida pelo discurso naturalista, não conseguiram ser infiltradas nos meios científicos, como cita Altieri:

Esta transição epistemológica substituiu uma visão orgânica e viva da natureza por uma visão mais mecânica. Cada vez mais, esta tendência enfatizava uma linguagem científica, uma maneira de se referir ao naturalismo que rejeitavam outras formas de conhecimento científico como superstição (ALTIERI, 1989, p. 27).

O isolamento dos grupos científicos do campo agronômico e, a pouca articulação e diálogo com outras ciências também contribuíram para a não integração do conhecimento tradicional. Hecht (1993) afirma que um dos resultados desse processo de modernização deve-se a existência de poucas oportunidades para as instituições desenvolvidas em uma agricultura mais holística se infiltrar na comunidade científica formal. E, essa dificuldade estava impregnada de preconceitos, não reconhecidos pelos pesquisadores, relacionados a

aspectos como classe social, grupo étnico, cultura e sexo. Com isso, a modernização da agricultura e o avanço das ciências agrícolas seguiram sem tomar em conta os diferentes papéis de mulheres e homens nos agroecossistemas e as suas relações com a natureza, reforçando um modelo de desenvolvimento dominante, onde o crescimento econômico deveria ocorrer a qualquer custo social, cultural e ambiental.

Os primeiros estudos sobre os processos ecológicos na agricultura foram fundamentados nas pesquisas do final do século XIX, que buscavam avaliar a formação do húmus, o funcionamento da microbiologia, a fertilidade dos solos e existência de uma agricultura permanente e sustentável, devido à reciclagem de matéria orgânica (EHLERS, 1999). Klages, um dos precursores do desenvolvimento da ecologia agrícola, ao final da década de 20, sugeriu que para compreender as complexas relações entre agricultura e os ecossistemas era preciso levar em conta os fatores fisiológicos e agrônômicos que influenciam a distribuição e adaptação de culturas de determinadas espécies. Em 1941, o mesmo autor, ampliou essa definição incluindo os componentes históricos, tecnológicos e socioeconômicos que caracterizavam os diferentes ambientes como determinantes para a produtividade das lavouras.

Durante os períodos de transformação da agricultura, os processos ecológicos foram desvalorizados e anulados pela modernização. No entanto, nas últimas décadas tornaram-se fundamentais para a emergência de um novo modelo de agricultura, num processo de redescoberta dos aspectos ecológicos da agricultura tradicional. Os avanços em torno de uma compreensão mais crítica das tecnologias sobre a natureza resultaram do estudo sobre o que agricultores e agricultoras já tinham aprendido a fazer (HECHT, 1993).

O avanço da agricultura convencional se fortaleceu de tal forma, que aqueles que pensavam ou contestavam sua eficiência, eram considerados contrários ao desenvolvimento ou retrógrados, sendo considerado tolice tudo o que destoasse desse modelo. Contudo, os

indícios de que o modelo convencional de agricultura apresentava problemas energéticos, agronômicos e ambientais começaram a surgir nos anos 60. Alguns estudos marcaram o questionamento das bases tecnológicas do padrão convencional. Entre eles destaca-se a publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, em 1962, denunciando o uso indiscriminado de substâncias químicas tóxicas na agricultura. Este se tornou um dos principais alicerces do pensamento ambientalista no mundo, contribuindo, segundo Ehlers (1999), para que a preocupação com as questões ambientais penetrasse na esfera da agricultura. Esses questionamentos estavam inseridos em um movimento mais amplo que não se restringia às tecnologias agropecuárias e aos problemas rurais, mas, que questionava o próprio modelo de sociedade industrial.

Outra obra importante para os movimentos contrários ao modelo convencional da agricultura, foi o livro *Small is beautiful* (O negócio é ser pequeno), de Ernest Frederick Schumacker, que introduziu o conceito de tecnologia apropriada como um importante referencial teórico para as propostas alternativas na agricultura. Segundo esse conceito os métodos e os instrumentos de produção devem ser desenvolvidos de acordo com as diferentes realidades de cada país ou região, sendo suficientemente baratos, de modo a possibilitar sua utilização pelas pessoas de baixa renda (EHLERS, 1999). Assim, as tecnologias na agricultura devem ser adaptadas aos aspectos ambientais, ecológicos, econômicos e sociais do local.

Os estudos e as denúncias sobre as questões ambientais atraíram o interesse da sociedade impulsionando um movimento contestatório em vários países chamado de contracultura. Este movimento colocava em questão vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo e mudança de hábitos alimentares e, reforçou outros movimentos como o feminismo, a consciência sobre a saúde, a luta contra o racismo e o ambientalismo dentre outros (EHLERS, 1999). Essas idéias

favoreceram os métodos produtivos mais naturais, baseados na redução dos agroquímicos, na valorização dos processos biológicos e vegetativos dos sistemas produtivos, e pelo uso da adubação orgânica, plantio consorciado, rotação de culturas e controle biológico de pragas, passando a ser chamados de alternativos.

### *1.1 As principais características das correntes de agricultura alternativa*

Ainda na década de 20, surgiram movimentos contrários à adubação química que valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos. Esses movimentos rebeldes, como chamou Ehlers (1999), deram início ao surgimento de diferentes correntes de pensamento em vários países, incorporando elementos da cultura de onde emergiam ao seu corpo filosófico e prático (KHATOUNIAN, 2001). Nas décadas de 20 e 40 surgiram as correntes da agricultura biodinâmica, da agricultura orgânica, e da agricultura natural. Nos anos 60, surgiu na França, a agricultura biológica. Uma síntese das características dessas correntes, construída a partir de Ehlers (1999) demonstra que estas, apesar de terem diferenças entre si, possuem como ponto em comum a preocupação com preservação ecológica dos agroecossistemas, buscando, através das práticas (quadro 3) a recuperação e/ou manutenção dos recursos naturais e seu funcionamento. Abaixo, as principais características dessas correntes.

**A Agricultura Biodinâmica** foi idealizada pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner, que promoveu na Polônia um ciclo de oito conferências sobre agricultura. Nas conferências enfatizou a importância da manutenção da qualidade dos solos para a sanidade das culturas vegetais apontando soluções para o tratamento do solo, do esterco e, para o preparo de aditivos para adubação que visasse reestimar as forças naturais dos solos (preparados

biodinâmicos). Esse movimento tinha como meta principal difundir a idéia que a propriedade agrícola deveria ser vista como um *organismo* com suas características individuais próprias.

**A Agricultura orgânica** surgiu a partir dos estudos sobre compostagem e adubação orgânica, realizados por Sir Albert Howard, entre os anos de 1925 e 1930 na Índia. Além de destacar a importância da matéria orgânica nos processos produtivos, este pesquisador mostrou que o solo não deveria ser entendido apenas como um conjunto de substâncias, pois neles ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos, essenciais à saúde das plantas. Nesses processos, os resíduos animais eram transformados em húmus e aplicado ao solo em época conveniente. Apesar da péssima recepção pelos colegas ingleses, suas idéias foram popularizadas por Jerome Irving Rodale, nos Estados Unidos. Com a prática da agricultura orgânica e a publicação dessas idéias pela sua própria editora tornou-se um dos principais centros de referência dessa vertente alternativa. Em 1980, a noção de agricultura orgânica apresentava um campo conceitual e operacional mais preciso, e em 1984 foi reconhecida oficialmente pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

**A Agricultura biológica** baseada nos aspectos econômicos e sócio-políticos, o modelo organo-biológico foi lançado no início dos anos trinta pelo político suíço Hans Peter Müller. Esse modelo preocupava-se com a autonomia dos produtores e com os sistemas de comercialização direta aos consumidores. Essas idéias permaneceram latentes por três décadas, quando foram difundidas pelo médico alemão Hans Peter Rush, que sistematizou e difundiu as idéias de Müller. Diferente do movimento orgânico, a agricultura biológica não considerava essencial a associação da agricultura com a pecuária, não restringindo a proveniência da matéria orgânica à produção animal. Opunha-se à biodinâmica por recomendar a incorporação de rochas moídas ao solo, já que essas não são facilmente lixiviadas e decompõem-se lentamente, contrariando assim, a noção de autonomia completa da propriedade agrícola ou de um organismo como pensava Steiner. Essas idéias difundiram-

se especialmente na Alemanha, Suíça e França, onde mais se desenvolveu. Um importante trabalho dentro dessa vertente foi o de Francis Chabousou sobre a teoria da *trofobiose* que mostrava a estreita correlação entre a intensidade de ataque de parasitas e o estado nutricional das plantas.

A **Agricultura natural** foi idealizada por Mokiti Okada que criou, em 1935, uma religião que tem como alicerce a agricultura natural. Essa proposta tinha como princípio fundamental que as atividades agrícolas deveriam respeitar as leis da natureza. Após a Segunda Guerra Mundial essa vertente se espalhou pelo Japão e outros países do ocidente, a partir da realização de encontros anuais sobre agricultura natural e da instalação de duas bases experimentais e a fundação do Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Natural. Outro pesquisador japonês, Masanobu Fukuoka também defendia o respeito às leis da natureza, propondo que as atividades agrícolas exercessem uma mínima intervenção no ambiente e nos processos naturais.

Chamado de *método do não fazer*, o agricultor deveria não arar a terra, não aplicar inseticidas e fertilizantes e nem utilizar compostos. E, sim, aproveitar ao máximo os processos que já ocorrem espontaneamente na natureza, sem esforços desnecessários e desperdícios de energia. Essas idéias foram difundidas na Austrália pelo método que ficou conhecido como **Permacultura**, cujo princípio é o cultivo alternativo de gramíneas e leguminosas, e a manutenção da palha como cobertura do solo.

À semelhança com a agricultura orgânica invalidaria classificá-las como vertentes distintas. Entretanto, a sua origem, os motivos para a criação de ambas e outros aspectos justificam essa separação. Inicialmente a agricultura natural não recomendava a rotação de culturas já que elas não ocorrem de maneira espontânea na natureza; o segundo é que mesmo defendendo a reciclagem de matéria orgânica nos processos produtivos, a agricultura natural é reticente ao uso de matéria orgânica de origem animal, que segundo seus princípios, contém

impurezas sendo seu uso desaconselhado. Isso impulsionou o desenvolvimento de técnicas de compostagem de vegetais como também a utilização de microorganismos que auxiliam os processos de decomposição e melhoram a qualidade dos compostos.

Na década de 70 esses movimentos se multiplicaram e esse conjunto de experiências passou a ser reconhecido como agricultura alternativa que, foi definida pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos como:

Qualquer sistema de produção de fibras ou alimentos que busque: aumentar a incorporação de processos naturais nos processos produtivos agrícolas; reduzir a utilização de recursos externos à propriedade que ofereçam riscos à saúde humana e de poluição ambiental; maior produtividade pelo uso do potencial genético de plantas e animais; ter uma produção lucrativa enfatizando o melhoramento da capacidade de gerenciamento e a conservação do solo, da água, da energia e dos recursos biológicos (EHLERS, 1999, p. 75).

**Quadro 3** Práticas agrícolas incentivadas pelas correntes de agricultura alternativa.

CORRENTES	PRINCIPAIS PRÁTICAS INCENTIVADAS
<b>BIODINÂMICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Interação entre a produção animal e vegetal.</li><li>• Respeito ao calendário biodinâmico, que indica as melhores fases astrológicas para a semeadura e demais atividades agrícolas.</li><li>• Utilização de preparados biodinâmicos, compostos líquidos preparados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais, que visam reativar as forças vitais da natureza.</li></ul>
<b>ORGÂNICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rotação de culturas.</li><li>• Uso de esterco animais, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda.</li><li>• Cultivo mecânico.</li><li>• Uso de minerais naturais.</li><li>• Controle biológico de pragas sem uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal composta sinteticamente.</li></ul>
<b>BIOLÓGICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Manejo dos solos de forma a propiciar condições adequadas para o crescimento e manutenção de sua biologia.</li><li>• Fertilização (mineral e orgânica).</li><li>• Rotação de culturas.</li></ul>
<b>NATURAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rotação de culturas.</li><li>• Uso de adubos verdes.</li><li>• Emprego de compostos e uso de cobertura morta.</li><li>• Controle de pragas e doenças através da manutenção das características do ambiente, melhoria das condições do solo e do estado nutricional dos vegetais e, em último caso, utilização de produtos naturais não-poluente.</li></ul>

Fonte: Ehlers (1999). Adaptado pela autora.

Os defensores do modelo convencional consideravam as diferentes iniciativas dos movimentos alternativos sem validação científica, limitando a sua aceitação perante a comunidade científica, extensionistas, financiadores e formuladores de políticas públicas. Como efeito dos movimentos contestatórios, alguns pesquisadores passaram a aderir ao movimento alternativo, levando a desdobramentos importantes no âmbito da ciência e da tecnologia na busca de uma fundamentação científica para essas propostas. É nesse contexto que na década de 80, outra corrente passou a se destacar, a *agroecologia*, popularizada mundialmente pelo chileno Miguel Altieri.

## *1.2 Agricultura alternativa no Brasil e na Amazônia*

Acompanhando os movimentos que vinham ocorrendo em outras partes do mundo, um grupo de estudantes, intelectuais e políticos progressistas brasileiros, passaram a questionar o tratamento dado à questão agrária e à estratégia de modernização implementada pelo regime militar. A política de modernização da agricultura brasileira reorientou os instrumentos básicos de desenvolvimento do país, induzindo o desenvolvimento de indústrias de equipamentos e insumos agrícolas; uma política de pesquisa agropecuária encarregada de adaptar o modelo químico-mecanizado às condições edafo-climáticas do país; uma extensão rural encarregada de transferir as novas tecnologias; uma política de crédito subsidiado à agricultura (COSTA, 2000). Com estes instrumentos, buscou-se introduzir os insumos modernos nas propriedades, expandindo, dessa forma, o pacote tecnológico da Revolução Verde no Brasil.

A modernização da agricultura promoveu a homogeneização das práticas produtivas, a simplificação e a artificialização extremada do meio natural e, foi acompanhada por impactos ambientais que se irradiaram por todos os ecossistemas do país (ALMEIDA et al, 2001). Os movimentos emergentes passaram a debater não somente estes impactos ambientais, mas também, os sociais e econômicos, desafiando o setor produtivo, industrial, agrícola e os órgãos governamentais comprometidos com esse processo. Na década de 70, as vozes de Adilson Paschoal, da Escola Superior Luiz de Queiroz (ESALQ), Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG) e José Lutzenberger, tornaram-se expressivas no meio acadêmico brasileiro. As críticas à agricultura convencional foram publicadas no *Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?* de Lutzenberg, em 1976, no livro *Pragas, praguicidas e a crise ambiental*, de Adilson Paschoal, em 1979 e *Manejo ecológico do solo*, de Ana Maria Primavesi, em 1980.

As críticas ao processo de modernização não surtiu grandes efeitos nas escolas de agronomia e nos órgãos públicos de pesquisa e extensão, sendo por muitos, hostilizadas e ridicularizadas (EHLERS, 1999). Contudo, o movimento da agricultura alternativa foi se fortalecendo. No final dos anos 70 e no decorrer da década de 80 uma série de iniciativas foi tomando corpo e ganhando espaço, nos campos científico e acadêmico, e na sociedade brasileira como um todo. O Grupo de Agricultura Alternativa foi criado em São Paulo, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP). No Estado do Paraná, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), passou a pesquisar e divulgar práticas direcionadas à racionalização do uso dos recursos naturais. Foram realizados Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), organizados pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEPAR) e pelo Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP, onde participaram pesquisadores, extensionistas, produtores e estudantes.

O crescente interesse de pesquisadores do setor público e, principalmente, a atuação de entidades não governamentais ambientalistas, impulsionou importantes avanços no campo legislativo, com a implantação de leis estaduais e federais, que regularizavam a fabricação, comercialização e utilização de insumos e substâncias químicas e, no campo da experimentação, com a implantação de projetos que visavam pesquisar tecnologias alternativas de produção e difundí-las entre os produtores familiares em diversos estados brasileiros. Um dos projetos pioneiros nessa linha foi o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), idealizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que impulsionou a criação da Rede PTA. Esta visava promover o intercâmbio e a articulação entre organizações não governamentais dedicadas ao desenvolvimento rural no país. Em 1989, em função do crescimento do PTA, este se transformou numa organização

independente da FASE, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

Na Amazônia, o movimento ecológico avançou em torno de questões ambientais como o desmatamento e as queimadas, intensificadas pelas políticas desenvolvimentistas dos Governos Militares. A crítica ecológica e social ao modelo de desenvolvimento imposto para a região, enfatizou a inviabilidade econômica e social dos grandes projetos de mineração e pecuária e os problemas socioambientais agravados pelo avanço da fronteira agrícola decorrentes do processo de modernização da agricultura. Como forma de se contrapor a esse modelo despertou-se em vários espaços da sociedade, a consciência ambiental. Ações para o uso e conservação dos recursos naturais da região começaram a ser pensadas e implementadas, como a criação de Unidades de Conservação, entre elas as Reservas Extrativistas.

Segundo Oliveira (2001), as Reservas Extrativistas apresentam-se como um modelo alternativo de uso e preservação da floresta, por permitirem a manutenção das atividades produtivas das populações tradicionais<sup>15</sup> e garantirem a proteção ambiental. Essa proposta conquistou a simpatia de grupos ambientalistas, de universidades e movimentos sociais e, o apoio de órgãos governamentais, sendo incorporada pelo governo federal como uma política pública. Outras experiências de preservação e recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade amazônica foram apoiadas pelo Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais, do chamado G7. Este programa, além de apoiar projetos de preservação da floresta, como as reservas extrativistas, permitiu, através do sub-projeto de Projetos Demonstrativos (PD/As), a promoção, experimentação e disseminação de iniciativas de conservação e desenvolvimento nas florestas pela agricultura familiar (FATHEUER, 1999).

---

<sup>15</sup> São definidas como todas as comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis (MURRIETA e RUEDA, 1995 *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 42) associado ao cultivo de produtos alimentares básicos como arroz, feijão, milho e mandioca e a criação de pequenos animais (suínos, caprinos e aves).

Os Projetos Demonstrativos deram uma grande contribuição para o desenvolvimento de experiências alternativas da agricultura familiar, como a implantação de sistemas agroflorestais. Contudo, estas experiências além de serem limitadas, conforme apresenta Fatheuer (1999), não partiram de uma análise dos agroecossistemas, nem das dinâmicas regionais da agricultura familiar. Tão pouco, consideravam as relações de gênero como fator importante para o desenvolvimento dessas experiências. De fato, na Amazônia as ações alternativas estiveram voltadas mais para a preservação das florestas do que para a alteração do padrão da agricultura moderna que se instalava na região.

## **Capítulo 2. A agroecologia na construção de outras formas de produção**

Na perspectiva de alguns autores (EHLERS, 1999; NAVARRO, 1994; GLIESSMAN, 2000), a agroecologia é uma ciência, definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, dando a agricultura uma nova abordagem integrando os aspectos da agricultura tradicional local e os conhecimentos e métodos ecológicos modernos. A construção do pensamento agroecológico tem as raízes fincadas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, nos estudos de sistemas de produção e nos estudos do desenvolvimento rural. Hecht (1993) descreve essas influências destacando a conjugação da agronomia com a ecologia e as ciências sociais, o desenvolvimento de métodos de análises agroecológicas, a relação dos problemas ambientais com a agricultura e o entendimento das complexas relações ecológicas dos sistemas tradicionais como fatores fundamentais para essa construção.

A agroecologia passou a ser amplamente utilizada pelos defensores de um modelo de agricultura sustentável e contrário ao modelo positivista das ciências agrícolas. Para Miguel Altieri, um dos precursores dessa corrente, o termo agroecologia passou a ser assim definido:

Superficialmente definida, a agroecologia geralmente incorpora idéias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Este pode ser chamado o uso “normativo” ou “prescritivo” do termo agroecologia, porque implica um número de fatores sobre a sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura. Mais estreitamente, a agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos das culturas, tais como relações predador/predado, ou competição cultura/invasoras (ALTIERI, 1989, p. 28).

Mais do que uma mudança tecnológica, a agroecologia integra os aspectos sociais e ambientais da agricultura. Sua visão ecológica está centrada na idéia de que as áreas cultivadas não são apenas um campo de cultivo inerte, mas um ecossistema no qual também ocorrem processos ecológicos presentes em outras formações vegetais (ALTIERI, 1989). Assim, ao focar essas relações ecológicas no campo, a agroecologia tem como objetivo iluminar a forma, a dinâmica e a função dessas relações. É através do conhecimento desses processos e das relações ecológicas que os agroecossistemas podem ser melhor administrados, com menores impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade, com maior sustentabilidade e com menor uso de insumos externos (HECHT, 1993).

A agroecologia se baseia numa abordagem sistêmica, que tem sido aplicada na agricultura devido às crescentes críticas e falhas dos projetos de desenvolvimento rural, que se caracterizam pelo reducionismo e caráter disciplinar. Com isso, buscou-se mudar a ênfase das pesquisas das estações experimentais para os experimentos em propriedades com a participação dos agricultores. Pinheiro (2000) define o termo sistema como um conjunto de componentes inter-relacionados e organizados dentro de uma estrutura autônoma, operando em torno de objetivos determinados. Entretanto, é importante ter a compreensão dos princípios que embasam este conceito, os quais são apresentados por Capra (1996): estudo do desempenho total dos sistemas (visão do todo); organização para satisfazer os objetivos; complexidade devido às interações entre os componentes, entre o meio ambiente e o sistema como um todo; podem ser entendidos em diversos níveis.

Com base nessa visão, a unidade de produção passou a ser considerada como um agroecossistema, que é definido como o local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema (GLIESSMAN, 2000). Através desse conceito pode-se analisar os sistemas de produção como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e a interconexão entre as partes que o compõem. Estes sistemas são resultados da atividade humana e os fatores determinantes da agricultura não estão apenas nos limites do campo. Estão sob influências das relações internas e externas e, suas estratégias agrícolas não só respondem às pressões bióticas e de processos de cultivo, mas também refletem estratégias de subsistência e condições econômicas (ELLEN, 1982). Nesse sentido, a agroecologia apresenta uma perspectiva social, onde reivindica o vínculo essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o homem, como cita Hecht:

Os sistemas agrícolas são uma interação entre processos sociais externos e internos e entre processos biológicos e ambientais. Eles podem ser entendidos espacialmente em nível de parcela agrícola, porém, geralmente, também incluem uma dimensão temporal. O grau de controle externo versus interno pode refletir uma intensidade de administração ao longo do tempo (HECHT, 1993, p. 8).

Portanto, para compreender a lógica de um agroecossistema é preciso conhecer e entender os fatores que são determinantes para a reprodução desses sistemas, como a disponibilidade de mão-de-obra, o acesso a programas de créditos, os riscos calculados, as informações sobre preços, relação de parentesco, tamanho e composição da família, as relações de gênero e acesso a outro tipo de sustento.

O entendimento dessas relações proporciona o conhecimento e a construção de metodologia necessária para o desenvolvimento de uma agricultura que seja ambientalmente consistente, altamente produtiva, economicamente viável e socialmente justa. Se por um lado, a agroecologia se propõe ao estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para mudanças sociais e ecológicas complexas (GLIESSMAN, 2000). Nesse sentido, a proposta agroecológica abre os caminhos para o desenvolvimento de novos

paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação, valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, amplia a participação e promove a socialização desse conhecimento e sua aplicação na construção de um objetivo comum: a sustentabilidade.

## 2.1 Agricultura sustentável: um conceito em construção

A questão da sustentabilidade tem se tornado uma preocupação mundial atual e vem sendo debatida a partir das críticas ao modelo de desenvolvimento dos países industrializados cujas raízes estão ligadas ao progresso e crescimento econômico e na análise das conseqüências ambientais planetárias geradas por esse modelo. A preocupação com a sustentabilidade vem de antigas datas. Marzall (1999) apresenta alguns acontecimentos desse período, como o abandono de cidades sumérias em função da salinização do solo pela irrigação, por volta de 1.700 a.C; a observação de Platão sobre a erosão das colinas da Ática em conseqüência do desmatamento para uso de lenha e constituição de pastagens há cerca de 2.400 anos. Muitos desses acontecimentos são resultados da interação dos seres humanos com a natureza, principalmente, aquelas ligadas à agricultura. Essa interação, por sua vez, está relacionada com padrões de desenvolvimento que vão determinar a forma como a sociedade emprega os recursos naturais para suas necessidades. Nas sociedades industrializadas, esse padrão de desenvolvimento esteve ligado aos conceitos de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento.

Diversas são as tentativas de estabelecer definições para a sustentabilidade, resultando em entendimentos bastante distintos do que seria desenvolvimento com sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. As primeiras definições desse conceito resultaram de estudos sobre as conseqüências da modernização e os riscos da degradação do meio ambiente, como o realizado pelo Clube de Roma, publicado no livro *Limites do crescimento* e, da intensificação do debate sobre estes temas nos encontros internacionais, como as Conferências de Estocolmo (1972), da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED (1992), no Rio de Janeiro.

A definição de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório de Brundtland relaciona este ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (ASCELRAD, 1998). A sustentabilidade como estratégia de desenvolvimento, deve compreender: i) a limitação do crescimento populacional; ii) garantia de alimentação em longo prazo; iii) preservação da

biodiversidade e dos ecossistemas; iv) diminuição do consumo de energia; v) uso de tecnologias ecologicamente adaptadas; e vi) controle da urbanização selvagem. Para Costa (2000) uma estratégia de desenvolvimento não se faz apenas pela superação das limitações, nem só pela correção dos fatores negativos a eles associados, mas deve-se levar em conta a maximização das oportunidades associadas às diferenciações regionais, devendo ser valorizada a diversidade cultural e ecológica do país. Na Amazônia o tratamento desta diferenciação é fundamental, considerando esta região como um *locus* privilegiado dessa diversidade.

Da mesma forma, a definição da sustentabilidade na agricultura está ainda em construção. Apesar disso, há uma concordância de que ela tem uma base ecológica, onde a produção de biomassa de um sistema é garantida, porque a sua capacidade de se renovar ou ser renovada não é comprometida. A partir das afirmações de Altieri (1993); Gliessman (2000); Ehlers (1999) compreende-se que, do ponto de vista da agroecologia, a agricultura sustentável é aquela que está orientada pelos seguintes princípios:

- ☞ Produzir o mínimo de efeitos negativos no ambiente e não contaminar com substâncias tóxicas ou nocivas a atmosfera, a água superficial e subterrânea.
- ☞ Preservar e recompor a fertilidade, prevenir a erosão e manter a saúde ecológica do solo.
- ☞ Utilizar a água de forma a garantir as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas.
- ☞ Valorizar e conservar a diversidade biológica.
- ☞ Garantir a igualdade de acesso às práticas, conhecimentos e tecnologias agrícolas.
- ☞ Respeitar os agricultores e suas necessidades básicas em relação ao acesso a terra, capital, assistência técnica e oportunidade de mercado.

- ☞ Apresentar a viabilidade econômica, no sentido de que a renda garanta a remuneração do trabalho, a cobertura dos custos, a conservação dos recursos e a minimização dos riscos pela perda de produção e de receita.
- ☞ Seja adaptável a condição rural, com respeito aos aspectos culturais e valores humanos, como confiança, auto-respeito, honestidade, cooperação e acessíveis a todos os membros, independente do gênero e idade.

## *2.2 Com as mãos na terra: experimentando os princípios agroecológicos*

Os movimentos regionais, especialmente no Sul, Sudeste e Nordeste, foram fortalecendo a proposta agroecológica, realizando debates, implementando experiências com grupos de agricultores e promovendo a articulação entre elas. No ano 2000, no Rio de Janeiro, um grande espaço de exposição e articulação de experiências agroecológicas, colocou a agroecologia em cena, reacendendo o debate sobre a sustentabilidade da agricultura no Brasil. O Encontro Nacional de Agroecologia é resultado do acúmulo de múltiplas e variadas experiências de agricultores, extensionistas, pesquisadores, professores e outros profissionais engajados na promoção da sustentabilidade da agricultura familiar (ENA, 2002). O encontro teve a participação de mais de 1.100 pessoas, entre agricultores/as, técnicos/as e pesquisadores/as, que além de apresentarem suas experiências, debateram sobre os diferentes aspectos da produção, comercialização, crédito, assistência técnica e formação. Também foi nesse encontro, e talvez tenha sido a primeira vez no Brasil, que as questões de gênero e das mulheres foram tratadas de forma articulada com a proposta da agroecologia.

Contudo, quanto ao número de mulheres que participaram do Encontro, constata-se que, como em outros espaços públicos elas ainda estão em menor parte. Do total de participantes 71% eram homens e apenas 29% mulheres. Considerando a representação regional, observa-se que a região Amazônica (Norte) foi a que levou um menor número de

participantes, 10% do público presente, mas em termos proporcionais, foi a região que teve a maior representação das mulheres com 36%. A região Sul que levou um maior número de representantes, teve apenas 22% de participação das mulheres (Tabela 2). Neste contexto, pode-se observar que o envolvimento das mulheres da Amazônia, com as questões ambientais e agroecológicas tem sido bastante significativa.

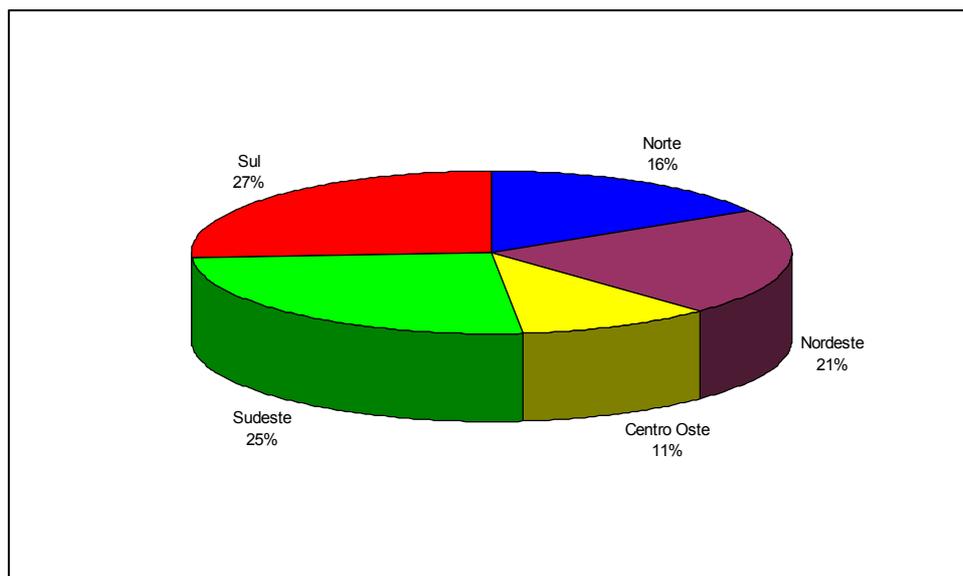
Tabela 2. Proporção de homens e mulheres no Encontro Nacional de Agroecologia (%).

REGIÕES	REPRESENTAÇÃO DE HOMENS	REPRESENTAÇÃO DE MULHERES	REPRESENTAÇÃO TOTAL DA REGIÃO NO ENA
<b>Norte</b>	64	36	10
<b>Nordeste</b>	69	31	22
<b>Centro Oeste</b>	73	27	16
<b>Sudeste</b>	68	32	26
<b>Sul</b>	78	22	27
<b>Total</b>	71	29	100

Fonte: ENA (2000). Adaptado pela autora.

Quanto à localização das experiências apresentadas verificou-se que do total de 432, a maior parte estava centralizada nas regiões Sul e Sudeste (Gráfico 1). A região Amazônica ficou em quarto lugar nessa representação. Contudo, é preciso considerar que as limitações geográficas e financeiras dificultam a mobilização e articulação das organizações que estão desenvolvendo experiências agroecológicas na região. Outro fator importante é que o debate sobre o conceito de agroecologia na região é relativamente recente, apesar de muitos dos princípios que a orientam, sejam as bases para outros mais discutidos, como agroextratismo, agricultura tradicional, agricultura ecológica e uso sustentável dos recursos naturais.

**Gráfico 1** Experiências agroecológicas apresentadas no Encontro Nacional de Agroecologia



Fonte: ENA (2000). Adaptado pela autora.

A amplitude dos temas tratados no Encontro (quadro 4) demonstra que pensar a agroecologia no Brasil vai além da transformação do modelo agrícola, devendo ser integrado aos seus princípios, as especificidades regionais, considerando a diversidade social e ecológica. Na Amazônia, diversas categorias produtivas (agricultores, agroextrativistas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas) desenvolvem, nos diferentes ecossistemas, conhecimentos e formas de uso e preservação dos recursos naturais. Esta complexidade é elemento fundamental para compreender a agroecologia na região, que não deve ser limitada estritamente aos processos de produção agrícola ou a conversão de sistemas, onde a modernização foi implementada. Isto permitiu que as experiências desenvolvidas na Amazônia pudessem ser apresentadas e debatidas nos diferentes eixos temáticos do Encontro.

#### Quadro 4 Eixos temáticos de discussão do ENA.

<ul style="list-style-type: none"><li>☒ Manejo dos recursos hídricos.</li><li>☒ Desenvolvimento de assentamentos e agroecologia.</li><li>☒ Manejo da agrobiodiversidade.</li><li>☒ Transformação, certificação e comercialização de produtos agroecológicos.</li><li>☒ Financiamento para a transição da agroecologia.</li><li>☒ Educação e formação em agroecologia.</li><li>☒ Sistemas agroflorestais e agroextrativismo.</li><li>☒ Estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico.</li><li>☒ Abordagens participativas para geração e difusão de conhecimentos agroecológicos.</li><li>☒ A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico.</li></ul>
---

Fonte: ENA (2002).

Durante o processo preparatório para o Encontro Nacional foram realizados dois encontros regionais (ERA): o Oriental que envolveu os estados do Amapá, Pará, Tocantins e Maranhão, e o outro da parte ocidental, e o Ocidental envolvendo os estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Os Encontros foram organizados pelo Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia (GTNA) em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE Amazônia), Programa de Cooperação Técnica Brasil Alemanha (PRORENDA-Pará), o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais (PESACRE) e a Associação de Produtores Alternativos (APA – Rondônia) e contaram com a participação de 121 pessoas, que debateram os mesmos eixos temáticos do Encontro Nacional. Assim como no Encontro Nacional, a participação das mulheres nos encontros regionais pode ser considerada representativa (35%), ainda que tenha sido menor que a dos homens, como se pode verificar na (Tabela 3).

**Tabela 3** Proporção entre homens e mulheres que participaram dos Encontros Regionais de Agroecologia da Amazônia (%)

	MULHERES	HOMENS
ERA Oriental	41	59
ERA Ocidental	24	76
Total	35	65

Fonte: Relatório dos Encontros Regionais (2002). Adaptado pela autora.

Analisando alguns indicadores desse processo pode-se verificar que a integração do conceito de gênero ao desenvolvimento da agroecologia ainda tem um longo caminho a ser percorrido. A pouca participação das mulheres nos Encontros demonstram que os espaços de discussão política, técnica e econômica do desenvolvimento rural, ainda são predominantemente masculinos. Por outro lado, são poucas as experiências agroecológicas desenvolvidas por organizações de mulheres ou que tenham integrado o componente de gênero. No Encontro Nacional, estas representavam apenas 2% das experiências apresentadas (ENA, 2002). A participação predominante de mulheres nos dois grupos de trabalho sobre gênero e desenvolvimento agroecológico (38 mulheres e 5 homens), confirma a visão errônea de que a questão de gênero pode ser equivalente à questão da mulher, por isso, de maior interesse delas.

Um elemento importante do debate sobre a integração do conceito de gênero ao desenvolvimento da agroecologia é a necessidade de desnaturalizar os papéis sociais dados aos homens e mulheres pela sociedade, como aponta o trecho abaixo retirado do relatório dos grupos de trabalho:

Se não incorporarmos as questões levantadas pelo feminismo, podemos estar dando visibilidade ao trabalho da mulher sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho, baseada na idéia de complementariedade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família. (ENA, 2002 p. 158)

A viabilização da proposta agroecológica, planejada num contexto de transição, passará por não excluir as mulheres em suas análises, e sim, pela sua inclusão no processo.

Não se trata aqui de um problema quantitativo de ter mais mulheres ou homens adotando tecnologias agroecológicas. Conforme Chamocho (2002), é preciso definir indicadores de impactos que demonstrem que tipo de tecnologias está se promovendo, como e por quem estão sendo incorporadas, sob que condições e a que custo ambiental, econômico social e cultural sem perder de vista a perspectiva humana.

## **Segunda Parte**

---

### **Desvendando e transformando relações**

---

## Capítulo 4. O Movimento feminista e gênero

As questões relacionadas às mulheres, sua participação no desenvolvimento das sociedades e as relações sociais estabelecidas com os homens tornaram-se pauta de discussão em diferentes espaços, graças ao movimento feminista. Ainda que o feminismo, enquanto movimento social, tenha surgido no século XIX, a luta pela defesa dos direitos das mulheres remonta desde o final do século XVIII, com a participação ativa das mulheres na Revolução Francesa, como aponta Silveira (2003):

A possibilidade histórica que permitiu às mulheres perceberem suas lutas e ações como contribuições de igual valor na sociedade emergiu já com a revolução francesa ao instaurar no horizonte, os direitos universais dos cidadãos. Neste momento as mulheres reivindicaram seus direitos como cidadãs. (SILVEIRA, 2003).

Ainda no século XVIII muitas mulheres e alguns homens iniciaram um processo de reflexão sobre a injustiça da condição subordinada das mulheres, gerando uma massa crítica que serviu à organização das mulheres para reivindicar o direito de estudar, de ter acesso a determinadas profissões e de votar. Na luta pelo direito ao voto, espalhou-se pelo mundo, a primeira onda do movimento feminista (SOF, 2003). No final do século XIX, o movimento feminista também passou a questionar a organização do movimento operário que tentou expulsar as mulheres do trabalho, das comissões e dos sindicatos, com o processo de reorganização do trabalho:

Com a reestruturação das formas de organização do trabalho, através do fordismo, os patrões fizeram um pacto com os homens e o movimento sindical, redefinindo as relações familiares e estancando a entrada de mulheres no mercado de trabalho. O salário pago ao homem partia do princípio de que esse seria o único salário da unidade doméstica (SOF, 2003).

Em meados do século XX, o movimento feminista se fortalece na luta pela emancipação plena das mulheres, ultrapassando a idéia liberal da igualdade de direitos apenas no plano legal e questionando teórica e praticamente as razões da sujeição, discriminação e

opressão das mulheres. Nesse período, a escritora Simone de Beauvoir, escreveu o livro “O segundo sexo” cuja idéia central era: “não se nasce mulher, torna-se”. De acordo com Silveira (2003), essa filosofia coloca em outro patamar o debate sobre os direitos das mulheres, mostrando os limites da cidadania formal, da chamada igualdade de direitos, na medida em que a sociedade considera as mulheres cidadãos de segunda classe.

Nos anos sessenta, a segunda onda do feminismo, ampliou os questionamentos sobre a opressão das mulheres, enfatizando a dicotomia do político/privado e suas relações com o feminino e masculino. Santos (1997) define o espaço privado como o espaço privilegiado da reprodução social e a forma de poder que nele domina é o patriarcado. Esta forma de poder ao transformar a autoridade do pai de família em modelo e fonte legítima da autoridade política, concebia a sociedade política como uma família, e todas as relações humanas como relações familiares (LEFAUCHER, 1995 *apud* RANGEL, 2003, p. 585). As teorias liberais de combate o patriarcalismo, definiram a esfera política como um domínio regido pelas convenções livremente consentidas entre indivíduos iguais, onde as mulheres eram consideradas como naturalmente subordinadas a seus esposos, incapazes de assumir a identidade de indivíduos livres e iguais (RANGEL, 2003).

O movimento feminista recusou-se a considerar a família como pertencente unicamente ao âmbito do privado e mostrou sua intercessão com o político. Rangel (2003) aponta que a vida familiar no Ocidente tem sido uma questão pública há séculos, uma vez que instituições como a Igreja, se sentem legitimadas a intervir nas relações familiares. Dessa forma seria mais produtivo compreender a família no limite entre o público e o privado. Questionando as relações de poder entre os sexos, denunciando a divisão entre o espaço público e privado, ficando as mulheres no privado, mostrando os mecanismos pelas quais a sociedade se beneficia do trabalho não remunerado da mulher no espaço doméstico e que sustenta a divisão sexual do trabalho, o feminismo mostrou necessidade de politizar o

privado, trazendo à tona questões como a violência sexual e doméstica, até então, encoberta pela intimidade da vida familiar.

No Brasil, o movimento feminista não teve a mesma radicalidade verificada em outros países. Em 1932 as mulheres conquistaram o direito de voto em nível nacional e, nos anos 60, o feminismo contemporâneo reaparece no contexto das lutas contra a ditadura. A instituição da Década da Mulher pela ONU em 1975 e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres (8 de março) serviram de mote para a organização das mulheres. Identificado como um movimento burguês até esse período, o feminismo cresceu nas camadas populares, quando passou a discutir juntamente com a luta concreta das mulheres dos bairros por melhores condições de vida, por creches, salário igual para trabalho igual, ampliação da licença à maternidade, legalização do aborto, o fim da dupla jornada de trabalho e da violência contra as mulheres (Silveira, 2003).

Na década de 80, a questão central do feminismo foi à necessidade da auto-organização das mulheres para construir espaços de reflexão e fortalecimento enquanto sujeito pessoal e coletivo. Essa auto-organização necessária para a construção da identidade política das mulheres possibilitou o surgimento de comissões de mulheres em partidos, departamentos femininos de sindicatos, grupos de reflexão e associações de mulheres independentes (SILVEIRA, 2003), permitiu a participação das mulheres no processo Constituinte de 1986 e a conquista de direitos na Constituição de 1988.

No meio rural, as mulheres participaram dos vários movimentos que surgiram nessa década, como os movimentos de oposição sindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Pastorais Sociais, onde, de acordo com Giulani (1997), desempenhavam múltiplos papéis: os de produtoras rurais, de organizadoras das atividades domésticas; de ativistas nas mobilizações. Nas discussões sobre seus problemas práticos e reais, as mulheres trabalhadoras rurais foram descobrindo que

havia duas lutas a serem travadas por elas: lutar por melhores condições de vida, enquanto integrantes de uma classe explorada e oprimida; e ao mesmo tempo, a luta pela sua valorização enquanto mulher, discriminada e oprimida (DARON, KRÖTH e RÜBENICH, 2003). A politização do espaço privado era necessário para compreender as relações de gênero, como afirma Buarque (2003):

Os agentes sociais se articulam e competem na busca da posição de sujeito do processo de emancipação das mulheres rurais, iniciado na década de 1980 com o surgimento do movimento social de identidade da mulher trabalhadora rural. Enfim, vai para o espaço público as relações de dominação de sexo do território rural. Portanto, politiza-se a opressão de gênero e, com isso, tornam-se mais complexas as relações de poder, antes restritas ao conteúdo de classe. (BUARQUE, 2003, p.3).

Nesse contexto surgem Movimentos de Trabalhadoras Rurais e/ou de Agricultoras em vários estados do Brasil. Na região amazônica, as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos desencadearam a ampliação dos conflitos e reconfiguração de atores sociais, onde as mulheres passaram a desempenhar importante papel. Nas lutas contemporâneas na Amazônia, as mulheres tornaram-se ativas protagonistas, participando da construção de um dos capítulos mais expressivos deste século, com a presença da mulher nos espaços políticos (CASTRO, 2001). Assim, a formação e ampliação da organização das mulheres na Amazônia, fundaram-se sobre suas experiências enquanto indígenas, camponesas, pescadoras, quebradeiras de coco e extrativistas integrando, a dimensão família e trabalho, nas reflexões e pautas de reivindicações.

Diversos grupos de mulheres rurais construíram uma identidade política, participando dos processos por melhorias de serviços públicos e adequação das políticas públicas à sua realidade. Aqui se destaca o movimento das quebradeiras de côco babaçu, no norte e nordeste do Brasil, que se fundamenta na reivindicação do direito de coleta, isto é, a livre entrada nas regiões onde existem babaçuais naqueles Estados (NAVARRO, 1996; ALMEIDA, 1995). Outros exemplos da organização das mulheres na Amazônia podem ser apresentados, como o Movimento das Mulheres Indígenas do Estado de Roraima “Maria de Guadalupe” que tem

como base, a luta contra a violência e a discriminação contra as mulheres indígenas (SIMONIAN, 2001) e a constituição de associações de pescadoras do litoral paraense, que lutam pelo seu reconhecimento como trabalhadora da pesca (MANESCHY, 1999), que vem se dando com apoio de um grupo de pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Ampliadas suas bases organizativas na Amazônia, as mulheres agricultoras participam do movimento rural, criando núcleos de associações de mulheres e associações legais e desenvolvendo experiências produtivas, que promovem a superação da invisibilidade, da discriminação e do seu reconhecimento enquanto sujeito político. Esse avanço tem sido verificado em organizações sociais mistas, como os sindicatos, as associações e cooperativas, pela instituição de espaços específicos como as secretarias, coordenações, ou grupos de mulheres. Assim, as mulheres têm contribuído para as transformações da sociedade e o fortalecimento das diferentes categorias sociais do rural, tirando do obscurantismo, como coloca Maia e Fernandes (1997), sujeitos históricos que contribuíram para a construção da sociedade e que, no entanto, não haviam sido reconhecidas como agentes e atores desse processo.

Na década de 90 o envolvimento das mulheres nas conferências da ONU que vai desde a Eco 92 até a Conferencia de Pequim em 1996, deu um maior impulso à organização das mulheres. Nesse período o movimento feminista trouxe à luz a questão da partilha do poder e da necessidade de ações afirmativas e intervenção ativa do estado para a superação dos obstáculos sociais para a participação política das mulheres e da desigualdade entre os sexos (SILVEIRA, 2003). Entra em cena a política das cotas, instituída nas organizações sindicais e partidárias, como forma de garantir a participação das mulheres nesses espaços. Em que pese as críticas a este tipo de ação afirmativa, as cotas têm sido um importante instrumento para garantir a participação das mulheres nos espaços públicos, ainda que, o

exercício do poder não seja compartilhado de forma equitativa entre os gêneros nesses espaços.

O início do terceiro milênio é marcado pelo fortalecimento do movimento de mulheres, com a realização da Marcha Mundial de Mulheres, no ano 2000, contra a fome, pobreza e violência sexista. No Brasil, as mulheres trabalhadoras rurais aderiram a Marcha Mundial, realizando a Marcha das Margaridas. A mobilização das mulheres foi dinamizada com debates em torno de questões específicas das mulheres como saúde, educação, combate à violência e outras relacionadas ao acesso ao crédito e redução de juros, e o direito a titulação da terra em nome das mulheres. Em 2003, as prioridades da Marcha das Margaridas eram a reforma agrária e meio ambiente, com destaque para a luta pela terra, uso do solo e das águas; salário mínimo digno; direito à saúde pública, com assistência integral à mulher; violência sexista com destaque para a impunidade dos crimes praticados contra as mulheres (CONFEDERAÇÃO, 2003).

#### *4.1 A construção teórica de gênero*

A teoria de gênero, como afirma Barbieri (1993) *apud* Buarque (2003), é uma das mais importantes rupturas epistemológicas das ciências sociais nos últimos vinte anos, por reconhecer uma dimensão da desigualdade social, subsumida nas teorias de classes ou de estratificação cultural. Fruto do feminismo-político-emancipacionista, que ao invés de simplesmente promover a igualdade entre os sexos, começou a questionar a depreciação da esfera feminina e a opressão dos homens sobre as mulheres, a teoria de gênero é um instrumental analítico contemporâneo, cujo valor para compreensão da realidade se esclarece não só por ser o resultado dessa reflexão, mas por ser também o resultado de uma crítica às teorias anteriores que buscavam esclarecer essa opressão (BUARQUE, 2003).

Ao contestar aspectos como a sexualidade, família, a divisão sexual do trabalho doméstico, a paternagem e a maternagem, o feminismo mostrou que o mal não estava propriamente na diferença, e sim, no processo hierárquico que colocava tudo que era ligado ao homem sistematicamente acima de tudo que era ligado à mulher (FONSECA, 1995). Em 1980, Michelle Rosaldo publicou um artigo, onde afirmava que “o gênero era um produto complexo de uma variedade de forças sociais”, tornando-se, assim, o marco da teoria de gênero. Esta autora ressalta a importância do conceito de gênero enquanto uma categoria analítica, apontando o caráter social das diferenças baseadas no sexo, rejeitando o determinismo biológico e enfatizando o aspecto relacional da feminilidade.

De acordo com Tapia (1997), as feministas fizeram uma distinção entre sexo e gênero, relacionando o sexo ao âmbito biológico-anatômico e o gênero ao âmbito da construção cultural. Ou seja, os sexos - macho e fêmea - são categorias biológicas e o gênero - masculino e feminino - são categorias construídas socialmente. A sociedade impôs a homens e mulheres diferentes papéis baseados em seus sexos: os papéis de gênero, que são maneiras de ser e de interagir como mulheres e homens, determinadas por fatores históricos, ideológicos, culturais, religiosos e econômicos. Esses papéis diferem de acordo com a sociedade, o lugar e variam de acordo com a época. Os papéis e as relações de gênero são construídos dentro de um processo permanente, que se inicia no próprio ambiente doméstico, na infância.

Assim, conforme a historiadora feminista Joan Scott (1996) gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” e constitui-se por quatro aspectos: o caráter relacional, a designação das relações sociais entre os sexos, a indicação de construções culturais e referencia as origens sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero também pode ser compreendido como uma categoria fundamental para a ideia da democracia, nos aspectos do pluralismo cultural e político, da representação de

interesses dos diversos atores sociais, da marginalização ou exclusão/inclusão por apresentar uma dimensão política, que impacta todo o tecido social (Buarque, 2003).

#### *4.2. Desenvolvendo com os olhos fechados para as mulheres*

Utilizando o conceito de gênero como uma categoria analítica é possível demonstrar as diferenças na vida social e política de homens e mulheres, explicitando como as identidades e papéis masculino e feminino, construídos historicamente, se expressam na divisão sexual do trabalho, na ocupação dos espaços e nas relações sociais. Essas relações, nas quais estão inseridas relações de poder, criam desigualdades, subordinações, exclusões, posições e valores diferentes para homens e mulheres numa determinada organização social. Construídas e vividas no cotidiano, elas expressam a forma como cada sociedade estabelece os lugares de mulheres e homens, orientando e estruturando tanto a vida doméstica quanto à formulação de políticas públicas (CAMURÇA E GOUVEIA, 1995).

As políticas públicas, por décadas, caracterizaram-se pelo não reconhecimento das mulheres como protagonistas do desenvolvimento. Somente nos anos 70 a questão da mulher passou a ser tratada no âmbito das políticas, resultado da luta do movimento feminista e dos diversos estudos, que revelavam a discriminação e subordinação das mulheres na sociedade. Destaca-se o de Ester Boserup sobre as políticas de desenvolvimento na década de 70 (*apud* CAMURÇA, 2002), que demonstrou que as políticas voltadas, principalmente, para a modernização da agricultura, influíram negativamente sobre as mulheres, pois ignoravam a existência da divisão sexual do trabalho e as especificidades de homens e mulheres.

Foi a partir desses estudos que as mulheres passaram a ser integradas nas políticas de desenvolvimento a partir de dois conceitos: Mulher e Desenvolvimento (MED) e Gênero e Desenvolvimento (GED), apresentados por Moser (1995). No primeiro, as mulheres eram consideradas como um recurso não aproveitado que precisava ser integrado ao processo de

desenvolvimento, tendo as políticas como elemento facilitador dessa integração. As políticas implementadas sob esta ótica tinha como enfoques: a) promover o bem-estar das mulheres, através de programas de saúde, economia doméstica e planejamento familiar; b) combater a pobreza, com apoio a projetos de geração de renda para mulheres pobres do meio rural e urbano; c) eficiência econômica, garantindo às mulheres acesso a emprego e a fatores de produção.

A mulher, nestes enfoques, era considerada beneficiária pacífica das chamadas políticas de mitigação da pobreza (Programas antipobreza) - e logicamente limitada ao seu papel reprodutivo - enquanto ao homem, a ênfase dada é de considerá-lo nos processos de capacitação, especificamente no campo produtivo. Dessa forma, verificou-se que mesmo dando ênfase às mulheres, as políticas implementadas na perspectiva de Mulher e Desenvolvimento, não davam conta de alterar as relações sociais de gênero, por não promover o empoderamento, ou seja, o exercício do controle sobre sua vida, a maior confiança em si mesma, uma identidade própria, o reconhecimento de seus direitos e a sua autonomia.

Na perspectiva de Gênero e Desenvolvimento (GED), buscou-se incorporar o gênero ao processo do desenvolvimento, trazendo o enfoque das relações entre mulheres e homens, vistos de forma conjunta. Nesta perspectiva, o problema estava centrado nas relações desiguais de poder (ricos e pobres, mulheres e homens) que impediam um desenvolvimento equitativo e a plena participação das mulheres. Assim, era necessário empoderar os menos favorecidos e as mulheres, de forma a transformar essas relações desiguais. As políticas nessa abordagem buscam a integração da perspectiva de gênero nos processos de planejamento, a redistribuição econômica com equidade de gênero e um maior *status* das mulheres no aparelho do Estado. Para isso, deveriam ser implementadas ações que produzissem dados

desagregados por sexo, idade, raça e etnia; promovessem a capacitação de funcionários/as da administração pública; e levassem à construção da cidadania.

Em Gênero e Desenvolvimento os programas e políticas devem contribuir para modificar a posição subordinada da mulher. Ao se tentar mudar as relações sociais de gênero e alcançar a emancipação e a autonomia das mulheres, está-se frente a um fato de natureza técnica e política (MOSER, 1995). Neste caso, nem os instrumentos do planejamento, nem os técnicos e funcionários podem ser neutros, dado que “a visão do planejador se transmite nas defesas e nas propostas carregadas de valores” (HEALEY, *apud* MOSER, 1995). De outra forma, a mulher pode ser vista a partir da análise e do atendimento das suas necessidades estratégicas, levando em conta um contexto social de desigualdade de gênero.

O processo da elaboração do planejamento com enfoque de gênero, tendo como horizonte uma sociedade democrática e sustentável, deve assumir o conflito e a negociação como dimensão e ferramenta para as ações projetadas. Neste aspecto Moser sugere a combinação metodológica entre a economia política – mais voltada para o estabelecimento de uma leitura sobre os níveis de desigualdade na distribuição dos recursos, um diagnóstico do conflito resultado dessa desigualdade – e o planejamento com perspectiva de gênero, com debate, diálogo e negociação.

Se a inserção da mulher e da categoria de gênero no desenvolvimento é fruto de uma ação intensa do movimento de mulheres, as grandes transformações ainda estão longe de serem alcançadas. A participação ativa das organizações de mulheres nos fóruns, conferências e encontros nacionais e internacionais cresceram significativamente na última década, resultando na ampliação do diálogo entre organizações de mulheres e governo, no fortalecimento das idéias, posições e estratégias do movimento, na criação de redes de contato e implementação de ações conjuntas e construção de Plataformas de Ação

conjuntamente com os governos (SANT'ANNA, 2000). Contudo, verifica-se que a concretização das responsabilidades assumidas pelos governos ainda é limitada.

Na Amazônia, assim como nas demais regiões do país, os recentes planos de desenvolvimento não têm considerado a importância das mulheres frente ao desenvolvimento, apesar de corresponder à parte considerável da população. As políticas implementadas na região, raramente têm incorporado as perspectivas das mulheres e de gênero, mesmo depois das conferências Eco 92 e de Pequim (SIMONIAN, 2001), onde o Estado assumiu compromissos de criar condições de igualdade e desenvolvimento para homens e mulheres. Alguns avanços podem ser detectados, especialmente no que se refere a programas de saúde e combate a violência contra as mulheres. No entanto, o mesmo não pode ser observado em relação às políticas para o meio rural.

A análise de gênero na agricultura familiar tem mostrado a desvalorização e a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, como demonstram vários estudos (SIMONIAN, 2001; PACHECO, 1997; WOORTMAN e WOORTMAN, 1997; WOLFF, 1999; MOURÃO, 2001), tão pouco, suas experiências organizativas, produtivas e econômicas são reconhecidas no processo de desenvolvimento. Por outro lado, as políticas agrícolas e agrárias, tradicionalmente, não se apóiam nas relações sociais de gênero e tendem a excluir as mulheres, reforçando as desigualdades. Buarque (2002) relaciona este fenômeno com o fato de que os formuladores das políticas públicas tomam como bases teóricas o conhecimento intelectual e acadêmico, que têm dado pouca ou nenhuma importância à vinculação existente entre as formações do latifúndio, do sistema de produção patronal, da agricultura familiar e o papel que foi imposto às mulheres no Brasil. Buarque afirma:

O fato de se pactuar, no campo de conhecimento, com a naturalização da divisão sexual da humanidade em sujeitos de direitos e de não-direitos, através da omissão do uso das categorias teóricas que dêem conta desse fenômeno, traz conseqüências para o campo do planejamento e execução de políticas públicas. Isso porque, o pensamento científico, ao não conseguir se libertar da matriz patriarcal apresenta resultados parciais da realidade, favorecendo ao comportamento político-econômico androcêntrico

tradicional. Ele não contribui para que se reverta a idéia de que as mulheres não estariam relacionadas à melhoria do mercado, ao aperfeiçoamento das instituições políticas e da democracia (BUARQUE, 2002, p.19).

Ao não reconhecerem os papéis que as mulheres cumprem nos agroecossistemas, os formuladores de políticas públicas seguem reproduzindo em seus planos a matriz patriarcal da divisão sexual do trabalho. Isto se reflete no acesso limitado das mulheres aos programas e políticas nacionais. No que se refere à política nacional de reforma agrária, por exemplo, estima-se que até 1996 apenas 12% das mulheres tinham sido beneficiadas diretamente (BRASIL, 2002). Apesar da Constituição Brasileira estabelecer que o processo de reforma agrária deve beneficiar homens, mulheres e casais, até recentemente a titulação conjunta era opcional. Da mesma forma, o Estatuto da Terra de 1964, os itens relativos à cabeça do casal, aos anos de experiência na agricultura, ao tamanho da força de trabalho familiar comprometiam a promoção da equidade de gênero.

Neste item, vale destacar a luta do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu pelo acesso livre às áreas de babaçuais, nos estados do Tocantins, Maranhão e Pará. A intensa mobilização do movimento das quebradeiras resultou na desapropriação de algumas áreas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. Nessas áreas, foram formadas cooperativas agroextrativistas para beneficiar o coco de babaçu. Estas mantêm suas atividades sem incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ou Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sem usufruir a isenção de ICMS e sem qualquer apoio oficial. Para Almeida (1995) este é um exemplo claro, de que as atuais políticas públicas, que deveriam fortalecer essas experiências desenvolvidas pelas mulheres, não o fazem.

A política de crédito, da mesma forma, não leva em conta as desigualdades de gênero. Pacheco (2002a), analisando alguns programas de crédito verificou que apenas 6% das mulheres participam do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e 7% são

atendidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No Estado do Pará, a pesquisa realizada pela Federação de Órgãos para Assistência social e Educacional (FASE), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), em 1999, verificou que as mulheres representavam 7% do público beneficiado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). A mesma pesquisa demonstrou a inexistência de projetos de financiamento para manejo de quintais e pequena criação, atividades onde predomina o trabalho feminino.

Recentemente, o Governo Federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituiu um programa de crédito para mulheres: PRONAF Mulher. Contudo, as críticas a este programa apontam que ele não responde as demandas das mulheres rurais, uma vez que é um crédito vinculado à outras linhas do PRONAF, onde as mulheres só podem acessá-lo, como forma complementar ao crédito já fornecido ao homem. Dessa forma, as mulheres continuam tendo pouca ou nenhuma gerencia sobre o financiamento.

As recentes mudanças no código civil, que reconhecem as mulheres como cabeça de família, favorecem o acesso ao crédito e a titulação em nome das mulheres. No entanto, os avanços recentes obtidos não são suficientes para o alcance da equidade de gênero no desenvolvimento. O estudo realizado pelo MDA, FAO e INCRA aponta algumas das limitações relacionadas a isso:

- Barreiras legais e estruturas institucionais inadequadas permitem que sejam ignorados os direitos que as mulheres têm ao acesso, uso e manejo da terra, assim como outros recursos produtivos.

- As desigualdades sócio-econômicas relativas à condição de gênero, persistentes no nível local são, freqüentemente, reforçadas pelas instituições envolvidas, através do despreparo de seus funcionários para o trato com a questão de gênero.
- A ausência de informações desagregadas por sexo provoca o sub-registro da participação das mulheres contribuindo para que o seu papel e a sua contribuição sejam subestimados.

Nos processos de capacitação e assistência técnica as mulheres também têm pouca participação. Em várias regiões, as mulheres são excluídas ou têm participação minoritária nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrosilvopastoril (PACHECO, 2002b). Por outro lado, a falta de estudos, dados e análises sobre as inúmeras tarefas das mulheres nas áreas de produção, contribuem para o não reconhecimento da sua condição de trabalhadoras rurais (BUARQUE, 2002). O que implica diretamente sobre o seu acesso aos programas de capacitação, crédito e assistência técnica, seja porque estão desqualificadas, seja pela falta de recursos para as atividades relacionadas à produção não-agrícola, nas quais elas também têm forte presença.

Como resposta às pressões e interesses de várias esferas, como o movimento das trabalhadoras rurais, as agencias de cooperação bilateral e multilateral e outros, o MDA, desde 1999, vem estruturando um Programa de Ações Afirmativas, em parceria com o Fórum de Mulheres do INCRA (FMI), com o objetivo de formular e implementar políticas públicas que visem à democratização das relações sociais no ambiente de trabalho, independente do sexo, cor e raça dos atores envolvidos (BRASIL, 2001).

No intuito de promover o empoderamento das servidoras e beneficiárias da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, o programa pretende: a) incluir as servidoras em cargos de direção; b) estabelecer políticas estratégicas de combate à pobreza por meio de ações que

beneficiam diretamente às mulheres; c) reformular normas de execução de modo a facilitar o acesso das mulheres ao uso e posse da terra e ao crédito, independente do estado civil; d) capacitar servidores/as em temas como relações sociais de gênero, ações afirmativas, gênero e gestão; e) incorporar o tema gênero em todos os níveis de capacitação no Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA.

Contudo, em que pese à sua inovação, o Programa tem sido bastante criticado por ser construído com base em equívocos teóricos e ideológicos, mas também, em um autoritarismo profundo, próprio das relações de dominação de gênero (BUARQUE, 2003). Por outro lado, ainda é preciso romper com as resistências encontradas para implementação de programas como esse: como a cultura institucional resistente a inovações, a baixa auto-estima das mulheres e a falta de recursos humanos, financeiros e materiais. Assim, seria necessário rever a proposta do Programa, dando-lhe conteúdos mais consistentes e sustentáveis.

Na região Amazônica, a promoção de ações afirmativas para as mulheres rurais, relacionadas ao desenvolvimento da região, parece ainda permanecer no plano das idealizações (SIMONIAN, 2001). Apesar do reconhecimento do esforço feito pelas mulheres envolvidas em diversas atividades econômicas e socioculturais, estas ainda não contam com apoios significativos, em termos de acesso a informação, novas tecnologias, recursos financeiros e materiais e políticas públicas que fortaleçam suas organizações e empreendimentos econômicos.

#### **Capítulo 4. As mulheres na reconstrução da agricultura**

A evolução histórica do movimento feminista e das mulheres demonstra um avanço significativo, seja nos espaços de discussão teórica, seja nos espaços das conquistas políticas, de questões relacionadas às mulheres como, a sexualidade, a saúde e a violência sexual e doméstica. A aproximação do feminismo com a questão ambiental ocorreu mais

recentemente, na década de 1970, no bojo das discussões sobre desenvolvimento. Isto tem contribuído para o processo de revelação da importância da mulher nos programas de desenvolvimento, associando a este processo, o papel das mulheres e as formas de aproveitamento dos recursos naturais desenvolvidas por elas (SIMONIAN, 2001).

Estudos têm apontado os efeitos negativos do desenvolvimento sobre as mulheres e as experiências que elas vêm implementando no uso dos recursos naturais em várias partes do mundo. Algumas das experiências desenvolvidas por mulheres indígenas, extrativistas e agricultoras na Amazônia brasileira são apresentadas por Simonian (2001), que demonstra a estreita relação dessas com os recursos naturais, através da caça, da pesca, da coleta de frutos nativos, de sementes, na manutenção da biodiversidade e dos recursos genéticos locais, na defesa da floresta, na luta pela terra e por melhores preços para os produtos extrativistas e agrícolas.

Mais recentemente, na década de 90, a discussão sobre a questão da mulher e o desenvolvimento ganhou ainda mais força, com a realização do Fórum Global da Rio – 92, no Rio de Janeiro, como afirmam Castro e Abramovay:

A Rio – 92 destaca-se na literatura feminista no Brasil como o tempo/espaço em que as reflexões sobre gênero e meio ambiente e a estruturação de ações por parte do movimento de mulheres tomaram impulso, em dinâmica sinérgica com o movimento de mulheres internacional (CASTRO E ABRAMOVAY, 1997, p.55).

No Planeta Fêmea, espaço de discussão das mulheres no Fórum, as mulheres defenderam o olhar feminino sobre o mundo. Demonstrando a importância de ter espaços como estes para discutir questões como a pobreza, a importância local dos recursos naturais, os estilos de consumo e seu caráter predatório e suas relação com gênero (SOARES, 1994). No Brasil, o processo da Rio – 92, deu origem a Coalizão de Mulheres Brasileiras para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que, em função das organizações de mulheres envolvidas no processo trataram da temática de saúde e direito reprodutivo, escolheu como

eixo temático das discussões a população e meio ambiente (CORRAL et alii, 1997). Neste processo, a questão de gênero e meio ambiente, que até 1992 não constava dos tópicos trabalhados pelas mulheres tornou-se visível, pois muitas mulheres passaram a apresentar as diversas atividades e experiências que realizavam sob esta perspectiva.

### *6.1 Os movimentos que se encontram*

Os movimentos feminista e ambientalista, de uma maneira geral, percorreram seus cursos de forma paralela, com pouco ou quase nenhum diálogo. De acordo com Juncadella (2002), as primeiras conexões entre esses dois movimentos que deram origem ao *ecofeminismo*, foram verificadas nas obras literárias das feministas nos anos setenta. A importância sobre a necessidade de diálogo entre essas correntes, segundo Puleo (2002), decorre do questionamento sobre o papel da mulher na futura sociedade de desenvolvimento sustentável, considerando que são fortemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

O termo de *ecofeminismo* foi adotado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, em 1974, para representar o potencial das mulheres de iniciar uma revolução ecológica que levasse a novas relações de gênero entre mulheres e homens e uma relação distinta entre seres humanos e a natureza (JUNCADELLA, 2002). A evolução conceitual desse termo deu origem à três tendências distintas: o ecofeminismo radical, o ecofeminismo liberal e o ecofeminismo socialista, mantendo suas análises e estratégias de atuação de acordo com a posição feminista das quais procedem. Juncadella (2002) e Puelo (2002) fazem a seguinte descrição dessas tendências.

O ecofeminismo radical, também chamado de clássico, afirma que homens e mulheres expressam essências opostas: as mulheres se caracterizam por um erotismo não agressivo e igualitarista e por atitudes maternais que lhes predispõem ao pacifismo e preservação da

natureza. Ao contrário, os homens são vistos naturalmente relacionados à empresas competitivas e destrutivas e considera que a exploração e opressão das mulheres e da natureza são consequência do domínio do homem e da ordem patriarcal. A proposta desta corrente é a recuperação dos valores matriarcais e a implantação da cultura feminina, convertendo o papel insubstituível das mulheres na preservação da espécie em um instrumento de poder para as mulheres e um ativismo ecológico próprio.

O ecofeminismo liberal é baseado no feminismo da igualdade e na teoria conservacionista da natureza. Considera que a degradação ambiental é resultado da implantação de um modelo de desenvolvimento economicista, que a exploração das mulheres é resultado da situação marginal na qual são mantidas e, a conexão entre elas e a natureza não tem uma base biológica. Propõe reformas relacionadas ao meio ambiente, com base na aplicação da ciência moderna acompanhada de uma legislação que assegure as condições necessárias para um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

O ecofeminismo socialista considera que os problemas ambientais são intrínsecos ao patriarcado e ao capitalismo, que justifica a exploração da natureza, mediante a tecnologia, para facilitar o progresso, entendido principalmente como crescimento econômico. Essa corrente propõe a construção de uma sociedade socialista que construa uma nova relação entre gêneros e uma relação distinta com a natureza, livres da dominação do capitalismo e que garanta uma boa qualidade de vida para todos e todas.

Essas correntes conseguiram identificar algumas das conexões conceituais simbólicas entre a natureza e as mulheres que têm servido para justificar a exploração de ambas pela ordem patriarcal. Entre elas, a relação de que em todas as culturas, simbolicamente, as mulheres têm sido associadas à natureza e os homens à cultura e, isso serviria para legitimar a opressão das mulheres pelos homens. Segundo Juncadella (2002) essas correntes apresentam algumas dificuldades para explicar a realidade, por considerar as mulheres como uma

categoria única, sem distinção de classes, castas, raças, religiões, etnias, idades; por analisar ideologicamente e não na prática, a dominação da natureza e das mulheres pelo patriarcado e subestimar os efeitos reais dessa dominação na vida das mulheres. Outra dificuldade está no essencialismo de se basear na biologia das mulheres para justificar sua maior aproximação com a natureza.

Dentro do debate ecofeminista, especialmente na Índia, está se construindo uma nova corrente, onde se busca avaliar a relação que as mulheres estabelecem com o meio ambiente, a partir de uma mudança conceitual sobre a natureza e sobre as mulheres. O feminismo ecologista, como denominou Bina Agarwal, entende que a relação da mulher com o meio ambiente adquire formas distintas de acordo com a classe social, raça e etnia à qual pertencem e, estes fatores, por sua vez, determinam a relação que as mulheres terão com a organização da produção, a reprodução e a distribuição (JUNCADELLA, 2002). Nessa corrente, os desafios do feminismo estão em transformar as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a divisão desigual dos recursos entre mulheres e homens, enquanto, os desafios do ecologismo visam transformar as relações entre as pessoas e a natureza e os processos de apropriação dos recursos por uma minoria, de forma a permitir que a maioria possa se apropriar e utilizar esses recursos.

No Brasil, as correntes ecofeministas não tiveram tanto impulso. A experiência do movimento de mulheres se concentrou mais na área de saúde, com uma expressiva mobilização através de redes e conquistas de programas e políticas governamentais. Contudo, o mapeamento de experiências de organizações de mulheres realizado por Castro e Abramovay (1997) apresenta uma série de iniciativas relacionando gênero e meio ambiente com outros aspectos como o acesso a terra, trabalho, comunicação, assessoria jurídica, saúde e sexualidade, cultura, qualidade de vida e desenvolvimento.

## *6.2 Integrando os conceitos de gênero e agroecologia*

Se os movimentos feministas e ambientalistas ainda percorrem seus cursos com divergências, reforçadas pela falta de estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos no plano de equacionar gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (CASTRO E ABRAMOVAY, 1997), a integração do conceito de gênero e agroecologia parece ter menos divergências ideológicas e uma tendência de aproximação maior no campo teórico e prático. Agroecologia e gênero são correntes que apontam para melhores condições de vida do homem e da mulher em harmonia com o meio ambiente, ao buscar o equilíbrio ambiental e a equidade social. O trabalho integrado dessas duas correntes constitui um bom aliado para a sustentabilidade. A crescente preocupação em alcançar o desenvolvimento humano e sustentável nas sociedades modernas, permite destacar a necessidade e importância da proposta da agroecologia e o contexto técnico, ecológico, econômico e sócio cultural do seu desenvolvimento (CHAMOCHUMBI, 2002).

A integração da abordagem de gênero nas propostas agroecológicas ainda constitui-se um desafio, especialmente na implementação prática de seus princípios. Analisando a experiência de integração do enfoque de gênero nos projetos de desenvolvimento agroecológicos desenvolvidas por duas organizações não governamentais no Peru, Bustinza (2002) identificou como limitações a falta de conhecimento e comprometimento de técnicos com o tema, a falta de uma visão crítica da posição das mulheres na família, no sistema produtivo e na sociedade; um discurso que associa agroecologia e gênero ao papel tradicional da mulher, onde este leva aos princípios agroecológicos; a resistência dos técnicos na promoção do gênero e um convencimento de que incorporar o componente de gênero nos projetos se resume a trabalhar com mulheres nas atividades produtivas.

No Encontro Nacional de Agroecologia, o grupo de trabalho sobre gênero e desenvolvimento agroecológico apontou alguns avanços e desafios da integração de gênero

às experiências agroecológicas no Brasil. Os avanços estão relacionados com o reconhecimento do trabalho da mulher nos agroecossistemas, ampliação do acesso a terra e aos recursos naturais, como o acesso livre das áreas de babaçu conquistada pelas Quebradeiras-de-coco no Maranhão, a elevação da auto-estima das mulheres, através de cursos de formação, conquista da organização e o fortalecimento das mulheres, possibilitando a construção de uma identidade política entre outros (Quadro 5).

Entre as limitações e desafios estão: a necessidade de desassociar gênero como uma questão específica das mulheres e sensibilizar os homens para essa reflexão, considerando que a compreensão de que o problema da iniquidade de gênero na realidade rural passa não somente pela esfera das mulheres (historicamente marginalizadas), mas, também pela dos próprios homens; a garantia da implementação de leis conquistadas pelos movimentos das mulheres; redivisão das atividades domésticas entre mulheres e homens; ampliar a incorporação de gênero e das mulheres nas pautas dos movimentos.

Em que pese os avanços e limitações da integração de gênero e agroecologia, é um caminho necessário a ser percorrido, que Chamocho (2002), justifica apresentando os seguintes fatores: 1) A agroecologia, entendida como parte de uma proposta de desenvolvimento rural, reconhece o enfoque de gênero como uma variável social que contribui para o melhor conhecimento dos sistemas agrários locais e, portanto, permitem um melhor desenho de instrumentos metodológicos, estratégias e indicadores para promover mudanças; 2) Incorporada à perspectiva de gênero, a agroecologia reconhece as diferenças biológicas de mulheres e homens, assim como a desigualdade de gênero, portanto, promove alternativas de eficiência e equidade em suas funções; 3) A perspectiva de gênero incorporada à proposta agroecológica permite uma melhor análise, contribuindo para perceber e alcançar mudanças importantes nos estilos de vida e trabalho das agricultoras e dos agricultores, por alcançar equilíbrios adequados com seu ambiente.

**Quadro 5** Avanços, limites e desafios para a integração do gênero ao desenvolvimento agroecológico no Brasil.

AVANÇOS		PROPOSTAS
<b>Acesso a terra e aos recursos naturais</b>		
Conquistas na legislação. Ex.: Babaçu-livre; Leis municipais de Território de Quilombo; Constituição da Reforma Agrária.	Garantir a implementação das leis e ampliação do âmbito vigência, no caso das leis municipais e a titulação conjunta nas áreas de RA.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando essas questões na ponta dos movimentos e organizações participantes do ENA
<b>Reconhecimento do trabalho da mulher e de sua contribuição na renda familiar</b>		
Auto organização das mulheres na produção, beneficiamento e comercialização e autonomia na gestão de recursos financeiros.  Homem assumindo trabalho doméstico para possibilitar participação da mulher no Movimento.	Romper com a divisão sexual do trabalho e com a invisibilização do trabalho das mulheres, considerando como ajuda; redivisão das tarefas domésticas no cotidiano.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando estas questões na pauta dos movimentos e organizações-participantes do ENA.
<b>Formação e capacitação de agricultores e técnicos</b>		
A formação de mulheres fortalecendo a auto-estima a participação e organização.	Ampliar número de homens e mulheres na formação em gênero; Ampliar o número de mulheres na capacitação técnica.	Incentivar processos de capacitação em gênero e incluir mulheres nas capacitações em agroecologia.
<b>Auto identificação (identidade)</b>		
A organização e capacitação fortalecendo o processo de auto identificação como agricultora, extrativista, quilombola , etc.	Abraçar toda a categoria através da ampliação da organização.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas.
<b>Gênero como questão de mulher</b>		
Questão de gênero presente na pauta dos movimentos e organizações.  Organização de coletivos, comissões e grupos de trabalho sobre gênero.	Dissociar gênero de questão de mulher e envolver homens e mulheres na discussão; Incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade.	Incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade na Agroecologia.
<b>Gênero, geração e etnia</b>		
As questões de gênero e geração têm sido colocadas a partir do processo de organização das mulheres  A organização das mulheres tem uma importante contribuição no movimento Negro.	Trabalhar estas questões de forma articulada nos processos de formação; Educar as novas gerações dentro desta perspectiva.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando estas questões na pauta dos movimentos e organizações participantes do ENA.
<b>Políticas Públicas</b>		
Conquista de políticas que beneficiam as mulheres: titulação conjunta (casal) da terra, previdência, programas de Crédito.	Ampliação dessas políticas; Priorização das mulheres como beneficiárias; Capacitar as mulheres na gestão Financeira.	Todas as propostas de políticas públicas para a agroecologia incorporarem a perspectiva de gênero.
<b>Participação Política</b>		
Conquista de cargos públicos pelas mulheres.	Assumir o exercício do poder sem reproduzir o modelo masculino de fazer política; Mulheres são mais cobradas, tem que ter desempenho maior para ter Reconhecimento.	Os processos de formação e capacitação incorporarem a abordagem sobre a questão.

Fonte: ENA (2002).

## **Terceira Parte**

---

### **Agricultura familiar: as relações de gênero no desenvolvimento das práticas agroecológicas**

---

## **Capítulo 5 Mulheres e homens construindo formas de produção**

O papel da agricultura familiar no Brasil tem se destacado nos debates nacionais e regionais, especialmente aqueles em que se discute reforma agrária, crédito, assistência técnica e sustentabilidade ambiental. O fato de a agricultura familiar envolver diversos segmentos (camponeses, extrativistas, ribeirinhos) que possuem diferentes estratégias produtivas e reprodutivas em diferentes ambientes, dificulta a construção de definição unânime da categoria. Um dos elementos essenciais que diferencia os agricultores familiares dos demais setores é a forma como se estabelecem em suas terras e o fato da unidade de produção ter na família seu parâmetro decisivo: seja como definidora das necessidades reprodutivas, seja como determinante no processo de apropriação das terras. É, portanto, com base nos critérios produtivos e reprodutivos, que a família vai definir sobre o uso dos recursos naturais, o destino da força de trabalho e dos investimentos financeiros.

Esta categoria é definida por Chayanov (1981) como aquela que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo. Equipada com meios de produção, não emprega trabalhadores pagos, e utiliza apenas o trabalho de seus membros no cultivo da terra. A família ao empregar sua força de trabalho, recebe como resultado, uma certa quantidade de produtos, que é trocada no mercado por bens de consumo e serviço. O produto do trabalho constitui-se a única categoria de renda. Este produto é indivisível e pode variar conforme a situação com o mercado, a disponibilidade com os meios de produção, o tamanho e a composição da família, o número de seus membros capazes de trabalhar e, pela produtividade de cada unidade de trabalho.

A relação entre o grau de esforço do trabalho e a satisfação da demanda familiar é que determina a produtividade de trabalho. Na busca do ponto de equilíbrio dessa relação, a família precisa utilizar-se das situações do mercado e das condições naturais. Assim, as formas de acesso e o nível de integração aos mercados e a manutenção dos meios de

produção, sejam eles terra ou instrumentos de trabalho, são determinantes para a família desenvolver sua capacidade de trabalho. Compreender a agricultura familiar, através de suas estruturas econômicas, não é possível com a simples aplicação da teoria econômica capitalista. Nela as categorias de preço, capital, salários, juros e renda, muitas vezes não estão presentes ou precisam ser entendidas de outra forma, considerando os fenômenos de ordem técnica e natural.

Um acréscimo a este conceito é dado por Lamarche (1993), ao afirmar que a produção e o trabalho na unidade de produção familiar estão intrinsecamente ligados ao seu funcionamento, à construção do seu patrimônio sociocultural e à sua reprodução. A agricultura familiar não pode ser compreendida em um único modelo, pois não há uma uniformidade desta categoria e sim, uma diversidade de formas que se desenvolvem em diferentes situações. Portanto, para entendê-las, é preciso conhecer o seu funcionamento considerando não apenas a integração com o mercado, mas as demais relações com a sociedade local e a sociedade como um todo.

O grau de integração da agricultura familiar na economia de mercado corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação. Esta se situa conforme a sua história e o ambiente no qual funciona e, está sob influência do patrimônio sociocultural que dispõem e de suas escolhas políticas. Organiza suas estratégias em função da memória que guarda de sua história e das ambições que têm para o futuro e depende da complementaridade do seu projeto com o reconhecimento da sociedade. Quando não consegue realizar o seu projeto, em função dos bloqueios e das imposições da sociedade, a família é forçada a reorientar suas estratégias, em função das suas capacidades de adaptação. É essa capacidade de se adaptar às exigências impostas por situações novas e diversas, às instabilidades climáticas e às mudanças sociais, econômicas e

políticas que, segundo Lamarche, permitiu à agricultura familiar estar presente em todas as partes do mundo.

Ao criar uma política específica para o setor, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), define esta categoria a partir das suas relações sociais de produção, desvinculando essa categorização de um limite máximo de área ou de valor bruto da produção, em função da grande diversidade do setor agrário brasileiro. Para este Instituto, a agricultura familiar é um modelo de organização agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo assalariado (NEVES, 2002).

Assim a agricultura familiar pode ser compreendida como uma categoria, onde a família é ao mesmo tempo unidade de produção e consumo e, administradora dos recursos naturais que dispõe, dos processos produtivos e da distribuição do seu trabalho, em função de um projeto de reprodução familiar. Outros aspectos que caracterizam a agricultura familiar apontados por Neves (2002) são a diversificação, a durabilidade dos recursos e a qualidade de vida. Em função dessas características é que os autores defensores da agroecologia apontam a agricultura familiar como a categoria com maior potencial para desenvolver sistemas de agricultura sustentáveis.

No Brasil existem 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 108 milhões de hectares. A área média dessas propriedades é de 26 hectares, sendo que 40% têm área inferior a 5 hectares, 30% estão entre 5 e 20 ha e 17% entre 20 e 50 ha. As diferenças regionais demonstram que no Norte a área máxima está situada na faixa de 1.000 ha, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste na faixa de 700 e 600 ha, respectivamente e nas regiões Sudeste e Sul, na faixa de 300 e 200 ha. Nas áreas de ocupação mais antigas, predominam os estabelecimentos com menores áreas. No Nordeste, quase 60% dos

estabelecimentos possuem menos de 5 hectares e, nas regiões Sul e Sudeste a maioria dos estabelecimentos estão na faixa entre 5 e 20 hectares. Na região Norte há uma distribuição mais igualitária, com a participação de cerca de 20% dos estabelecimentos familiares em diferentes faixas (FAO/INCRA, 2001).

No Pará, a agricultura familiar representa 88,9% dos estabelecimentos agrícolas, ocupa cerca de 40% da área cultivada e é responsável por 58,6% do valor bruto da produção. Em Abaetetuba 4.132 estabelecimentos são de agricultores e agricultoras familiares, o que representa 97,7% do total de estabelecimentos agrícolas. Ocupa 82% da área cultivada e é responsável por 38,6% do valor bruto da produção (IBGE, 1995/96). Mais de 52% dos estabelecimentos possuem uma área média de menos de cinco hectares; 30% tem entre 5 e 20 hectares; 12,5% tem entre 20 e 50 hectares; 3,5% tem entre 50 e 100 hectares; e apenas 2% tem mais que 100 hectares. A renda média anual por estabelecimento é de R\$ 2.341,00, um pouco menor que a renda média do estado, que é de R\$2.965,00. A agricultura familiar apresenta um baixo nível tecnológico, no que se refere ao uso de mecanização e insumos químicos. Segundo o IBGE, 99% dos estabelecimentos utilizam a força manual para o cultivo da terra e 4% utilizam adubos e corretivos.

Muitas dificuldades são enfrentadas pela agricultura familiar. Pufal (2000) refere-se ao estudo da FAO/INCRA, que aponta como principais limitações o acesso reduzido à assistência técnica, acesso limitado à energia elétrica e baixo nível tecnológico. Apesar das dificuldades, a agricultura familiar apresenta rendimentos por área superior aos estabelecimentos patronais, respondendo por 40% do valor bruto da produção agrícola total no Brasil. À mesma conclusão chegou Costa (2000), em sua análise sobre a estrutura agrária e agrícola do estado Pará, ao verificar que, mesmo ocupando uma área média menor que

outros setores<sup>15</sup>, a agricultura familiar também é responsável pela maior parte do valor bruto da produção do Estado e pela maior parte da ocupação de mão-de-obra. Isto, está relacionado com o fato de a agricultura familiar usar menos intensivamente os recursos naturais e abrigar mais de um núcleo familiar.

É inegável o avanço do reconhecimento político, social, econômico e ambiental da agricultura familiar. Contudo, para sua melhor compreensão é preciso ir além do reconhecimento de suas funções e olhar para as estruturas que a sustentam. Em que pese o avanço do reconhecimento de suas funções, é possível afirmar que os impactos dessa conquista não são os mesmos para homens e mulheres, no que se refere à conquista de direitos e empoderamento. Gouveia (2003) afirma que ao tomar como referência as relações de gênero na agricultura familiar, as possibilidades de construção da cidadania e emancipação das mulheres ainda são muito restritas. Ao manter as relações, baseadas no sistema do patriarcado, onde o poder de organizar e estabelecer as relações que ocorrem no interior da família está centrado no homem, a agricultura familiar segue reproduzindo e perpetuando a exploração deste sobre a mulher.

O sistema do patriarcado influenciou o próprio processo de visibilização e valorização da agricultura familiar como modo de produção. Segundo Buarque (2002) a agricultura familiar é herança de uma atividade basicamente feminina, instituída pelas mulheres nos espaços vazios dos grandes latifúndios. Enquanto se situava como uma categoria de produção marginal na economia era vista como uma atividade feminina vinculada ao espaço doméstico, à medida que passou a ocupar espaço nas grandes políticas, seus protagonistas mudam de sexo (GOUVEIA, 2003). Nesse processo, as mulheres passaram a não serem vistas e nem reconhecidas como sujeitas ativas dos processos produtivos, mesmo estando em todos os espaços de produção.

---

<sup>15</sup> Costa (2000) divide esses setores em três: os camponeses, os fazendeiros e os latifúndios empresariais. Neste caso, compreende-se o termo camponês e agricultura familiar como sinônimos.

### *5.1. Conhecendo as pessoas ilustres*

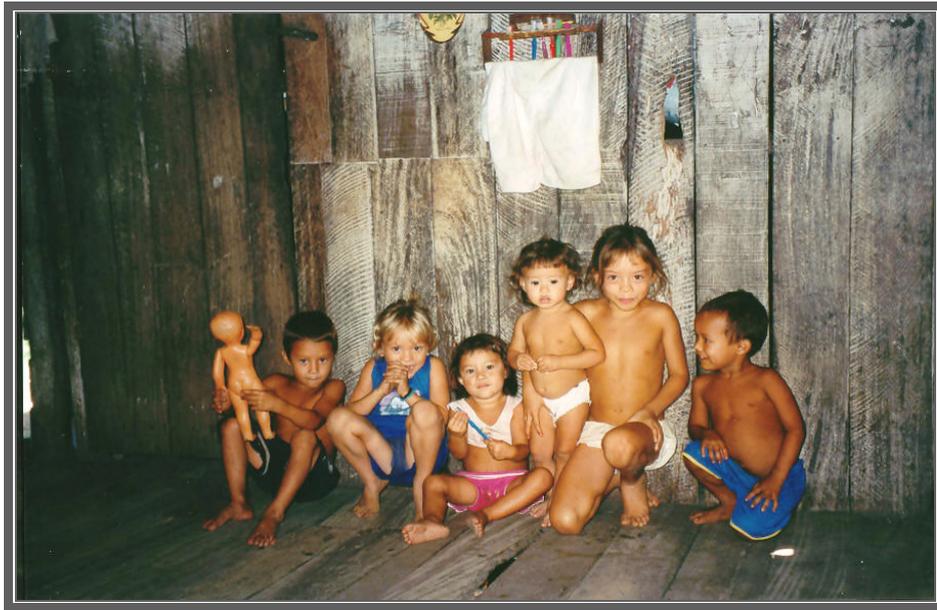
Na Amazônia há uma predominância do padrão da família nuclear composta pelo pai, mãe e filhos/as, onde, em geral, os homens são considerados os chefes da família. Das 12 famílias entrevistadas em Abaetetuba, apenas uma é chefiada por mulher. As famílias nucleares podem formar grupos maiores, o que geralmente ocorre, com o casamento dos/as filhos/as e permanência destes na casa dos pais, até a construção da casa do novo casal. Este tipo de grupamento familiar é comum na localidade de Cataiandeuá (Vila Brito), onde, quatro famílias entrevistadas tinham laços de parentesco.

Quando eu o conheci, era só a família que morava aqui nessa vila, só o pai dele com a mãe. São cinco irmãos (quatro homens e uma mulher) que foram casando e foram se dividindo, cada qual na sua casinha e deixaram a casa grande para os velhos. Depois os filhos foram casando e foram fazendo as suas casas e agora já tem quase 20 casas, tudo aqui já é chamada Vila Brito. (Dona Altamira, Cataiandeuá, 2003).

Contudo, existem outras formas de convívio doméstico da agricultura familiar na Amazônia: relações de compadrios, avós que criam netos; mulheres sozinhas chefiando famílias; homens sem mulheres; homens e mulheres descasados e recasados. Em outros, no caso de viuvez ou separação do casal, a tendência é que o filho mais velho assuma o lugar do pai. Assim, mesmo que novas estruturas familiares se redefinam, estas permanecem reproduzindo os tradicionais papéis sociais de gênero. Contudo, estes papéis sociais de gênero não são imutáveis e, ao longo de sua reprodução vão sofrendo transformações, ainda que pouco visíveis.

Na figura 10, pode-se observar que um dos meninos segura uma boneca – símbolo historicamente relacionado às meninas – com a qual brincava no momento do registro. Outro sinal dessa anomia no meio infantil é a despreocupação com a indumentária, quando meninos e meninas de mesma idade praticamente se vestem iguais, ou andam *seminus*, como na foto.

Ainda que isto não represente uma mudança na construção do papel masculino, demonstra que há uma certa flexibilidade na reprodução simbólica daquilo que é considerado coisa de mulher e coisa de homem. Ou ainda que ao se definirem, esses papéis não se mantêm inalterados por todos os momentos das vidas das pessoas.



**Figura 10** Crianças da comunidade de Cataiandeua.

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A composição da família varia com tempo de constituição do casal. Em geral, as famílias são compostas, em média, por cinco pessoas – casal e três filhos/as. As famílias mais antigas, onde os casais têm mais de 40 anos de união, geralmente são pequenas uma vez que a maior parte dos/as filhos/as já não moram mais com os pais. Enquanto as famílias mais novas, com menos de 40 anos, são maiores, formadas pelo casal e uma média de quatro filhos/as. As mulheres casam-se mais cedo que os homens. A média da idade no casamento é 21 anos para as mulheres e 25 para os homens. As 12 famílias entrevistadas totalizam 60 pessoas. Destas 57% são do sexo masculino e 43% do sexo feminino. (Tabela 4). Estes dados

seguem a tendência do município apresentada pelo IBGE (2000) onde a população masculina é maior que a feminina.

**Tabela 4** Composição das famílias em Abaetetuba por sexo.

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Total de pessoas (%)	57	43	100
Média de pessoas por família	3	2	5

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A distribuição das pessoas nas diferentes faixas etárias é bem semelhante (Tabela 5). A população jovem, nas faixas de 10 a 15 anos e de 16 a 20 anos representa 13% e 10%, respectivamente. As pessoas com mais de 60 anos representam 18% da população. A maior, 43%, está na faixa de 21 a 60 anos. A média de idade entre homens e mulheres é de 43 anos, ou seja, em plena idade produtiva.

**Tabela 5** População feminina e masculina por faixa etária (%).

	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Menos de 1	0	100	3
1 a 10	0	100	12
10 a 15	50	50	13
16 a 20	63	33	10
21 a 30	44	56	15
31 a 40	33	67	10
41 a 50	60	40	8
51 a 60	56	44	10
Mais de 60	50	50	18

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

No aspecto da educação, 47% dos homens e 37% das mulheres adultos/as e, 14% dos meninos e 8% das meninas menores de 15 anos, têm algum nível de escolaridade. Apenas uma mulher se declarou analfabeta. Contudo, como se pode verificar na tabela 6, as mulheres

têm mais tempo de estudo que os homens, em média, seis e cinco anos, respectivamente. Entre os menores de 15 anos, meninos e meninas têm, em média, quatro anos de escolaridade. 30% dos homens e 36% das mulheres estão dando continuidade aos estudos, participando de um programa de educação para adultos. Nas localidades onde foi realizada a pesquisa existia pelo menos uma escola funcionando até a 4ª série. Mas, a continuação dos estudos só é possível com o deslocamento para as poucas localidades ou sede, onde existem estabelecimentos públicos de ensino fundamental (1ª a 8ª série) que totalizam 215 unidades no município.

**Tabela 6** Tempo de estudo da população feminina e masculina, adulta e menores de 15 anos (%).

TEMPO DE ESTUDO (ANOS)	HOMENS	MULHERES	MENINAS	MENINOS	TOTAL DAS PESSOAS RELACIONADAS
0	0	40	0	60	9
1	36	36	0	27	20
2	40	40	20	0	9
3	44	33	11	11	16
4	50	33	0	17	11
5	67	0	0	33	5
6	0	0	100	0	4
8	67	0	0	33	5
9	40	60	0	0	9
10	40	60	0	0	9
11	0	100	0	0	4

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

No aspecto da saúde, o centro de referência em termos de atendimento médico é a cidade de Abaetetuba, que conta com quatro hospitais e 28 postos de saúde espalhado no município. Duas famílias buscam atendimento médico na Vila do Conde, em Barcarena e Belém. Nas localidades não tem posto de saúde e, em apenas uma, há um agente de saúde atuando. Do público entrevistado, 34% apresentava algum problema de saúde. Destes, 31% eram mulheres e 3% dos homens (tabela 7). Entre os principais problemas verificados estão as dores de cabeça, dores nas pernas, glaucoma, sensibilidade da pele, dor na coluna e

sinusite, que limitavam e, algumas vezes impediam a realização de atividades domésticas e agrícolas. Apesar disso, pode-se observar nos discursos das pessoas uma certa passividade com este quadro de saúde.

Quanto à realização do exame preventivo de câncer no colo do útero, das 11 mulheres que deram informação, apenas uma não realiza com frequência esse exame, que em geral, é feito na própria localidade através de campanhas da Secretária de Saúde. Esse dado se contrapõe ao encontrado na pesquisa sobre as mulheres da floresta (MAMA/FASE, 2000), realizada em 1998, onde 66,2% das mulheres informaram não realizar esse tipo de exame.

**Tabela 7** Proporção de mulheres e homens que afirmaram ter algum problema de saúde (%).

	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Sim	31	3	15
Não	69	97	85

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Quanto ao lazer, nas horas livres, geralmente nos sábados à tarde e domingos, as famílias costumam desenvolver alguma atividade. A atividade que aparece com mais frequência é o jogo de bola (tabela 8), que pode acontecer no quintal de casa ou no campo da localidade. Para as mulheres, ir à Igreja é a principal atividade realizada nos momentos livres, enquanto que para as meninas, a principal atividade é tomar banho de igarapé. O tempo livre das mulheres é mais limitado que o dos homens, em função destas realizarem as atividades domésticas.

**Tabela 8** Principais atividades de esporte e lazer realizadas com mais frequência pelos membros das famílias nas horas livres (%).

ATIVIDADES	MULHERES	HOMENS	MENINAS	MENINOS	TOTAL
Assistir jogo	13	10	29	25	14
Banho de igarapé	13	10	43	25	11
Jogar bola	20	35	14	38	32
Festa na comunidade	7	5	14	0	7
Igreja	27	35	0	13	27
Assistir tv	7	0	0	0	2
Descanso em casa	7	5	0	0	5
Não sai de casa	7	0	0	0	2
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

O trabalho familiar é destinado basicamente para as atividades nos agroecossistemas da família, sendo que 18% dos homens e 27% das mulheres realizam alguma atividade fora (tabela 9). Contudo, não é comum a mulher trabalhar fora da área de trabalho familiar, como verificou a pesquisa das mulheres da floresta, onde 89% das entrevistadas não trabalhavam fora. No caso das comunidades de Abaetetuba, embora menor, este número é igualmente significativo (73%). Nota-se, porém, que a mobilidade do homem é ainda menor. 82% deles trabalham exclusivamente no lote, contra apenas 18% que realizam trabalho externo. Esta variação indica uma mobilidade mais acentuada das mulheres, o que não é o mais comum na literatura sobre o assunto.

As atividades realizadas pelos homens são de diarista, pedreiro e professor e pelas mulheres são de diarista, professora e secretária. É comum a realização de troca de dias entre as famílias para realização de atividades agrícolas. Na Vila Brito, por exemplo, as mulheres trocam dias nos períodos de capina das roças, enquanto os homens, fazem nos períodos de preparo das áreas (roçagem) e capina nas áreas do projeto, confirmando um padrão de divisão sexual do trabalho tradicional e do tipo de trabalho que pode ser trocado por uma outra categoria.

**Tabela 9** Proporção entre homens e mulheres que afirmaram realizar algum trabalho fora do lote (%).

	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Não	82	73	77
Sim	18	27	23
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A renda familiar é composta principalmente pela produção agrícola, com pouca participação de recursos externos. Considerando todo o público abordado na pesquisa, menos de 30% das pessoas recebem algum tipo de benefício social. Entre estas, 67% são mulheres e 33% homens (Tabela 10). O principal benefício recebido é a aposentadoria, 92% dos casos. Apenas em uma família, a mãe recebia a bolsa escola. Geralmente, o recurso recebido pelas mulheres é utilizado na compra de alimentos e roupas para a família.

**Tabela 10.** Proporção entre mulheres e homens que recebem benefícios sociais (%).

	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Não	42	58	73
Sim	67	33	27

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

No que se refere à participação em organizações sociais, uma ampla maioria participa de algum tipo de organização, sendo que 54% são mulheres e 46% são homens. Analisando separadamente estes dados por categoria, verifica-se que o percentual de participação é maior entre os homens do que entre as mulheres (tabela 11). Ainda que nas últimas décadas venha se verificando a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos, uma boa parte delas ainda permanecem fora destes espaços. Entre as organizações que as mulheres participam estão o sindicato e a comunidade. Os homens estão presentes no sindicato, no centro de formação (Tipiti), na cooperativa, na associação e na comunidade. Observa-se que as mulheres estão inseridas no espaço sindical, no qual o acesso se dá principalmente em

função dos benefícios sociais e na comunidade, espaço de luta pelo bem estar coletivo e familiar e, ausentes dos espaços de capacitação técnica, de produção e comercialização coletiva.

**Tabela 11** Mulheres e homens que participam de organizações sociais (%).

	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Não	30	25	28
Sim	70	75	72

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

## 7.2 As formas de uso dos recursos naturais

É no centro da unidade produtiva que a família utiliza sua autonomia para estabelecer as suas estratégias de intervenção e os processos de trabalho, organizando o espaço e combinando variadas espécies vegetais e animais, de forma a garantir seus critérios de produção e reprodução. Os agroecossistemas, tradicionalmente desenvolvidos pela agricultura familiar da região de terra firme em Abaetetuba, ocupam pequenas áreas e, estão baseados na produção de culturas agrícolas de ciclo curto – arroz (*Oriza sativa L.*), milho (*Zea mays L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), nos quintais (frutas), nas pequenas criações (aves e porcos) e no extrativismo de espécies vegetais, especialmente o açaí (*Euterpe oleracea Mart.*).

As roças são destinadas ao cultivo das culturas alimentares. Em geral, são áreas pequenas, com tamanho médio de duas tarefas (tabela 12). Em estudo anterior Mourão (2001), identificou que as áreas da roças variavam de 3 a 4 tarefas<sup>16</sup>. As famílias fazem suas roças duas vezes por ano (a roça de inverno, que é plantada em janeiro e a roça de verão, que é plantada em maio). A roça de inverno, geralmente é menor e mais diversificada. A roça de

<sup>16</sup> 1 tarefa corresponde a 0,3025 hectares.

verão é um pouco maior e, nela é plantada apenas a mandioca, utilizada na produção de farinha. A produção de farinha é uma atividade realizada por todas as famílias entrevistadas. Esta é produzida de forma manual e toda a família participa. A farinha é feita em casas de farinha rústicas, equipadas com forno de chapa de ferro, raladores manuais e tipitis<sup>17</sup>.

**Tabela 12** Sistemas de produção desenvolvidos pelos agricultores.

Sistemas agrícolas	ÁREA (M2)	ÁREA (TAREFAS)	ÁREA (HA)
Capoeira	19.053,33	6,30	1,91
Consórcio	1.766,67	0,58	0,18
Monocultivo de Açaí	8.708,33	2,88	0,87
Monocultivo de coco	6.500,00	2,15	0,65
Monocultivo de Pimenta	3.025,00	1,00	0,30
Pasto (sujo)	6.050,00	2,00	0,61
Projeto FNO	8.288,89	2,74	0,83
Quintal	6.768,44	2,24	0,68
Roça	7.011,79	2,32	0,70
SAF	1.388,85	0,46	0,14
Total	8.194,53	2,71	0,82

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Os quintais são importantes áreas de produção para as famílias. Além da disponibilidade de frutas diferentes e saudáveis o ano todo, é uma considerável fonte de renda. Os quintais apresentaram uma grande diversidade de espécies frutíferas, medicinais e ornamentais. Estas áreas, também são destinadas à criação de pequenos animais, principalmente aves, o que garante parte da proteína necessária na dieta alimentar da família. A quantidade de animais pode variar de 10 a 50 unidades por família.

O plantio das culturas permanentes, fora do espaço dos quintais, era pouco comum entre os agricultores familiares. Foi na década de 1990, com o acesso destes agricultores ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que se introduziu de forma mais intensa estes plantios, especialmente, coco, cupuaçu e pimenta-do-reino. Entre as famílias entrevistadas 58% possui projetos financiados, com tamanhos variando de 0,5 a um hectare.

<sup>17</sup> Tipiti é um instrumento feito com talas de inajá (*Maximiliana inaja*) que serve como prensa para secar a massa da mandioca.

Apesar de, nos primeiros dois anos de implantação do projeto, plantar-se consorciado com mandioca e banana (*Musa paradisiaca L.*), estes acabaram tornando-se áreas de monoculturas, uma vez que não era permitido, nem pela assistência técnica, nem pelo banco, o plantio de outras culturas nas áreas dos projetos<sup>18</sup>, embora já existissem algumas recomendações da EMBRAPA para o uso de tutor vivo para pimenta-do-reino e consórcios para sombreamento em cupuaçu, ou ainda, consórcios de coqueiros com pastagens.

A partir de 1997, inicia-se outra mudança nos agroecossistemas, com a introdução de consórcios de culturas permanentes, sistemas agroflorestais e adubação orgânica com leguminosas. Isto passou a ocorrer com a participação dos agricultores nos cursos do Centro Tipiti. Inicialmente, foram implantados em pequenas áreas (400m<sup>2</sup>) denominadas, módulos experimentais. Três agricultores entrevistados implantaram os módulos nas áreas dos projetos<sup>19</sup> e os demais, em áreas de roça e capoeiras antigas. A maior parte dos agricultores manteve ou ampliou as áreas dos módulos. Apenas três tiveram os módulos eliminados, pela falta de sementes e pelo fogo.

As atividades extrativistas são realizadas nas áreas de capoeiras antigas. As atividades de maior importância para as famílias são a coleta de açaí; o corte de madeira que é utilizada na produção de lenha e carvão; retirada de folhas de árvores, como a sacaca (*Cróton cajucara Benth.*), e cascas de andiroba (*Carapa guianensis Aublet*) utilizadas na preparação de remédios caseiros. Em geral, esses produtos são utilizados no consumo das famílias, mas, no caso do açaí, é uma importante fonte de renda. A caça de animais silvestres não é uma atividade significativa para as famílias entrevistadas, em função da redução desses animais na região. Contudo, algumas famílias ainda desenvolvem esta atividade, como verificou Mourão (2001), que apreendem, principalmente, a paca (*Agouti paca L.*), cutia (*Dasyprocta aguti Rodentia*), tatu (*Dasyplus novemcinctus L.*) e mucura (*Didelphis marsupialis L.*). A carne

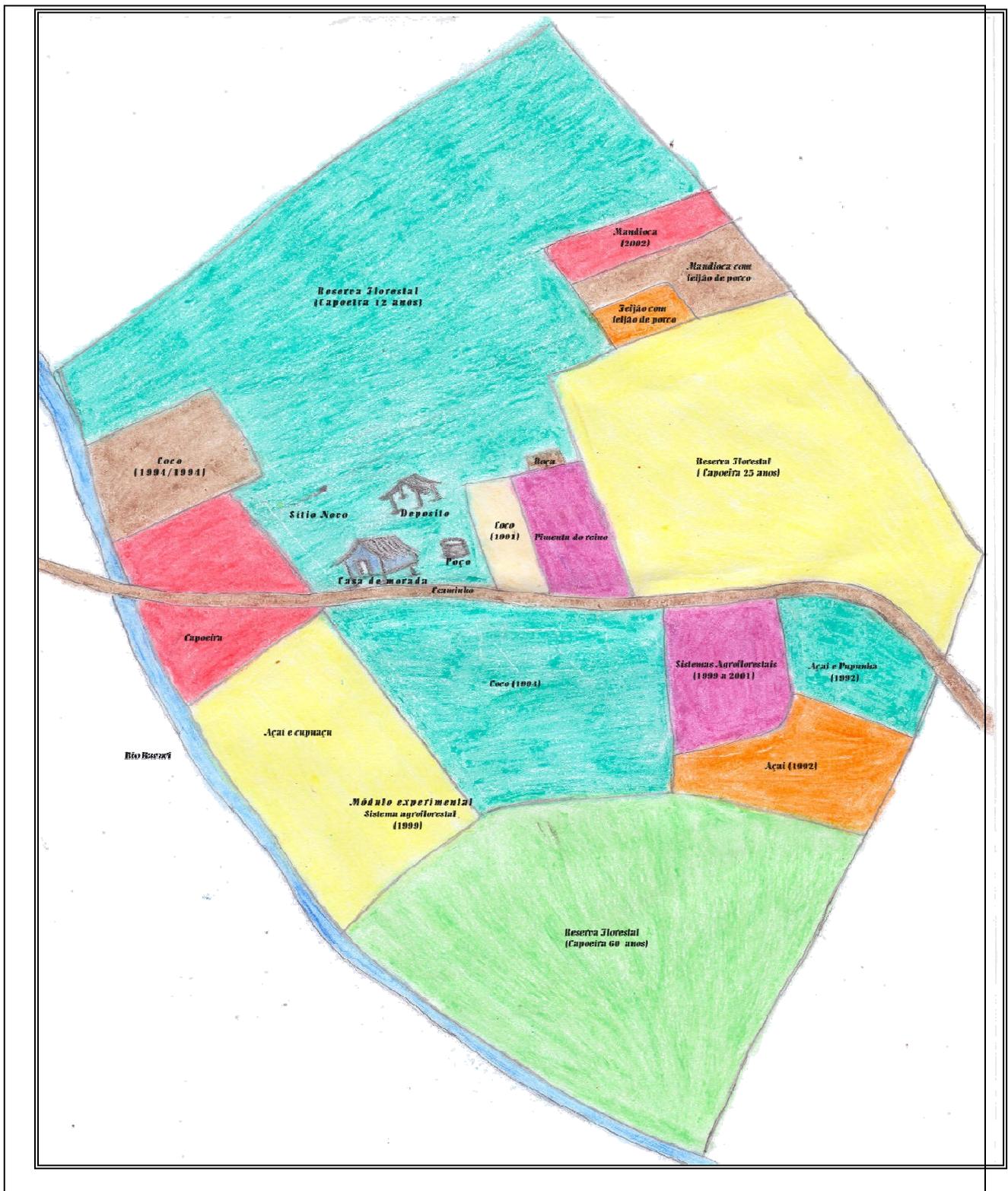
---

<sup>18</sup> Sobre isso ver TURA e COSTA, Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará (2000).

<sup>19</sup> O plantio de outras culturas nas áreas dos projetos começou a ser feito por alguns agricultores após o recebimento de todas as parcelas do financiamento.

desses animais é utilizada somente para o consumo da família e, muitas vezes dividida com as famílias vizinhas.

Outra importância das capoeiras para as famílias é que elas são utilizadas para a implantação das áreas de cultivos agrícolas. As famílias convertem, anualmente, de duas a quatro tarefas de capoeiras em áreas de cultivo. O tempo de pousio destas varia de 5 a 6 anos. Esse tempo de regeneração das capoeiras vem se reduzindo em função do aumento do número de famílias e das áreas de cultivo. Na figura 11, pode-se observar no croqui desenhado por uma das famílias entrevistadas, a disposição dos componentes do sistema de produção.



**Figura 11** Croqui desenhado por uma família na comunidade do Bacuri.

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

### *7.3 Os sistemas de conhecimentos técnicos.*

A interação ser humano e natureza desencadeou a construção e acúmulo de diversos saberes utilizados na construção dos agroecossistemas. Segundo Harwood (1979), utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores e agricultoras, freqüentemente desenvolveram sistemas agrícolas sustentáveis, onde o saber local e métodos foram originados de experiências individuais ou coletivas. A utilização desses conhecimentos sobre os agroecossistemas e os recursos naturais é de grande interesse da agroecologia, como demonstra Navarro (1994):

O sistema de conhecimento de tais cultivos, que compreendem aspectos lingüísticos, botânicos, zoológicos, artesanais e agrícolas, foi produto da interação dos indivíduos com o meio ambiente, tendo sido transmitido por meios orais de geração a geração. Vários aspectos de tais sistemas são de grande interesse: o conhecimento sobre o meio físico, as taxonomias biológicas, o conhecimento acumulado na implementação de práticas agrícolas e o seu caráter experimental (NAVARRO, 1994, p. 14).

A concretização das estratégias da família sobre a definição/organização dos agroecossistemas e os processos de trabalho, está condicionada não apenas ao capital e recursos disponíveis, mas também, às formas de poder e de conhecimento sobre a natureza. Estes, por sua vez, estão impregnados de elementos simbólicos definidores de posições hierárquicas e de subordinação presentes na unidade familiar.

Através dos modelos de saber, as pessoas podem agir sobre a natureza tornando-a socializada. Constituído como um código lingüístico, o saber é reproduzido pela família, através da transmissão e do aprendizado, utilizando-se do método pedagógico de saber-fazer (WOORTMAN E WOORTMAN, 1997). Todavia, esse conhecimento sobre a natureza não é homogêneo, pois pode ser construído de formas diferenciadas em cada sociedade. Como afirma Morin (2000), cada civilização possui um pensamento racional, empírico, técnico e, também, um saber simbólico, mitológico e mágico. Muitos desses saberes foram preservados

pelas sociedades tradicionais, mas, outra parte foi destruída pelo imperialismo das civilizações modernas.

Sendo ao mesmo tempo, técnico e simbólico, o saber cria o trabalhador, constrói os papéis e define as relações sociais. É pelo saber técnico que a família se faz e, o controle sobre esse saber faz a hierarquia do grupo doméstico. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque domina o saber (WOORTMAN E WOORTMAN, 1997). O saber técnico, portanto, é fundamental para a reprodução da estrutura social, o seu domínio significa detenção de poder, e conseqüentemente, as formas que determinam as relações sociais de gênero.

O saber das mulheres, contudo, não está concentrado apenas no espaço doméstico e quintal. Wolff (1999) demonstra isso ao referir-se a uma pesquisa realizada na Reserva Extrativista Cachoeira – Acre, que demonstra uma lista de mais de 150 espécies vegetais sendo utilizadas por mulheres seringueiras. Entre os usos dessas espécies ressaltam-se a alimentação, bebidas, temperos, remédios, alimentos de animais, lenha e material de construção, além de usos diversos como cestarias, cosméticos, utensílios domésticos, vassouras, entre outros.

Em Abaetetuba, as mulheres detêm o conhecimento do processo de produção na roça, desde as técnicas de preparo da área, calendário agrícola até as formas de controle natural de insetos, como pode ser verificado nas citações abaixo. Em muitos casos, as mulheres não realizam as atividades de preparo de área, reforçando o que afirmam Woortman e Woortman (1997), que as mulheres podem governar o processo de trabalho, mas, o primeiro enfrentamento com a natureza (neste caso, as atividades de derrubada da mata) não é realizado por elas.

Eu sei que é um serviço duro para uma mulher fazer, por exemplo, uma roçagem, uma cortação de lenha que é com machado. Trabalhar com uma enxada é serviço que uma mulher pode fazer, mas é um serviço pesado, é duro para fazer. Então o serviço que é mais maneiro de fazer é uma planta

de roça, é uma capina, isso sim, a pessoas trabalham com mais calma. (Dona Altamira, Comunidade do Murutinga).

O discurso aqui é marcado pela diferença sexual, ainda que não se fale do homem. É marcado, porém não pela impossibilidade, mas pelo grau de dificuldade, pelo peso que implica o machado ou a cortação da lenha, o que é remetido ao homem. Depois o discurso se suaviza na proporção do serviço, naturalizando-se, praticamente, a atividade “que uma mulher pode fazer”. Contudo, nem sempre a divisão sexual do trabalho está explicitada na falas.

A gente fazia o sistema de sempre. Roçava todinha, derrubava, deixava ficar bem sequinho o mato e ai queimava tudo, limpava e deixava só a terra. Passava uns dias a gente ia lá e plantava a maniva, macaxeira, essas coisas. Quando passava uns dias, assim, uns dois meses, a gente tinha mais um trabalho de ir lá capinar todos os matos, porque quando queima, dá uma marca diferente de mato, do que quando não queima. (Dona Joana, Comunidade do Bacuri).

Neste trecho o discurso é feito com a conotação de que o trabalho é coletivo, e aí não se distingue homem nem mulher, nem adultos e crianças. “Agente fazia o sistema de sempre”, e neste sentido, todas as operações estão incluídas, a derruba compreendida. Num outro sentido, o discurso permite observar a apropriação de um sistema de conhecimentos técnicos por parte da agricultora, num espaço produtivo teoricamente de domínio masculino.

O tucupi é o nosso agrotóxico aqui. Tira o tucupi deixa ficar de um dia para outro, parece que fica mais forte, coloca que não fica mais nada. Se colocar em cima da planta ela morre. (Dona Raimunda, Comunidade de Cataiandeua).

O curioso aqui é que a agricultora absorve um conceito técnico e o aplica segundo uma apropriação adequada aos herbicidas. O discurso é de quem aprendeu o principio do controle químico das plantas invasoras, mas a aplicação que é feita se dá em outro contexto do conhecimento agrônômico. Tais conhecimentos, oriundos das populações tradicionais, são repassados de geração para geração e valorizados pelos seguidores da agroecologia. No

entanto, o domínio das mulheres sobre estes conhecimentos, não implica em alterações nas relações de gênero. Nos casos apresentados, a introdução de plantios permanentes nos sistemas de produção, induziu os homens a dedicarem a maior parte do seu trabalho na manutenção dessas áreas.

A roça passou a ser uma atividade secundarizada, assumida pelas mulheres e os plantios permanentes tornaram-se as principais atividades produtivas da família, onde as mulheres têm pouco conhecimento técnico. Nessas áreas o contato com a assistência técnica ocorreu com maior intensidade no convívio masculino, forçando a uma divisão do trabalho e a concentração dos novos conhecimentos técnicos pelos homens. 100% das mulheres entrevistadas afirmaram não ter acesso à assistência técnica, mesmo quando os técnicos fazem as vistorias nas áreas dos projetos. Nesse aspecto se fortalece a crítica à formação técnica de profissionais que atuam no meio rural, vazia de conhecimentos antropológicos e pedagógicos e de uma perspectiva das relações de gênero. O agricultor continua sendo abordado como indivíduo, descolado de uma realidade familiar e de grupo social. Este é, talvez, um dos maiores desafios das novas modalidades de Assistência Técnica.

O acesso a novos conhecimentos técnicos pelas mulheres seja pela participação em cursos e treinamentos no Centro Tipiti, seja pelo acesso a assistência técnica, é bastante limitado. Apenas 17% das mulheres entrevistadas participaram de cursos técnicos em agropecuária (voltados para produção de hortaliças). Não integradas ao processo de construção de novos conhecimentos técnicos, as mulheres deixam de ser reconhecidas como sujeitos importantes na reconstrução de agroecossistemas sustentáveis.

O Centro Tipiti, nas suas ações de capacitação e experimentação, tem contribuído para a aplicação dos princípios agroecológicos, contudo, tem alcançado diretamente, um número reduzido de mulheres. Estas representaram apenas 20% do público envolvido nestes processos. O processo de replicabilidade das práticas desenvolvidas nos módulos em outras

áreas de trabalho tem avançado, ainda que com algumas limitações, uma vez que nem todos os agricultores ampliaram suas áreas experimentais. Por outro lado, as ações do Centro têm contribuído para instrumentalizar aqueles agricultores que pensavam em promover mudanças em seus sistemas de produção e não tinham o conhecimento de novas técnicas.

#### *7.4 A divisão do trabalho familiar.*

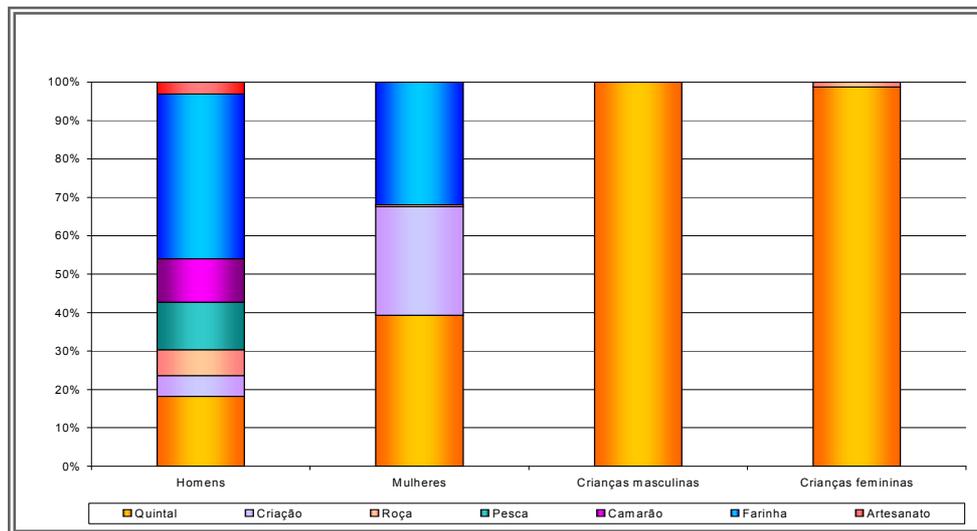
Resultantes dos saberes acumulados, os processos de trabalho agrícola, estabelecidos e reproduzidos pela família, também possuem uma dimensão simbólica. Assim, não apenas delimitam espaços agrícolas, mas também definem espaços sociais e de gênero (WOORTMAN E WOORTMAN, 1997). Esse caráter simbólico determina uma hierarquia familiar, que se expressa na delimitação dos espaços, nas atividades desenvolvidas, nas responsabilidades assumidas e no acesso aos meios de produção e consumo. Assim, considera-se que o homem é o controlador e responsável pelos espaços produtivos externos a casa, enquanto às mulheres cabem os espaços da casa e do quintal, e a responsabilidade pelas atividades reprodutivas da família, conforme afirma Nobre:

A divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (e tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (trabalho doméstico ligados à reprodução da família) e comunitário (NOBRE *et al.*, 1998).

Contudo, o trabalho feminino não se dá somente no âmbito do espaço doméstico e quintal. Estudos sobre o papel das mulheres na agricultura familiar na Amazônia têm demonstrado sua participação nas atividades produtivas em espaços ditos masculinos. Simonian (2001) destaca a participação das mulheres na proteção dos criatórios de peixes; na plantação de açaí; na coleta e beneficiamento de castanha-da-pará e coco de babaçu, entre outras. Pesquisa realizada por Mourão (2001) em Abaetetuba – Pará, também demonstra a

participação das mulheres e crianças em diversas atividades agrícolas, extrativistas e de beneficiamento (gráficos 2).

**Gráfico 2** Distribuição do trabalho de uma família de terra firme em Abaetetuba



Fonte: MOURÃO, 2001.

Entre as 12 famílias entrevistadas foram listadas 35 atividades realizadas durante o ano (anexo 1). Destas, as mulheres realizam 84%, os homens 62%, as meninas 49% e os meninos 38% (tabela 13). Os espaços que concentram a maior parte das atividades são a roça e a casa. Nesses espaços, as mulheres realizam 92% e 100% das atividades, enquanto os homens 58% e 11%, respectivamente. A pesquisa das mulheres da floresta apresenta resultados semelhantes, apontando que as mulheres dedicam 50% do seu tempo às atividades da roça e 40% às atividades da casa. Nas áreas dos consórcios, SAFs e projetos do FNO, onde são cultivados os plantios permanentes, as mulheres participam de menos atividades que os homens. Também nessas áreas, a participação das meninas e dos meninos é ainda mais reduzida.

**Tabela 13** Participação de mulheres e homens, adultos e menores de 15 anos, nas atividades desenvolvidas nos espaços agrícolas e domésticos (%).

	MULHERES	HOMENS	MENINAS	MENINOS	TOTAL DE ATIVIDADES
Monoculturas	67	100	33	67	7
Casa	100	11	100	22	20
Casa de Farinha	80	40	60	60	11
Consórcios/Saf	60	100	0	0	11
Projeto FNO	67	100	17	33	13
Quintal	100	80	80	80	11
Roça	92	58	33	33	27
Total	84	62	49	38	100

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003)

Participando de atividades agrícolas e extrativas, as mulheres acabam desenvolvendo uma dupla jornada de trabalho. Em geral, um dia de trabalho das mulheres ultrapassa 13 horas diárias. Mesmo assim, de maneira geral, impera a invisibilidade e a não valorização do trabalho realizado que, para os homens, é considerado apenas como ajuda<sup>20</sup>. A desvalorização do trabalho feminino e das crianças é evidenciada por Silva (1997) em seu estudo sobre as mulheres bóia-fria na região dos cafezais de São Paulo:

As mulheres e os jovens de 12 a 16 anos eram considerados meia enxada, como se produzissem a metade do que era capaz de produzir um homem adulto, embora, em muitos casos, pudesse chegar a produzir tanto quanto os homens. Enxada era o trabalhador adulto do sexo masculino, acima dos 17 anos de idade com plena capacidade física, e dedicado integralmente ao trabalho no cafezal e na roça (SILVA, 1997, p.557).

As próprias categorias de análise censitárias que situam as mulheres e crianças como “membro não remunerado da família” (PACHECO, 2002a) ou consideram o trabalho feminino como “trabalho doméstico” expressam a não visibilidade do trabalho feminino e mascaram o significado da inserção produtiva das mulheres. Nesse sentido, Wolff descreve:

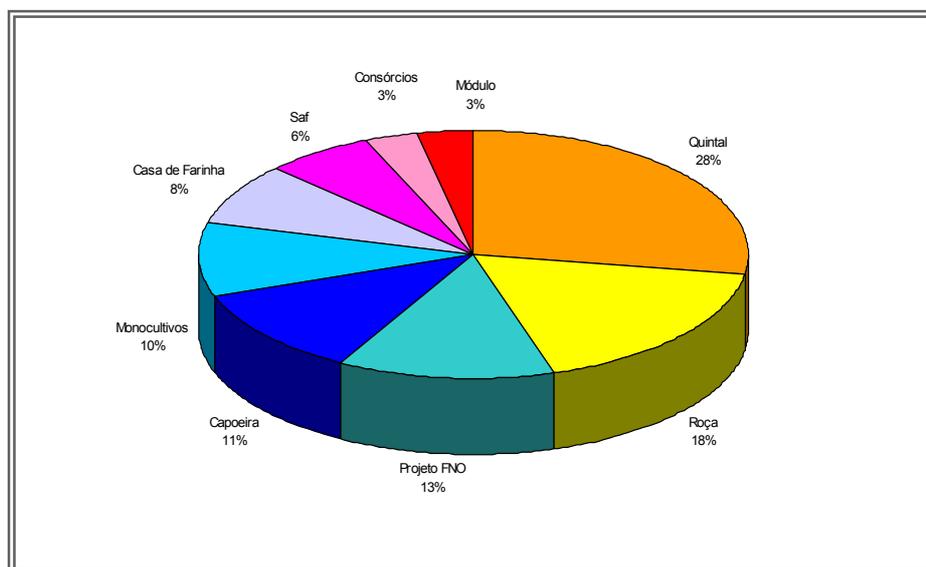
A categoria de “trabalho doméstico” tem escondido, ao longo da história, muitas formas diferentes de trabalho. Basicamente designa um tipo de atividade necessária para a vida, para reprodução humana em seu sentido amplo; atividade que não é voltada para o mercado (WOLFF, 1999, p. 79).

<sup>20</sup> Note que o termo é empregado também pelas mulheres. Ver p. 131, neste mesmo trabalho.

### 7.5 Consumo e comercialização de produtos.

A agricultura familiar, como já foi visto, caracteriza-se por ser uma unidade de produção e consumo. Entre as famílias entrevistadas foram levantados 62 tipos de produtos, (frutas, raízes e sementes) utilizados no consumo familiar (anexo 2), retirados dos diferentes subsistemas. A maior parte dessa produção vem do quintal e da roça, como demonstra o gráfico 3. Nas áreas dos consórcios e SAFs, apesar da diversidade dos plantios, a produção ainda é pequena. Aqui, deve-se levar em conta que a maior parte das plantas ainda não estão produzindo ou estão em fase inicial de produção. No caso dos SAFs há de se considerar que parte das plantios é constituído de espécies florestais, cuja perspectiva de produção é mais a longo prazo.

**Gráfico 3** Participação dos sub-sistemas no fornecimento de produtos agroflorestais.



Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Apesar da produção das áreas de consórcios e SAFs ainda não ser significativa, há uma expectativa por parte dos homens e mulheres, que estas venham melhorar a renda familiar no futuro:

Eu estou esperando para ver o resultado. Eu acho que vai funcionar porque o abacaxi a gente já colheu, a pupunha já vai dar, o coco também. Eu acho que tem futuro. (Dona Maria, Comunidade de Cataiandeuá).

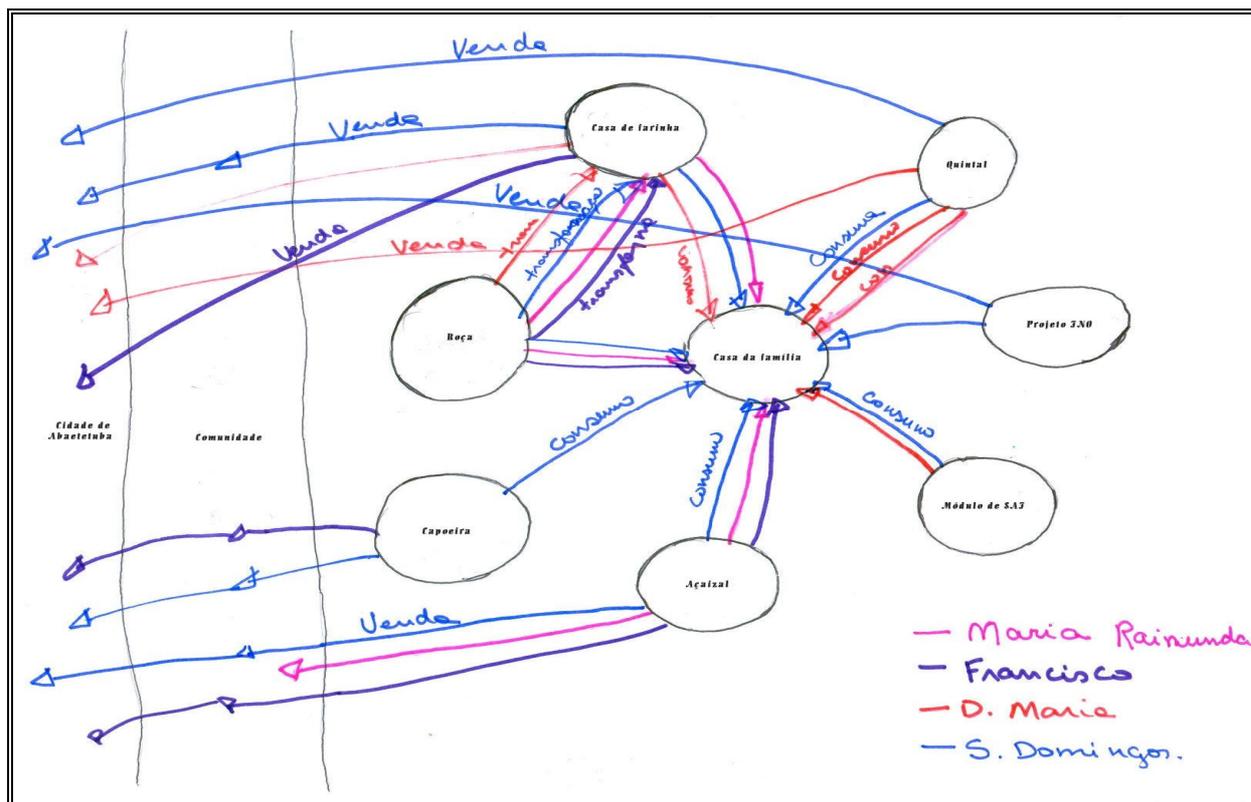
No meu caso eu ainda não tirei o que desse para cobrir a minha despesa. Até porque a maioria do abacaxi foi para o consumo. Eu acredito que no futuro eu possa ter uma renda melhor. (Seu Marcos, Comunidade de Cataiandeuá)

Na figura 12 pode-se observar os fluxos de saída dos produtos para consumo e comercialização de uma das famílias entrevistadas. A análise de gênero sobre a utilização dos produtos pelos membros das famílias nos diferentes subsistemas, demonstra que nas áreas da roça, quintal e capoeira as mulheres retiram mais produtos para o consumo do que os homens (tabela 14). Isto pode estar ligado ao sistema simbólico da manutenção/produção da alimentação, destinado à mulher. O fato de ser ela quem colhe não significa necessariamente que seja ela a única a tirar proveito, pois que às crianças e mesmo ao marido, deverá ela distribuir os produtos. Das áreas dos projetos do FNO e das casas de farinha são os homens que retiram mais produtos. Estas são culturas voltadas ao mercado, de domínio masculino, portanto. Os meninos e meninas, em geral, retiram menos produtos que os adultos.

**Tabela 14** Produtos utilizados por homens e mulheres para o consumo alimentar, por sub-sistema (%).

	HOMENS	MULHERES	MENINOS	MENINAS
Áreas de culturas permanentes solteiras	67	67	33	33
Capoeira	43	86	43	29
Casa de Farinha	100	80	20	20
Consórcios	50	50	50	50
Projeto FNO	100	88	75	88
Quintal	76	82	41	35
Roça	64	82	55	55
SAFs	100	100	0	0

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).



**Figura 12** Fluxo dos produtos agroextrativistas consumidos e comercializados por homens e mulheres, adultos e menores de 15 anos, em uma das famílias entrevistadas.

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Além de garantir o consumo familiar, uma parte da produção é destinada a comercialização. As mulheres são responsáveis pela comercialização de 27% dos produtos retirados da roça (mandioca, macaxeira, feijão, maxixe (*Cucumis anguria* L.), milho, gergelim (*Sesamum indicum* L.), melancia (*Citrullus lanatus* L.), quiabo (*Hibiscus esculentus* L.) e cariru (*Talinum triangulare* (Jacq.) Wildd) enquanto os homens apenas 9%. Nas áreas de monocultivos, capoeira, projeto do FNO, consórcios, SAFs e casa de farinha são os homens que retiram mais produtos para comercializar. Os produtos do quintal são comercializados por homens e mulheres na mesma proporção. Contudo, em geral, as aves são comercializadas apenas pelas mulheres.

Eu tinha muita galinha, mas eu já vendi um bocado porque eu precisei fazer uma viagem para Belém e na hora eu não consegui arranjar o dinheiro, eu vendi a galinha para eu poder pagar a minha passagem. Agora esses tempos

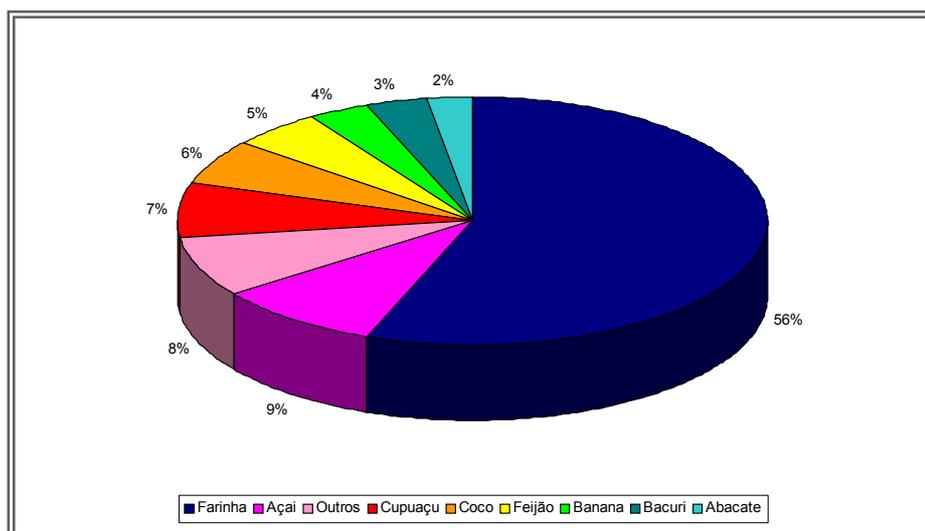
eu vendi oito bichos de criação, sete galinhas e um galo, vendi tudo para poder ir. (Dona Altamira, Comunidade do Murutinga).

**Tabela 15** Produtos utilizados por homens e mulheres para a comercialização, por sub-sistema (%).

	HOMENS	Mulheres	MENINOS	MENINAS
Áreas de culturas permanentes solteiras	50	17	33	17
Capoeira	14	0	14	0
Casa de Farinha	80	20	0	20
Consórcios	50	0	0	0
Projeto FNO	50	38	0	0
Quintal	59	59	35	18
Roça	9	27	0	0
Saf	75	0	0	0

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A renda média anual das famílias entrevistadas é de cerca de R\$ 1.500,00 menor que a renda média do município. A comercialização de farinha representa mais de 50% da renda, seguida pelo açaí, cupuaçu e coco (gráfico 4). A renda média por pessoa é de R\$ 300,00 considerando a média de cinco pessoas por família.



**Gráfico 4** Participação dos produtos na formação da renda agrícola das famílias.

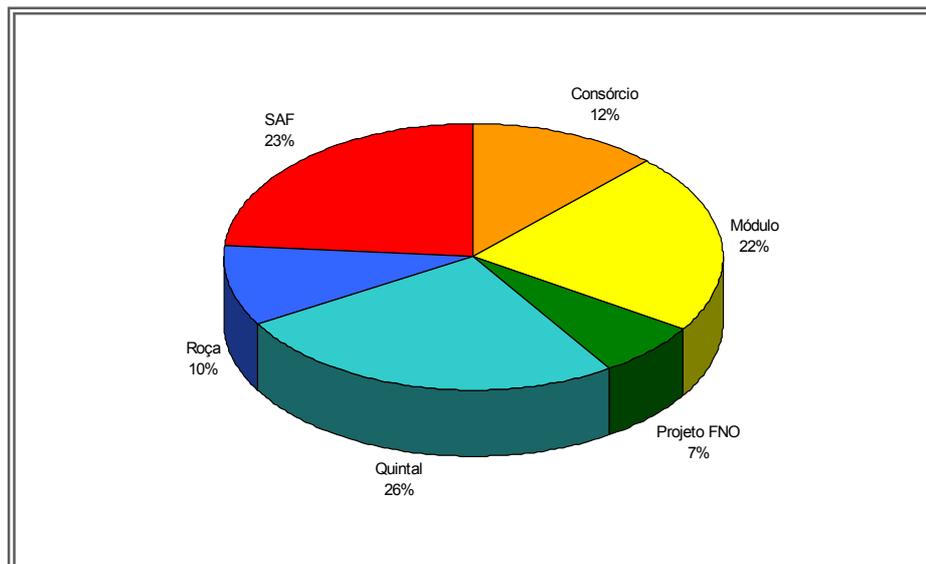
Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003)

## Capítulo 6 Reconstruindo a agricultura em Abaetetuba

A agricultura familiar em Abaetetuba, como já foi visto, mantém muitas características da agricultura tradicional, preservando práticas de manejo e uso dos recursos naturais. Mas, também tem sido influenciada, pelas demandas do mercado e pelo serviço de assistência técnica local, a adotar as práticas modernas da Revolução Verde, o que vem contribuindo para a redução das características ecológicas dos sistemas. Contudo, a participação nos cursos promovidos pelo Centro Tipiti e a introdução dos módulos experimentais vêm contribuindo para recuperar algumas dessas características, que são descritas a seguir.

### *9.1 A manutenção da biodiversidade vegetal.*

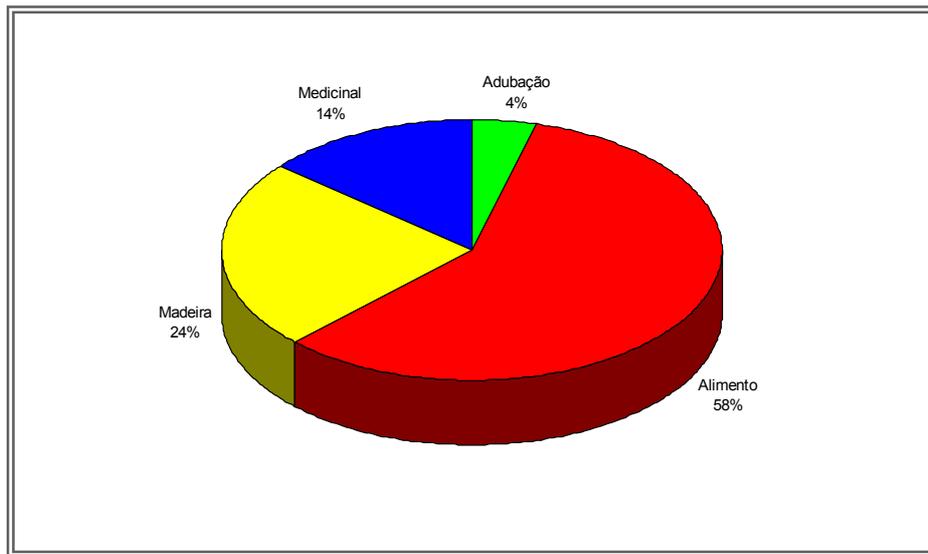
A agricultura familiar cultiva uma ampla diversidade de plantas. Verificou-se que, entre as 12 famílias entrevistadas, são cultivadas 72 espécies vegetais diferentes e de múltiplas funções, considerando os espaços da roça, quintal, SAFs, consórcios e módulos (Anexo 3). No gráfico 5, pode-se observar que a maior diversidade está na área dos quintais, onde 26% de espécies são cultivadas, seguida das áreas dos SAFs, com 23% e dos módulos, com 22%. As áreas com menor diversidade são as dos projetos, com 7% das espécies cultivadas e a roça, com 10%.



**Gráfico 5** Proporção das espécies vegetais cultivadas por sub-sistemas.  
 Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A diversidade também está na função das espécies cultivadas. No gráfico 6, pode-se verificar que 58% das espécies são de produção de alimentos (grãos, raízes e frutas), destinados ao consumo alimentar das famílias e, também, como fonte de renda; 24% são produtoras de madeira, vistas pelos agricultores como uma poupança verde, que vai garantir renda para as gerações futuras da família (filhos e netos). Estas são cultivadas visando à comercialização e o suprimento de madeira para as construções (casas, cercas, pontes etc.); 14% são de plantas utilizadas na produção de remédios caseiros (chás, xaropes, infusões etc). As plantas medicinais são cultivadas principalmente pelas mulheres (figura 13). Os remédios produzidos são apenas para a utilização das famílias; e 4% são de espécies adubadoras, ou seja, espécies produtoras de biomassa, que é convertida em adubo orgânico nos sistemas onde estão plantadas.

**Gráfico 6** Classificação das espécies vegetais cultivadas de acordo com sua função.



Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).



**Figura 13** Agricultora no quintal com as mudas de plantas medicinais.  
Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

### *9.2 Preparo de área sem uso do fogo.*

O uso do fogo no preparo da área é uma prática tradicional, amplamente utilizada na agricultura familiar da região, o que vem provocando problemas como redução da fertilidade e da fauna microbiológica do solo. Algumas práticas alternativas ao uso do fogo vêm sendo

desenvolvidas na região amazônica. Como exemplo pode-se citar a experiência do Projeto Tipitamba da EMBRAPA, que desenvolveu uma máquina para triturar a vegetação secundária, deixando a área pronta para plantio em pouco tempo. O Centro Tipiti também vem trabalhando com a trituração da vegetação, contudo, neste caso, o corte da vegetação é feito de forma manual. Esta é repicada em pequenos pedaços, mais ou menos uniformes, e espalhada na área como uma espécie de cobertura. O plantio é feito em seguida sobre essa cobertura, com abertura de covas para plantios de mudas ou pequenos espaços para as sementes.

O preparo da área sem uso do fogo é uma inovação que vem sendo implementada pelas famílias, ainda que no início, com uma certa resistência das mulheres como se pode verificar nas citações abaixo:

Logo no começo eu dizia que não ia dar certo porque ele não queimou e o nosso costume aqui é de queimar a terra. Ele disse que ia fazer um plantio sem queimar, eu perguntei como é que ia dar certo. Ele trouxe as mudas de lá do Tipiti e a gente começou a mexer na terra. Ele ia de tarde fazer o plantio e sempre eu ficava só espiando para ver no que ia dar. Ai, depois que ele foi plantando, eu já ia ajudando. Ele furava a terra e eu ia colocando as plantas. Depois eu vi que dava certo. (Dona Maria, Localidade de Cataiandeuá).

O processo de experimentação envolve tanto o homem quanto a mulher com toda a dramaticidade que a prática mobiliza. A narrativa é um belo exemplo da relação de gênero, em que a dúvida de um é estímulo para o outro, uma vez que acaba sendo vivida de forma compartilhada.

Ele que começou a falar para mim quando começou a fazer o treinamento. Sempre eu achava difícil, mas eu já acreditei porque lá nessa área que ele fez, eu fui ver. Foi plantada a primeira vez queimando, ai plantou uma segunda e uma terceira vez sem queimar. Em compensação tem que dar tratamento: tirando o mato, deixando na terra, vai adubando a terra, no final das contas nós tiramos de lá só macaxeira grandona. Então deu para ver que a terra tem que ser sem queimar, porque aquele mato que a gente vai queimar já serve como adubo, já serve para o crescimento das plantas. (Dona Joana, Localidade do Bacuri).

Pode-se observar que a falta de informação é um elemento chave para essa resistência inicial das mulheres, uma vez que são os homens que participam dos treinamentos realizados pelo Centro Tipiti. No entanto, essa resistência vai se desfazendo à medida que as mulheres vão acompanhando o desenvolvimento dos plantios, se apropriando do conhecimento necessário para o manejo e verificando os resultados da produção, no ato da colheita. Na prática, ambos se apropriam do conhecimento produzido pela experimentação, mantidas as diferenças comuns ao campo da lavoura.

### *9.3 Plantio de culturas permanentes em consórcios e sistemas agroflorestais (SAFs).*

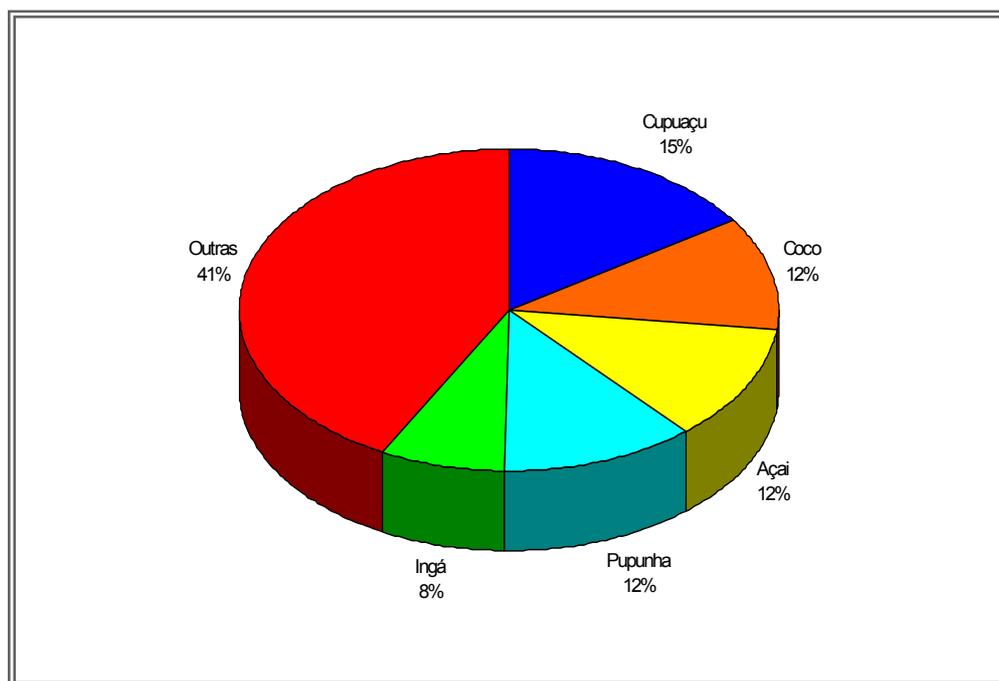
O plantio de culturas permanentes em forma de consórcios foi uma das primeiras práticas propagadas pelo Centro Tipiti, sendo incentivada de forma mais ampla na segunda metade da década de 90, como resposta aos problemas identificados nos projetos do FNO. Os consórcios estabelecidos pelas famílias constituem-se de plantios de espécies vegetais, com predominância das frutíferas, numa mesma área. Podem ser iniciados a partir da roça ou em áreas já plantadas com culturas permanentes, financiadas ou não. A composição varia entre as famílias, mas, em geral, leva em conta a proposta do Centro Tipiti, que incentiva a utilização de espécies locais e o resgate de espécies nativas em processo de extinção e a disponibilidade de mudas e sementes. 25% das famílias entrevistadas tinham áreas com plantios consorciados em seus sistemas.

No gráfico 7 pode-se verificar que as culturas plantadas com mais frequência nas áreas de consórcios são o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* Wildex. Spreng), seguido do coco (*Cocus nucifera* L.), açaí, pupunha (*Bactris gasipaes* H. B. K.) e ingá (*Ingá edulis* Mart.) com 8%. Entre as culturas plantadas com menor frequência estão a mandioca, banana, abacaxi (*Ananas sativum* L.), laranja (*Citrus aurantium* L.), manga (*Mangifera indica* L.), milho, pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), graviola (*Annona muricata* L.), urucum (*Bixa*

*orellana L.*), babaçu (*Orbignya phalerata Mart.*) e repolho (*Brassica oleracea L. var capitata L.*).

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) desenvolvidos pelo Centro Tipiti estão baseados no princípio da regeneração natural das espécies desenvolvidas pelo agricultor/pesquisador Ernest Göest, que por duas vezes realizou treinamentos com os agricultores no Centro. Assim como os consórcios, os SAFs podem ser iniciados a partir da roça, de áreas já plantadas ou em áreas de capoeira. Neste último caso, o preparo de área é feito com a trituração manual da vegetação. Entre as famílias entrevistadas, 58% tinham SAFs implantados em seus sistemas.

**Gráfico 7** Culturas plantadas com mais frequência nas áreas de consórcios.



Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

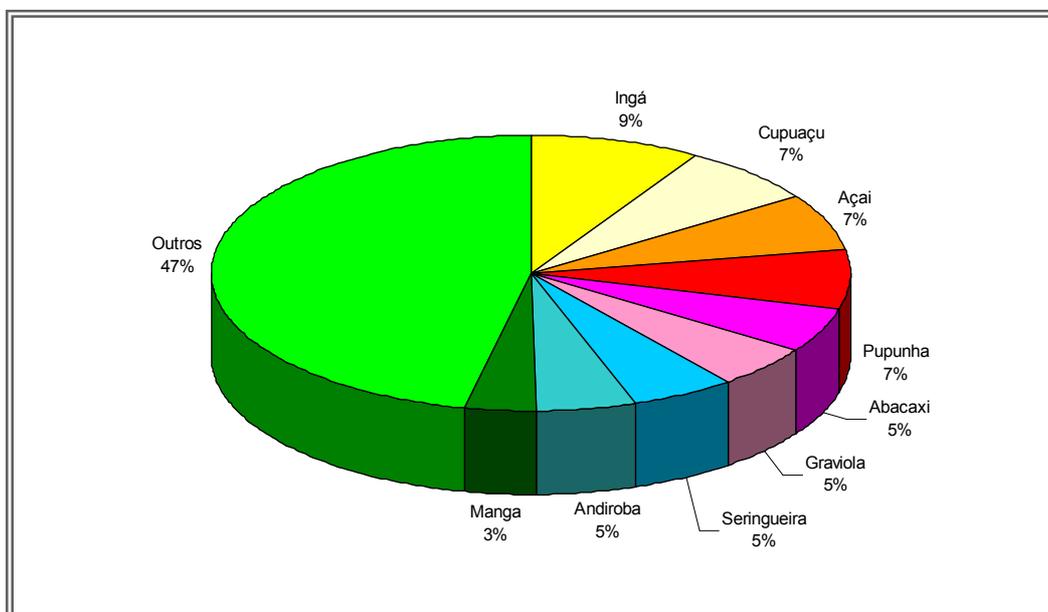
A composição dos SAFs também é variada, mas se mantém o princípio do uso de espécies locais e o resgate de espécies em extinção. As culturas plantadas com mais frequência nestas áreas, como demonstra o gráfico 8, são a ingá, cupuaçu, açaí, pupunha, abacaxi, graviola, seringueira (*Hevea brasiliensis Muell Arg.*), andiroba, manga, cedro

(*Cedrela fissilis Vell*), pimenta-do-reino, acácia (*Acacia farnesiana (L.) Willd.*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa Humb. & Bonpl.*) e pau d'arco (*Tabebuia impertiginosa H. & B.*).

A presença das espécies madeireiras nos SAFs é um fator que marca a percepção de mulheres e homens, que passam a ver nessas áreas a possibilidade de recompor a vegetação natural local e a constituição de uma reserva florestal no sistema de produção. O sentimento de preservação dessas áreas é comum entre as mulheres e homens, conforme se pode observar nas citações abaixo, onde se pode perceber um conceito novo em que a vegetação secundária, considerada invasora, é tratada com carinho.

É muito bonito. Ajuda a crescer a capoeira. Porque hoje em dia a gente já nem encontra mata, só capoeirinha baixa. (Dona Raimunda, Comunidade de Cataiandeuá).

Depois que essas plantas (ingá, paricá, acácia, andiroba) se tornam agressivas, a gente não quer se tornar um criminoso para destruí-las. No caso dessa área que a gente andou (SAFs), a floresta dominou, passou por cima do açaí. Eu meter o terçado, a moto-serra, já me torna um pouco agressivo com a floresta e aí já fica um pouco complicado. (Seu Pastana, Comunidade do Bacuri).



**Gráfico 8** Culturas plantadas com mais frequência nas áreas de SAFs.

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Nesta perspectiva, as formas de manejo dessas áreas se colocam com objetivos diferentes: o manejo para produção de alimentos e o manejo para recuperação e manutenção da reserva florestal. O manejo para produção de alimentos requer a realização de podas periódicas nas espécies de maior porte, controlando a competição das plantas por luz e a cobertura do solo com a vegetação cortada, incrementando o nível de matéria orgânica do solo. Para a recuperação da reserva florestal as podas são realizadas apenas nos anos iniciais, até que as plantas se estabeleçam. A manutenção dessas áreas é feita com uma capina seletiva, que implica no manejo das espécies que regeneram naturalmente, eliminando aquelas de baixo valor ou que não desempenham alguma função dentro do sistema (adubação ou sombreamento).

O conhecimento técnico para o manejo dessas áreas é de domínio prioritário e formal dos homens. Ao participarem dos processos de treinamento, estes adquirem a capacidade técnica para recompor áreas em processo de degradação em áreas reflorestadas, conforme seus interesses:

Nós temos que adotar esse processo de trabalho porque nós queremos contribuir com aquilo que já foi perdido. Por exemplo, na situação em que nós nos encontramos hoje que para a gente ver uma vegetação, é só essa área aí (pequena área de capoeira), que os primeiros deixaram. E hoje, por exemplo, no período de três anos eu já tenho competência de moldar aquela área de reflorestamento. (Seu Pastana, Comunidade do Bacuri).

Nenhuma das mulheres entrevistadas participou de treinamentos sobre implantação e manejo de SAFs. Não sensibilizadas para a possibilidade de consorciar plantas produtoras de alimento com produtoras de madeira, elas permanecem com a visão de que esses plantios, para ter bons resultados no desenvolvimento e produção, devem estar em áreas separadas:

Eu acho assim: que as árvores de madeira deveriam ter um plantio separado do açaí, do cupuaçu, para essas árvores (açaí e cupuaçu) desenvolver mais. Porque essas outras árvores do mato, elas se adiantam muito e aí as outras planta ficam baixas. (Dona Joana, Comunidade do Bacuri).

O manejo é um fator importante para o desenvolvimento dos SAFs e de suas funções. Uma das funções que se espera desses sistemas é a eliminação das plantas invasoras (mato) através da cobertura do solo pelo acúmulo de material vegetal (biomassa formada por galhos, folhas, gravetos) resultantes da queda natural ou da poda das árvores. Contudo, nem sempre o manejo é realizado de forma adequada ou com a frequência necessária, seja pelo não domínio da técnica, seja pela falta de tempo.

Estas experiências apontam que a implantação dos consórcios e SAFs, na maioria dos casos, não é feita de forma dialogada com a família. A definição do local e das espécies a serem plantadas é feita pelos agricultores e os técnicos do Centro Tipiti, que os treinaram e assessoram na implantação dos módulos. Dessa forma, as áreas de consórcios e SAFs podem ser definidas como espaços onde a decisão e o controle são predominantemente masculinos, contrapondo-se as áreas da roça, onde as mulheres e os homens compartilham as decisões e o controle sobre a produção, como se observa na citação abaixo:

Eu não disse nada porque quando ele foi plantar lá ele não me disse nada. Ele (plantio) já estava até grande quando eu vi lá. Na roça eu sempre me meto. Quando ele queima, eu sempre meto as minhas plantinhas lá. E no plantio não tem jeito. Na roça goste ou não goste, eu vou lá. No plantio eu nunca trabalhei. (Dona Ângela, Comunidade de Maúba Centro).

Os consórcios e os SAFs são práticas, que, de certa forma, se contrapõem a prática tradicional de cultivo da terra – a roça. O cultivo das culturas temporárias (arroz, milho, feijão e mandioca) é à base da agricultura nessa região, especialmente o cultivo da mandioca (figura 14), para produção de farinha (figura 15). Contudo, é de consciência das famílias, especialmente dos mais jovens, que, investir o trabalho apenas na roça não é economicamente viável como afirma um agricultor:

A gente está vendo que a roça não dá nada, só é trabalho. Mas a gente não pode ficar sem esse trabalho, porque é pior ficar sem essa mandioca madura, e ter que comprar a farinha. Você tem que fazer com a sua força, não dá para pagar um trabalhador para fazer isso. As frutas não. A fruta você está apanhando um dinheiro, o açaí, a banana. (Seu Francisco, Comunidade de Cataiandeuá).



**Figura 14** Agricultor arrancando mandioca em área de roça tradicional.  
Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).



**Figura 15** Família na produção de farinha de mandioca.  
Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Por outro lado, há o componente cultural que faz com que as famílias continuem investindo seu trabalho na roça, perpetuando, de geração em geração essa atividade. Por este

aspecto, deve-se enfatizar a função social dessa atividade que assegura uma fonte de alimentação e de renda, garantindo a reprodução familiar. Isso pode ser observado na afirmação abaixo:

O Roberto (seu filho) fala que nós ficamos só empregados na roça, que a roça dá trabalho. Só que nós fomos criados nesse trabalho, nós criamos todos vocês (os filhos/as) nesse trabalho. Então temos que ficar até o fim. (Dona Altamira, Comunidade de Cataiandeuá).

O plantio de fruteiras, em consórcios ou SAFs, torna-se uma alternativa para agricultores e agricultoras, que vêm nessas práticas a possibilidade de aproveitar melhor o trabalho investido no preparo dessas áreas, ampliando seu tempo de produção. Em uma das famílias entrevistadas, a implantação do consórcio próximo da casa, proporcionou uma maior participação das mulheres no seu acompanhamento:

Eu acho que é muito proveitoso, porque a gente fazia a roça. Não se aproveitava nada, era só a mandioca, o milho e o arroz, quando terminava se largava a capoeira. Ai ele começou a praticar e nós vimos que foi bom esse negócio de consórcio, está dando certo. (Dona Heloína, Comunidade de Itacupé).

Da mesma forma, os consórcios e SAFs vão de encontro às práticas de monocultivos de plantios permanentes, incentivados pelas políticas de agrícola na década de 80. Apesar de poucos agricultores investirem nas culturas permanentes, quando faziam era dessa forma:

Era uma área só de açaí, não deixava nenhuma outra árvore crescer dentro do açaí. Se fosse pupunha, era só pupunha. Já hoje, a gente já vê diferente. Até porque a gente necessita de várias espécies de árvores, como no caso que a gente aposta no açaí, na pupunha e também deve apostar em outras como a jaca, a manga, o cupuaçu e outros. (Seu Pastana, Comunidade do Bacuri).

A aposta em diferentes culturas, como se refere o agricultor acima, é uma forma de minimizar os riscos do investimento do trabalho da família na terra, pela não dependência de uma única cultura. As figuras 16 e 17 apresentam exemplos das experiências de agricultores com plantios em monocultivos e diversificados. A primeira mostra uma área plantada com coco, financiada pelo FNO, onde se pode observar a pouca diversidade de espécies e a forte incidência de gramíneas favorecidas pelo amplo espaçamento do coco.



**Figura 16** Plantio de coco em área financiada pelo FNO.

Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A segunda representa um consórcio de pimenta-do-reino, cupuaçu e abacaxi, iniciado a partir do módulo experimental numa área financiada pelo FNO. Observa-se que a presença das gramíneas é controlada por uma cobertura do solo, proporcionada pelo acúmulo da vegetação cortada durante as capinas. Essa forma de manejo contribui para a redução do trabalho familiar, por diminuir o número de capinas e, contribui para a manutenção da matéria orgânica no solo e a umidade.



**Figura 17** Área de pimenta-do-reino consorciada com cupuaçu e abacaxi. Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

A diversificação da produção de frutas para as mulheres representa uma forma de ampliar o suprimento de alimentos, de forma a garantir as necessidades alimentares da família, uma possibilidade de beneficiar os amigos e de ter um rendimento em diferentes períodos do ano:

Eu acho que essa técnica nova rende mais. Com isso já está sobrando alguma coisa. Muitas vezes não tinha nada para dar para um amigo. Agora já tem algo para dar, já come com mais fartura, já tem como comprar algo para a gente. Agora já temos como sobreviver tem o coco, o açaí e a pupunha. De safra em safra a gente vai mudando. Cada safra é uma coisa. Eu acho que com essa técnica nova se o agricultor quiser crescer, ele cresce. (Dona Heloína, Comunidade de Itacupé).

Ainda que as mulheres não dominem o conhecimento técnico necessário para o manejo adequado dos sistemas agroflorestais e consórcios, elas reconhecem a importância dessas práticas pelos resultados obtidos nos experimentos que acompanharam.

#### *9.4 Recuperação da fertilidade do solo com plantio de leguminosas (adubação verde).*

O uso de leguminosas para produzir biomassa e aumentar a quantidade de matéria orgânica no solo, foi uma prática bastante incentivada pelo Centro Tipiti, especialmente nas áreas com processo acelerado de degradação do solo. Foram plantadas leguminosas arbóreas como ingá e arbustivas como, feijão-guandu (*Cajanus cajan (L.) Millsp.*), crotalária (*Crotalaria brasiliensis Windler & Skinner*) e feijão de porco (*Canavalia brasiliensis Benth.*) em áreas de culturas permanentes já instaladas.

Três famílias implantaram módulos de adubação verde. Nenhuma deu andamento aos experimentos, duas deixaram de plantar por falta de sementes e uma porque plantou na área do projeto e o técnico mandou tirar. A imposição da assistência técnica e do agente financiador tem sido fator limitante para o aumento da diversidade vegetal em áreas de projetos financiados, assim como, para a introdução de práticas de manejo orgânico, como afirma um dos agricultores entrevistados:

Não tem mais plantio porque os técnicos não queriam que a gente plantasse mais nada lá, além da banana, do coco e do cupuaçu. As leguminosas a gente usou mais pelo incentivo do Centro Tipiti. A gente plantou várias vezes, eu já plantei o feijão de porco, depois eu plantei ingá. O pessoal do Banco veio aqui, olhou e disse que era para derrubar tudo. Outras plantas eu ainda não plantei, porque eles dizem que não é para plantar. (Seu Enéas, Comunidade do Maúba Centro).

Cabe aqui fazer uma diferenciação dos serviços de assistência técnica. A assistência técnica proveniente do órgão oficial local (EMATER –Abaetetuba), que no período da pesquisa dispunha de um técnico (engenheiro agrônomo), concentrava suas ações nas áreas financiadas pelo FNO. E, a assistência provida pelo Centro Tipiti, que no período de vigência do projeto PDA (1997 a 2002), dispunha de um técnico agrícola e, através da cooperação técnica com a FASE e o DED, também contava com a assessoria de dois engenheiros agrônomos. Estes acompanhavam a implantação e o desenvolvimento dos módulos experimentais. Também nesse período, um técnico da EMATER na região, mais sensibilizado com a proposta do Centro, contribuía na assessoria.

Alguns agricultores que fizeram treinamento para uso de leguminosas, passaram a utilizar essa prática nos módulos de SAFs, consórcios e em áreas de plantio de pimenta-do-reino financiadas pelo FNO, como pode ser observado na figura 18. Nessas áreas, a adubação verde passou a substituir a adubação química, como afirmou um agricultor:

Eu aprendi que naquele processo antigo que nós trabalhávamos, nós estávamos trazendo um grande desastre para nós mesmos (produtores rurais) degradando o solo. Nesse processo não. A gente está ajudando e contribuindo com o solo. Hoje por exemplo, que acabou o recurso (do projeto), que não vem mais adubo químico, nós já temos maneiras de adubar, mas só com a matéria orgânica. Então nós acreditamos que nesse processo, nós teremos uma área de pimenta-do-reino para 20 ou 30 anos de idade, entendeu? No processo antigo nosso, nós não teríamos um pimental para dez anos. Hoje por exemplo, eu já viço a qualidade e não a quantidade. Em vez de eu ter um pimental para durar só 5 anos ou 10 anos, eu quero ter um pimental que dure 20 ou 30 anos. (Seu Pastana, Comunidade do Bacuri).



**Figura 18** Plantio de pimenta-do-reino consorciado com abacaxi e feijão de porco.  
Fonte: Pesquisa realizada com famílias nas comunidades de terra firme em Abaetetuba (2003).

Nessa afirmação também é possível observar que o uso das leguminosas, não representa apenas a substituição da adubação química pela orgânica. Passa por uma reflexão dos aspectos negativos de uma prática que vem causando a degradação do solo e a redução da produção e, por uma visão de futuro, onde está em jogo não apenas o aumento da produtividade, mas, a garantia da durabilidade dos plantios.

---

**Até que as sementes dêem frutos e as relações entre mulheres e homens se transformem**

---

O reconhecimento dos resultados negativos da agricultura de corte e queima e da modernização da agricultura vem gerando uma série de discussões por diferentes setores sociais, em fóruns nacionais e internacionais. Os estudos acadêmicos e de denúncia evoluíram para o desenvolvimento de experimentos locais, com base nos princípios agroecológicos. No entanto, muitos destes estudos não demonstravam que homens e mulheres eram afetados de forma diferenciada e, conseqüentemente, os experimentos agroecológicos não reconheciam estas diferenças. O movimento feminista, ao dar visibilidade aos papéis e posições diferenciados de mulheres e homens e demonstrar as desigualdades de gênero, contribuiu para a reflexão da necessidade de incorporar a dimensão de gênero às estratégias do desenvolvimento da agricultura sustentável.

A família enquanto produtora e reprodutora de saberes e de processos de trabalho, que dinamizam e orientam o funcionamento dos agroecossistemas, é parte fundamental para a transformação dos padrões tecnológicos. Sendo o espaço onde são realizadas as práticas agroecológicas e vivenciadas as relações sociais de gênero, é necessário compreender os papéis e funções específicas de mulheres e homens. Nesse sentido, a agroecologia ao permitir visualizar de forma integrada os componentes humanos, a fauna, a flora e os componentes abióticos (CHAMOCHUMBI, 2002), reconhece o agricultor e a agricultora, inseridos no espaço familiar, como elementos fundamentais do desenvolvimento.

Na Amazônia, muitas das formas de uso e manejo dos recursos naturais desenvolvidas por diferentes categorias sociais (agricultores familiares, extrativistas, indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco) foram reconhecidas como práticas agroecológicas sustentáveis. Estas passaram a ser utilizadas nas ações que visavam a recuperação da qualidade dos solos, o aumento da biodiversidade, a conservação do patrimônio genético, a preservação dos recursos hídricos, potencializando assim, os conhecimentos tradicionais e os recursos naturais locais. Em Abaetetuba, agricultores e agricultoras familiares da região de terra firme, foram

capacitados pelo Centro Tipiti, para introduzir estas práticas em seus agroecossistemas, desgastados pelas práticas tradicionais de corte e queima e pelos efeitos negativos da introdução de práticas modernas.

Algumas lições podem ser apreendidas nesse estudo. Pode-se verificar que, ampliação dos sistemas agroflorestais, das formas de preparo de área sem uso do fogo e o uso de leguminosas como adubação verde, tem sido limitada pela não concretização dos resultados econômicos. Contudo, há uma tendência destas saírem do caráter experimental (módulos) e serem incorporadas aos agroecossistemas em função de outros resultados.

No aspecto ecológico, as famílias, ao reduzir ou não fazer uso de substâncias tóxicas minimizam os riscos de contaminações da água e do solo. Ao mesmo tempo, em que buscam a preservação e recomposição da fertilidade dos solos, promovem a valorização e conservação da diversidade biológica. No aspecto da segurança alimentar, a preservação das culturas tradicionais, como a mandioca, e a diversificação da produção com cultivo de espécies regionais, tem promovido um incremento na qualidade da dieta alimentar e da renda das famílias.

Como segunda lição tem-se que as mulheres cumprem um importante papel na reprodução da família, realizando funções de educadora e executora de atividades relacionadas à manutenção da família (cozinha, cuidados com a casa, costura e cuidar dos doentes). Além disso, estão amplamente inseridas na realização de atividades fora do espaço doméstico, participando dos processos produtivos, de transformação e comercialização de alimentos e outros produtos não agrícolas.

A participação das mulheres no desenvolvimento das práticas agroecológicas vai além do papel de expectadora dos experimentos que foram implementados por seus esposos e/ou filhos. Apesar delas demonstrarem uma resistência inicial, pela falta de informação e capacitação técnica, tendem a adotá-las, sobrepondo os resultados sócio-ambientais aos

resultados estritamente econômicos. Mesmo que a tomada de decisão para a implantação dos módulos não tenha sido dialogada, elas desenvolveram um olhar crítico sobre estas práticas e, com base em suas observações, podem incentivar ou não a condução dos experimentos.

Certamente, a não integração das mulheres nos processos de tomadas de decisão, é resultado das relações de poder dos homens sobre as mulheres historicamente estabelecidas pela sociedade, colocando-as em posição de subordinação e exclusão. A terceira lição deste trabalho aponta que as mulheres não têm as mesmas condições de acesso aos meios de produção (terra, recursos financeiros, equipamentos e informações) e às políticas públicas de crédito e assistência técnica. Contudo, o reconhecimento do papel produtivo das mulheres e de sua importância para a construção de agroecossistemas sustentáveis vem resultando na crescente preocupação em ampliar a participação das mulheres nos espaços de capacitação e formação em práticas agroecológicas.

Isto não significa uma preocupação em promover mudanças nas relações sociais entre homens e mulheres, uma vez que, os conteúdos de gênero não são incorporados a esses processos de capacitação. No caso do Centro Tipiti, poucas mulheres têm participado dos cursos e treinamentos para implantação e manejo de sistemas agroflorestais, uso de leguminosas e preparo de área sem uso do fogo. Por outro lado, nem os cursos oferecidos especificamente para as mulheres, como manejo de quintais, nem os demais cursos têm contribuído para uma reflexão sobre as relações sociais de gênero, nem para o empoderamento das mulheres. Este panorama tende a permanecer enquanto o corpo técnico das prestadoras de serviço for predominantemente masculino e formado com base nos pressupostos técnicos da Revolução Verde.

A construção de agroecossistemas sustentáveis requer o estabelecimento de outras formas de relação entre os seres humanos com o meio ambiente e os recursos naturais e, entre homens e mulheres. Isto implica em compreender que, as transformações vão além de

mudanças das práticas de uso e manejo dos recursos naturais e, devem estar associadas à compreensão dos papéis e posições ocupadas pelos membros da família, e de que estes, também são passíveis de transformações. Portanto, isto deve ser objeto de reflexão de agricultores e agricultoras, prestadores de serviços de assistência técnica, pesquisadores e formuladores de projetos e políticas públicas que visem a sustentabilidade da agricultura familiar.

---

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

---

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In.: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In HÉBETTE, J. e NAVEGANTES, R. da S. (Orgs.) **CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001. p. 173-205.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quebradeiras de Côco Babaçu: identidade e mobilização**. São Luís: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu (MA, PI, TO, PA), 1995.

ALMEIDA, S.G., PETERSEN, P., CORDEIRO. **A Crise sócio ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.

ALTIERI, M. A. e YURJEVIC, C. A agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável na América Latina. **Agroecologia de desenvolvimento**: revista da AS-PTA/CLADES, Rio de Janeiro, ano 1. n.1, p. 21-25, ago. 1993.

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**: Tradução Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240 p.

BALAREZO, S.P., **Guia Metodológico para incorporar la dimensión de género en el ciclo de proyectos forestales participativos**. Quito: FAO/FTPP/DFPA, 1994.

BARBIERI, T. de. **Sobre a categoria de gênero**: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1993.

BERREMAN, G. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia no Himalaia. In: ZALUAR, Alba (org.) **Desvendando mascaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 123-174.

BIROU, A. **Dicionário das Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

BOAS, F. **Race, language and culture**. New York: Macmillan. 1948.

BOSERUP, P. **Women's role in economic development**. London: Allen & Unwin, 1970.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Programa de Ações afirmativas**. Brasília: MDA/INCRA, 2001. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/mulher>>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Reforma Agrária e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Integração da perspectiva de gênero no setor da reforma agrária: proposta de integração de estratégias de gênero, raça, etnia e geração para os programas e projetos de reforma agrária e da agricultura familiar do MDA/INCRA**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002. Disponível em <<http://www.rlc.fao.org/mujer/docs/proposta.pdf>>.

BUARQUE, C. Estratégias para a reforma agrária sob a ótica de gênero. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Projeto de cooperação técnica: Integrando a perspectiva de gênero no setor da reforma agrária**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002. Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS, 2003, Natal. **Relação de textos...** Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2003. 1. CD-ROM.

BUSTINZA, Y. M. Agroecología y género: ? Una mirada al futuro o una situación conjuntural? In.: **América Latina en Movimiento – MAELA**. Disponível em: <[http://alainet.org/active/show\\_texto.php3?key=2505](http://alainet.org/active/show_texto.php3?key=2505)> Acessado em: 29 nov./2002.

CAMURÇA, S. A política como uma questão de gênero: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos. In.: AVILA, M. B. (Org.) **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001. p. 131-190.

CAMURÇA, S. e GOUVEIA, T. **Cidade, cidadania. Um olhar a partir das mulheres.** Recife: SOS Corpo, 1995. 64 p.

CAMURÇA, S. Monitorar a ação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) na perspectiva da equidade de gênero. Os sentidos e desafios da Iniciativa. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: Fase, n. 84/85, p. 54-61, mar./ago. 2002.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, E. **Prefácio.** In: SIMONIAN, L. T. L. Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CASTRO, M. G. e ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente.** São Paulo: Cortez; Brasília,DF: UNESCO: UNICEF, 1997. 112 p.

CHAMBERS, R. **Rural Development: putting the last first.** Essex: Longman House, 1983.

CHAMOCHUMBI, W. **“El” agroecología y “la” género: ? Matrimonio forzado o feliz sirvinacuy?** Disponível em: < <http://go.to.isat>>. Acesso em: 29 set. 2002.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLCKE, V. (orgs.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-149.

CORRAL T. (Coord.); CORREIA, S.; VIEZZER, M.; CECHIN, M.; ROMANI, J.; URBAN, T.; LADEIRA, T. **Temática: Mulheres e o desenvolvimento sustentável.** (Material para a RIO+5), 1997. (xerox)

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABAETETUBA. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Abaetetuba 1997-2000**. Abaetetuba, out. 1996.

COSTA, F. A. **Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998. p. 63-106.

COSTA, F. A. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia. In: TURA, L.R., COSTA, F. de A. **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000. p. 63-106.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande de Sul, Brasil. In.: Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural (EMATER). **Agroecologia**. Governo do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2002. Cd-Rom.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Marcha das margaridas**: 2003 razões para marchar. Brasília: CONTAG: CNMTR, 2003.

DARON, V. L. P.; KRÖTH S.; RÜBENICH, L. Mulheres trabalhadoras rurais analisando a realidade e propondo alternativas para avançar na organização de políticas públicas para mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS, 2003, Natal. **Relação de textos...** Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2003. 1. CD-ROM.

DELÉAGE, J.P. Historia de la ecologia: una ciência Del hombre y de la naturaleza. Barcelona: Icaria Editorial, 1993. p. 283

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELLEN, R. **Environment, subsistence and system**. New York: Cambridge University Press, 1982.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. 256 p.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: IPEA-NEAD, 2001. 61p.

FATHEUER, T. W. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? In: LEROY, J. P.; FATHEUER, T. W. (ORGs). **O futuro da Amazônia em questão**. Rio de Janeiro: FASE, 1999. (Caderno de Proposta, 6).

FASE Amazônia. **Relatório de Avaliação 2000**. Belém, 2000.

FONSCECA, C. Uma genealogia de gênero. In.: **Seminário Pesquisando gênero: histórias e tendências**. Recife: UFPE, 1995.

GIULANI, P. C. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: PRIORE, M. Del (Org.) e BASSANEZI, C. (Coord. de textos) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto 2. Ed. 1997.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Tradução: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. In: **Relatório 2003: população pobre versus mercado**. Rio de Janeiro: Observatório da cidadania, 2003. n. 7.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 156 p.

GUERRA, C. A. D. **O posseiro da Fronteira**. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimento no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: EMBRAPA. v. 14, n. 3, set./dez. 1997.

GRUPO DE TRABALHO AGROECOLOGICO NA AMAZÔNIA. **Relatórios dos encontros preparatórios ao ENA**. Belém, 2002.

HARWOOD, R. R, **Small farm development – understanding and improving farming systems in the humid tropics**. Boulder: Westviw Press, 1979.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. **Agroecologia e Desenvolvimento**. Revista da CLADES/AS-PTA. Rio de Janeiro, ano 1. n. 1, p. 4-20, ago. 1993.

HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2003. 274 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasília: IBGE, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acessado em: 10 abr. 2002.

IBGE. **Censo agropecuário 1995/1996**. Brasília: IBGE, 1996.

IDESP. **Diagnóstico do Município de Abaetetuba**. Belém: IDESP, 1977.

JACOBSON, J. L. **Gender Bias**: Roadblock to Sustainable Development. Worldwacht. Paper 110. Setembro, 1992.

JUNCADELLA, I. L. **Ecofeminismo(s) o feminismo ecologista: Estado del debate em la Índia**. Disponível em: <[http://www.geocities.com/equipasia/Art\\_Ecofeminismo\\_Imma.htm](http://www.geocities.com/equipasia/Art_Ecofeminismo_Imma.htm)>. Acessado em 29 set. 2002.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu - SP: Agroecológica, 2001.

KURIAN, R. Las mujeres y el crecimiento económico sostenible. In.: ARRIAGADA, I. E TORRES, C. (Editoras.) **Género y Pobreza: nuevas dimensiones**. Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres, n. 26. 1998.

LAMARCHE, H. (coord.). Introdução geral. **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13-33.

LEFAUCHER, N. Introduction: feminin/masculin, prive/public. In. LEFAUCHER, N. **La place des femmes**. Paris: Éditions lá Découverte, 1995.

MACHADO, J. **Terras de Abaetetuba**. Disponível em: <http://www.abaetenet.com.br/dados.asp>. Acessado em: 09 jan. 2003.

MAIA, D. M. dos R. e FERNANDES, J. M. Notas sobre movimentos sociais de mulheres rurais da Bahia: fluxo e refluxo. In: ÁLVARES, M. L. M. e SANTOS, E. F. dos (Orgs.). **Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher**. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997. p. 161-178.

MALINOWSKI, B. **A Diary in the strict sense of the term**. New York: Hacourt, Brace, World, 1967.

FÓRUM DE MULHERES DA AMAZÔNIA PARAENSE (FMAP); FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE); UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Perfil das mulheres da floresta paraense**. Belém, 1998. Não publicado.

MANESCHY, C. Pesquisa e participação: relato de uma experiência com mulheres pescadoras do litoral paraense. In: ÁLVARES, M. L. M. e SANTOS, E. F. dos, (Orgs.). **Olhares e diversidade: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste**. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR – N/NE, 1999. Pág. 337-348

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas**. Faculdade de Agronomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999. Dissertação.

MORIN, E. **Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MOURÃO, P. L. Diagnóstico sobre os quintais agroflorestais e o trabalho feminino em sistemas de produção no município de Abaetetuba - Pará. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 2001, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2001.1 CD-ROM.

MOSER, C. **Planificacion de genero y desarrollo**. Lima: Red entre mujeres/Flora Tristan ediciones, 1995.

NAVARRO, M. G. M, Agroecologia: bases teóricas para uma história agrária alternativa. **Agroecologia e Desenvolvimento**. Revista da AS-PTA/CLADES. Rio de Janeiro, n.2. p. 3-17, nov. 1994.

NAVARRO, Z. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In.: XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais Anais (ANPOCS). Caxambu, 1996 (Anais).

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. da (ORG). **Ensaio**: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Sergipe: Embrapa Tabuleiros/Universidade Federal de Sergipe, 2002. 412 p.

NOBRE, M. Relações de Gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M., SILIPRANDI, E. QUINTELA, S. MENASCHE, R. **Gênero e Agricultura familiar**. São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminina, 1998. p. 45-53.

OLIVEIRA, M. S. S. **Políticas públicas e ações de desenvolvimento para as populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes, Acre, Brasil**. Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará. Belém, 2001 Dissertação.

OLIVEIRA, Rosiska E OLIVEIRA, Miguel. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.17-33.

PACHECO, M. E. L, A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In.: **Textos para debate**. Rio de Janeiro: Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)/Núcleo executivo, 2002a. p. 11-18.

PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. FASE: Rio de Janeiro, 2002b. p. 30. (Não publicado)

PACHECO, M. E. L. Sistemas de Produção: Uma perspectiva de gênero. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro: FASE, v. 25, n 71, p. 30-38. dez./fev. 1997.

PASCHOAL, A. **Pragas, praguicidas e a crise ambiente: problemas e soluções**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1979, p. 102.

PÁDUA, J. A. A insustentabilidade da agricultura brasileira. In: **ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

PAULUS, G. **Do padrão moderno a agricultura alternativa: possibilidades de transformação**. 1999. 172f. (Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias). Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

PINHEIRO, S. et al. Biotecnologia Tropical. In: **Agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

PINHEIRO, S.L.G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. In: X Congresso Internacional de Sociologia Rural, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000.

PRIMAVESI, A. M. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais.** São Paulo: Nobel, 1983.

PULEO, A. H. **Feminismo y ecología.** Disponível em: <[http://www.nodo50.org/mujeresred/ecologia-a\\_puleo-feminismo\\_y\\_ecologia.html](http://www.nodo50.org/mujeresred/ecologia-a_puleo-feminismo_y_ecologia.html)>  
Acessado em: 29 Set./2002.

PUFAL, A. V. de L. **Agricultura agroflorestal: viabilidade econômica e estratégias de implantação.** 2002. Dissertação. Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

RANGEL, O. Cidadania feminina no público e no privado. In: **Fragmentos de Cultura.** Goiânia: IFITEG. v.13, n.3, maio/jun. 2003.

ROSALDO, M. O uso e abuso da antropologia. In: **Revista Horizontes Antropológicos.** V.1, n.1, [1980] 995.

SANT'ANNA, W. A caminho de Beijing + 5. Revista Proposta. Rio de Janeiro: Fase, Nº 84/85 Março/Agosto 2002. 43-53.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** Recife: SOS Corpo, 1996.

SILIPRANDI, E. Projeto de desenvolvimento e valorização da agricultura familiar. In: NOBRE, M., SILIPRANDI, E. QUINTELA, S. MENASCHE, R. **Gênero e Agricultura familiar.** São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminina, 1998. p. 45-53.

SILVA, G. da **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, M. A. M, De colona a bóia-fria. In.: PRIORE, M. D. (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 555-577.

SILVEIRA, M. L. **O feminismo no século XX**. Recife: SOF, 2003. Disponível em: <[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)>

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres do rio Aripuanã (AM)**: memórias, situação atual e esperanças quanto ao futuro. Manaus: SECULT-AM. 2002. (em processo de revisão para publicação).

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N., SIMONIAN, L. e FENZL, N. (Org.) **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000. 307 p. Série Estado e Gestão Pública n. 1.

SOARES, V. Indo para Pequim, as mulheres passaram pelo Rio, Viena, Cairo e Copenhague. In: **Caderno do CIM**, nº 1. São Paulo, CIM, 1994.

SOF. **Histórico do movimento de mulheres**. Recife: SOF, 2003. Disponível em: <[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)>

TAPIA, B. **El significado de la categoria género**. Centro Interdisciplinario de Investigación y Estudios del Género. Boletim. v.2. n.7, 1997. Disponível em: <<http://coqui.lce.org/ciieg/VOL2NUM7.HTM>>.

TOLEDO, V. M. A racionalidade ecológica da pequena produção camponesa. In.: **Agroecologia e desenvolvimento**. Revista da AS-PTA/CLADES). Rio de Janeiro, ano 2, n.2, nov. 1994.

TURA, L.R., COSTA, F. de A. **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta**: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999. 291 p.

WOORTMANN, E. F., WOORTMANN, K, **O trabalho da terra**: a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUNB, 1997. 192 p.

## ANEXO 1

Atividades desenvolvidas pelas famílias em Abaetetuba, Pará.

Sub-sistema	Mulher	Homem	Menina	Menino	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
<b>Áreas de culturas permanentes solteiras</b>	Capina	Capina		Capina												
		Colhe	Colhe	Colhe												
<b>Casa</b>	Debulha		Debulha	Debulha												
	Lava louça		Lava louça													
	Lava roupa		Lava roupa													
	Cozinha	Cozinha	Cozinha													
	Varre		Varre													
	Arruma		Arruma													
	Limpar		Limpar													
	Apanha água		Apanha água	Apanha água												
<b>Casa de Farinha</b>	Cozinhar															
	Descasca mandioca		Descasca mandioca	Descasca mandioca												
	Tritura		Tritura	Tritura												
	Peneira		Peneira	Peneira												
	Prensa	Prensa	Prensa	Prensa												
<b>Consórcios/ Saf</b>		Torra														
	Planta pimenta	Planta pimenta														
		Planta abacaxi														
		Poda ingá														
	Capina seletiva	Capina seletiva														
	Colhe pimenta	Colhe pimenta														
<b>Módulo</b>	Capina	Capina														
		Planta														
		Poda														
<b>Projeto FNO</b>	Planta feijão															
		Planta feijão de porco														
		Planta pimenta														
		Planta abacaxi														
		Capina														
	Colhe	Colhe	Colhe	Colhe												
	Capina	Capina		Capina												
Capina	Capina															



## ANEXO 2

Produtos dos agroecossistemas utilizados pelas famílias de Abaetetuba, Pará.

<b>Subsistema</b>	<b>Produto</b>
<b>Áreas de culturas permanentes solteiras</b>	Palmito
	Palha
<b>Capoeira</b>	Madeira
	Palha
	Frutas
	Lenha
	Folhas
	Tala
<b>Casa de Farinha</b>	Farinha
	Goma
	Tucupi
	Maniva
	Tapioca
<b>Módulos de Consórcios/Saf</b>	Grãos
	Frutas
	Sementes
<b>Projeto FNO</b>	Grãos
	Hortaliças
	Sementes
<b>Quintal</b>	Frutas
	Frutas
	Sementes
	Palhas
	Hortaliças
	Aves
	Ovos
	Folhas
<b>Roça</b>	Raízes
	Grãos
	Sementes
	Hortaliças

### ANEXO 3

Espécies vegetais cultivadas pelas famílias em Abaetetuba, Pará.

<b>Culturas</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Função</b>
Abacate	<i>Persea americana</i>	Alimento
Abacaxi	<i>Ananás comosus</i>	Alimento
Abriçó	<i>Mammea americana</i>	Alimento
Acácia	<i>Acacia mangium</i>	Madeira
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Alimento
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>	Alimento
Ampicilina	?	Medicinal
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Madeira
Arroz	<i>Oriza sativa</i>	Alimento
Arruda	<i>Ruta graveolen</i>	Medicinal
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	Alimento
Babosa	<i>Aloe humilis</i>	Medicinal
Bacaba	<i>Oenacarpus minor</i>	Alimento
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>	Alimento
Banana	<i>Musa spp.</i>	Alimento
Biribá	<i>Rollinia mucosa</i>	Alimento
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Medicinal
Cacau	<i>Theobroma caçõo</i>	Alimento
Café	<i>Coffea spp.</i>	Alimento
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Alimento
Cana-de-açúcar	<i>Saccharum officinarum</i>	Alimento
Capim marinha	?	Medicinal
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Alimento
Cariru	<i>Talinum triangulare</i>	Alimento
Castanha do Brasil	<i>Bertholettia excelsa</i>	Alimento
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Madeira
Coco	<i>Coco nucifera</i>	Alimento
Copaíba	<i>Copaifera spp.</i>	Medicinal
Cravo	<i>Sygyium aromaticum</i>	Medicinal
Cupuaçu	<i>Theobroma subincanum</i>	Alimento
Cidreira	<i>Citrus medica</i>	Medicinal
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Alimento
Feijão-de-porco	<i>Canavalia brasiliensis</i>	Adubação
Freijó	<i>Cordia alliodora</i>	Madeira
Gergelim	<i>Sesamum indicum</i>	Alimento
Goiaba	<i>Psidium guayava</i>	Alimento
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Alimento
Ingá	<i>Inga spp.</i>	Adubação/Alimento
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Alimento
Jerimim	<i>Curcubita sp.</i>	Alimento
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Alimento
Limão	<i>Citrus limona</i>	Alimento
Macacheira	<i>Manihit esculenta</i>	Alimento
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Alimento
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	Madeira

<b>Culturas</b>	<b>Nome científico</b>	<b>Função</b>
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	Alimento
Melancia	<i>Citrillus vulgaris</i>	Alimento
Meracilina	?	Medicinal
Milho	<i>Zea maiz</i>	Alimento
Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>	Madeira
Paliteira	?	Adubação
Paricá	<i>Schizolobium amazonicum</i>	Madeira
Pau d'arco	<i>Tabebuia impertiginosa</i>	Madeira
Pau-bálsamo	<i>Myrocarpus frondosus</i>	Madeira
Penicilina	?	Medicinal
Pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i>	Alimento
Pimentinha	<i>Capsicum sativum</i>	Alimento
Pequiá	<i>Caryocar villosum</i>	Alimento
Pupunha	<i>Bactris gasipaeas</i>	Alimento
Quiabo	<i>Hibiscus esculentus</i>	Alimento
Repolho	<i>Brassica oleracea</i>	Alimento
Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	Madeira
Seringueira	<i>Hevea brasilienses Muell Arg.</i>	Madeira
Ucuuba	<i>Virola surinamensis</i>	Madeira
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Alimento